

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião

Luiz Marcelo Viegas

RELIGIÃO E POLÍTICA:

estudo sobre os discursos do parlamentar Jair Messias Bolsonaro (1991-2018)

Belo Horizonte

2026

Luiz Marcelo Viegas

RELIGIÃO E POLÍTICA:

estudo sobre os discursos do parlamentar Jair Messias Bolsonaro (1991-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva

Belo Horizonte

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

V656r Viegas, Luiz Marcelo
Religião e política: estudo sobre os discursos do parlamentar Jair Messias
Bolsonaro (1991-2018) / Luiz Marcelo Viegas. Belo Horizonte, 2025.
137 f. : il.

Orientador: Wellington Teodoro da Silva
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

1. Bolsonaro, Jair, 1955-. 2. Discursos parlamentares. 3. Análise do discurso.
4. Religião e política. 5. Conservantismo – Aspectos religiosos. 6. Brasil -
Política e governo - 1991-2018. I. Silva, Wellington Teodoro da. II. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 261.7

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2083

Luiz Marcelo Viegas

RELIGIÃO E POLÍTICA:

estudo sobre os discursos do parlamentar Jair Messias Bolsonaro (1991-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva – PUC Minas (Orientador)

Profa. Dra. Patrícia Simone do Prado – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos – UFMA (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de maio de 2026

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva, pela atenção, dedicação e apoio nos momentos de maior dúvida sobre a realização dessa pesquisa. Os apontamentos realizados durante a elaboração dessa dissertação foram cruciais para a sua conclusão.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira pela contribuição dada através de pertinentes recomendações realizadas durante o processo de escrita.

À minha esposa, Vânia, pelo apoio e incentivo nos momentos mais difíceis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Temos que desvalorizar a opinião política do referido Deputado, para que ele não se transforme em salvador da moralidade pública depois da acusação ao Congresso Nacional.

É necessário uma posição firme, mas, ao mesmo tempo, muito cautelosa, para não transformá-lo em herói da direita, que está atirando no que viu e acertando no que não viu

(José Genoíno, 1993).

RESUMO

Esta dissertação analisa de que maneira a religião foi mobilizada nos discursos parlamentares de Jair Messias Bolsonaro entre 1991 e 2018 e como essa mobilização se articulou à formação de sua base de apoio entre eleitores evangélicos e católicos conservadores no Brasil contemporâneo. Para tanto, realiza a leitura minuciosa de 1537 pronunciamentos proferidos na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, publicados no *Diário do Congresso Nacional*, no *Diário dos Trabalhos Revisionais* e no *Diário da Câmara dos Deputados*, combinando abordagem descritiva, levantamento de palavras-chave e pesquisa bibliográfica. A análise apoia-se, ainda, em referenciais teóricos como a tipologia dos discursos de João Batista Libânio, a concepção de ideologia de Karl Mannheim e a noção de pânico moral de Stanley Cohen, além de discutir o ressurgimento da nova direita, a guerra cultural e a crescente centralidade do voto religioso nas disputas eleitorais brasileiras. Os resultados evidenciam que, embora Bolsonaro tenha iniciado sua trajetória parlamentar fortemente vinculado a pautas corporativas militares, sua retórica sofreu inflexão decisiva a partir de 2010, quando a religião, a defesa da família, a pauta dos costumes, o anticomunismo e a produção de pânicos morais passaram a ocupar posição central em seu discurso. O estudo demonstra também que tal deslocamento se insere em um processo mais amplo de fortalecimento da nova direita, de erosão das mediações institucionais e de moralização do debate público, especialmente após 2013 e no contexto eleitoral de 2010. Conclui-se que a ascensão política de Bolsonaro não pode ser compreendida apenas por sua trajetória individual, mas exige atenção simultânea a seus discursos parlamentares, às transformações do campo político brasileiro e às formas contemporâneas de atuação do conservadorismo religioso, cuja convergência foi decisiva para a consolidação do espectro político que passou a ser conhecido como bolsonarismo.

Palavras-chave: religião; política; Bolsonaro; discursos.

ABSTRACT

This dissertation explores how Jair Messias Bolsonaro incorporated religious themes into his parliamentary speeches from 1991 to 2018. It also analyses how this strategy contributed to strengthening his support base among evangelical voters and conservative Catholics in contemporary Brazil. To this end, it undertakes a close reading of 1,537 speeches delivered in the Chamber of Deputies and the National Congress, published in the *Diário do Congresso Nacional*, the *Diário dos Trabalhos Revisionais*, and the *Diário da Câmara dos Deputados*, combining a descriptive approach, keyword mapping, and bibliographic research. The analysis draws on theoretical perspectives including João Batista Libânio's discourse typology, Karl Mannheim's ideology concept, and Stanley Cohen's idea of moral panic. It also examines topics like the rise of the new right, ongoing cultural conflicts, and the increasing influence of religious voting patterns within Brazil's electoral contests. The findings show that, although Bolsonaro began his parliamentary career strongly tied to military corporate issues, his rhetoric underwent a decisive shift beginning in 2010, when religion, the defense of the family, moral agendas, anti-communism, and the production of moral panics came to occupy a central place in his discourse. The study also demonstrates that this shift was part of a broader process involving the strengthening of the new right, the erosion of institutional mediation, and the moralization of public debate, especially after 2013 and in the electoral context of 2010. It concludes that Bolsonaro's political rise cannot be understood solely through his individual trajectory, but requires simultaneous attention to his parliamentary speeches, the transformations in the Brazilian political field, and the contemporary forms of action of religious conservatism, whose convergence was decisive for the consolidation of the political spectrum that came to be known as bolsonarismo.

Keywords: religion; politics; Bolsonaro; parliamentary speeches.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triângulo de influências políticas.....	91
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos salário & religião	52
Gráfico 2 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos religião & família.....	52
Gráfico 3 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos homossexualidade & família	53
Gráfico 4 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos salário & homossexualidade	54
Gráfico 5 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos Deus & família.....	54
Gráfico 6 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos religião & comunismo	55
Gráfico 7 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos comunismo & homossexualidade.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CQC	Custe o que Custar
EMCFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EsAO	Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IME	Instituto Militar de Engenharia
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAB/RJ	Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PNDH3	3º Programa Nacional de Direitos Humanos
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 OS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO NO LEGISLATIVO FEDERAL (1991–2018)	9
1.1 Entre a caserna e o Parlamento: as pautas de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (1991–2010).....	12
1.2 Novas frentes e velhos discursos: a reorientação das pautas de Jair Bolsonaro no Parlamento a partir de 2011.	29
1.3 Entre a Ideologia e o Pânico Moral: a construção discursiva de Jair Bolsonaro no Parlamento.....	56
2 O RESSURGIMENTO DA NOVA DIREITA E A EMERGÊNCIA DA GUERRA CULTURAL NO BRASIL	65
2.1 Das Jornadas de junho ao impeachment: ruptura e reconfiguração política	66
2.2 A extrema-direita no Brasil e no mundo contemporâneo.....	76
2.3 Guerra cultural e novas direitas: de Hunter a Olavo de Carvalho	86
3 A MORALIZAÇÃO DA DISPUTA ELEITORAL E A ASCENSÃO DO VOTO RELIGIOSO.....	97
3.1 Evangélicos e eleições presidenciais (1989–2006): demonização, inflexões discursivas e rearranjos políticos	99
3.2 A moralização da disputa eleitoral: aborto e voto religioso na eleição de 2010 .	105
3.3 Jair Bolsonaro e a aproximação com o conservadorismo religioso.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	124
ANEXO A – ARTIGO – <i>VEJA</i>, 3 DE SET. DE 1986.....	130
ANEXO B – REPORTAGEM – <i>VEJA</i>, 28 DE OUT. DE 1987	131
ANEXO C – REPORTAGEM – <i>VEJA</i>, 4 NOV. DE 1987	132
ANEXO D – MENSAGEM DA DILMA	133
ANEXO E – FOLHA UNIVERSAL OUT. DE 2010.....	134
ANEXO F – PNDH-3.....	135
ANEXO G – O PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA.....	136
ANEXO H – O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA	137

INTRODUÇÃO

Historicamente, a religião tem sido recorrentemente mobilizada no âmbito das disputas políticas brasileiras, tanto por setores conservadores quanto por setores progressistas. No primeiro caso, pode-se mencionar o papel desempenhado por parcelas da alta hierarquia da Igreja Católica no golpe militar de 1964, em grande medida motivado pelo temor, compartilhado por parte desse segmento, da implantação de um regime comunista no Brasil.

Papel semelhante foi exercido, naquele contexto, por algumas lideranças evangélicas. Segundo Adroaldo José Silva Almeida (2016), a relação dos evangélicos com a ditadura militar não pode ser interpretada a partir da ideia de omissão política, uma vez que lideranças vinculadas a diferentes igrejas participaram ativamente do contexto autoritário, seja por meio do apoio ao regime, seja por meio de formas minoritárias de resistência. Embora tenham existido divergências internas — assim como também ocorreu na Igreja Católica — e trajetórias distintas entre denominações como a Igreja Presbiteriana Independente, as Assembleias de Deus, os Batistas e os Metodistas, o autor sustenta que predominou, de modo geral, uma cultura política evangélica conservadora, marcada pelo anticomunismo, pelo moralismo religioso e pela valorização da ordem e da autoridade.

Nesse quadro, as igrejas evangélicas não apenas se aproximaram institucionalmente do regime, como também reproduziram, em seu interior, práticas de vigilância, disciplina e repressão contra setores progressistas, ecumênicos ou críticos à ditadura, evidenciando que a experiência evangélica no período foi plural, mas majoritariamente alinhada ao autoritarismo.

No campo progressista, por sua vez, sobressai, durante o processo de redemocratização da política brasileira nos anos 1980, o papel articulador exercido pelo discurso religioso na emergência de movimentos sociais, organizações não governamentais, do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, entre outros (Burity, 1994, p. 168).

A recorrência dessas articulações é tão expressiva que se pode afirmar que a compreensão da política brasileira contemporânea exige atenção às múltiplas formas pelas quais a religião se projeta no espaço público. De modo correlato, compreender as incursões da política no campo religioso também se mostra indispensável para interpretar a configuração atual da religião no Brasil.

É precisamente nesse ponto que se insere esta pesquisa, ao buscar apreender uma síntese entre esses dois movimentos. Tal objetivo mostra-se fundamental para a compreensão tanto da religião quanto da política no percurso histórico brasileiro até o presente. A análise dos usos, sentidos e significados da religião nos discursos políticos do parlamentar Jair

Bolsonaro contribui para elucidar o apoio que ele obtém entre parcela expressiva do eleitorado evangélico e de católicos conservadores. Permite, ainda, compreender com maior precisão as relações estabelecidas entre lideranças neopentecostais carismáticas e setores situados mais à direita do espectro político nacional.

Para tanto, dedicamo-nos à leitura minuciosa dos 1.537 discursos proferidos pelo então deputado federal no Parlamento brasileiro entre 1991 e 2018. A depender da data e da sessão em que foram realizados, na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional, esses pronunciamentos foram publicados em um dos três periódicos oficiais: *Diário do Congresso Nacional*, *Diário dos Trabalhos Revisionais* e *Diário da Câmara dos Deputados*. O acesso a essas fontes primárias ocorreu por meio do site oficial da Câmara dos Deputados, mais especificamente na página *Discursos e Notas Taquigráficas*.

Durante a leitura dos pronunciamentos, os trechos considerados relevantes para a pesquisa foram transcritos para um arquivo organizado no Word, com a identificação da data do pronunciamento, da data de publicação e da página do respectivo Diário em que foram publicados. Esse levantamento foi realizado ano a ano, em arquivos individualizados, abrangendo todo o período em estudo.

Definimos, ainda, um conjunto de palavras-chave presentes nos pronunciamentos, que serviu como base de dados para a análise das pautas prioritárias de Jair Bolsonaro ao longo de seus sete mandatos parlamentares. Entre os termos selecionados, destacam-se: família, militares, Forças Armadas, salário, soldo, Deus, igreja, comunismo, gay, direita, esquerda, católicos, evangélicos e religião.

Optamos por realizar a contagem dessas palavras de forma manual, o que permitiu identificar os diferentes contextos em que eram empregadas. Essa escolha mostrou-se particularmente adequada no caso da palavra “família”, que aparece nos pronunciamentos desde o primeiro mandato do deputado, mas com sentidos distintos ao longo do tempo, conforme a pauta prioritária de cada momento de sua trajetória política. Entre 1991 e 2009, o termo remete predominantemente à “família militar”; a partir de 2010, passa a se referir, sobretudo, à “família tradicional brasileira”.

Concluída a leitura dos discursos, a seleção dos trechos mais relevantes e a contagem das palavras-chave, bem como seu agrupamento, quando necessário, em conjuntos temáticos comuns, como no caso de “militares” e “Forças Armadas”, voltamo-nos à redação do texto. Optamos por uma abordagem predominantemente descritiva, tanto no primeiro capítulo, construído a partir do material levantado nas fontes primárias, quanto nos dois capítulos seguintes.

Isso não significa, contudo, a ausência de reflexão teórica. Ao contrário, recorreremos a um conjunto de referenciais analíticos que nos auxiliaram na apresentação dos conceitos e das realidades observadas, seja nos pronunciamentos do parlamentar, seja nas relações políticas e sociais desenvolvidas ao longo do período estudado. Nesse sentido, também realizamos ampla pesquisa bibliográfica, fundamental para sustentar algumas das conclusões apresentadas no trabalho.

A partir desse percurso metodológico, a dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, abordamos a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro desde sua saída do Exército até pouco antes de sua eleição à Presidência da República, em 2018. Buscamos compreender de que maneira suas vivências no contexto militar e os eventos que marcaram sua transição para o meio parlamentar impactaram a formação de sua identidade política e de sua retórica ao longo de quase trinta anos no Congresso Nacional. Ao longo do capítulo, investigamos os contextos históricos que impulsionaram sua notoriedade junto ao eleitorado, bem como as bases ideológicas e discursivas que sustentaram sua construção como *outsider* político e defensor de valores conservadores.

Ainda nessa etapa da análise, examinamos as principais pautas defendidas pelo deputado ao longo de seus sete mandatos, evidenciando a primazia dos temas relacionados às Forças Armadas, à segurança pública e à moralidade social. Os pronunciamentos mostram, contudo, como o discurso inicialmente centrado nos militares foi, aos poucos, deslocado da defesa corporativa para a adesão a pautas morais, religiosas e de costumes que, posteriormente, viriam a fundamentar seu projeto político.

Desse modo, o estudo contribui para a compreensão da construção de um discurso político-religioso que, ao longo dos anos, se revelou essencial para a conformação do fenômeno político denominado bolsonarismo.

Na parte final, exploramos a construção discursiva de Jair Bolsonaro no Parlamento brasileiro, tomando os conceitos de ideologia e pânico moral como eixos centrais de interpretação. Para isso, o estudo se fundamenta, inicialmente, na tipologia dos discursos apresentada por João Batista Libânio em *Introdução à vida intelectual*, o que possibilita identificar as diferentes naturezas discursivas mobilizadas por Bolsonaro ao longo de sua trajetória no Legislativo. Entre essas categorias, destacam-se o discurso representativo, o corporativista, o idealista e, especialmente, o discurso do ator.

Em seguida, mobilizamos a teoria da ideologia proposta por Karl Mannheim, em *Ideologia e Utopia*, como forma de compreender a retórica adotada por Bolsonaro como manifestação de uma ideologia específica, voltada à preservação do *status quo* e à ocultação

intencional de interesses políticos e morais. Por fim, recorreremos às contribuições de Stanley Cohen, em *Folk Devils and Moral Panics*, aplicando sua noção de pânico moral à análise de discursos que capitalizam medos sociais relacionados à criminalidade, à sexualidade e à ruptura dos valores familiares.

Com base nesses referenciais teóricos, examinamos de que maneira Bolsonaro construiu, durante seus mandatos, um discurso que articula elementos ideológicos e moralizantes, utilizando o medo e a religião como recursos retóricos centrais para sua ascensão política e para a consolidação de uma base social conservadora.

A extensão dessa parte do trabalho resulta de uma escolha deliberada. Optamos por incluir, nesse momento, um número significativo de citações de discursos proferidos por Jair Bolsonaro durante o período em que atuou como deputado federal. Entendemos que essa estratégia permite ao leitor acompanhar de forma mais direta a violência, o corporativismo e o pensamento reacionário presentes em seus pronunciamentos no Parlamento, bem como a nítida mudança de pauta observada a partir de 2010. As duas partes seguintes, por essa razão, não apresentam o mesmo volume de páginas.

No segundo capítulo, analisamos o contexto político, econômico e social que possibilitou o surgimento de uma nova configuração das forças políticas no Brasil, a partir das Jornadas de Junho de 2013. Partindo do descontentamento popular, das crises institucionais e da erosão da confiança nas representações partidárias tradicionais, buscamos compreender como esses fatores contribuíram para o enfraquecimento do pacto democrático construído desde o fim da ditadura militar. Examinamos os acontecimentos que se estendem do ciclo de manifestações de 2013 até o impeachment da presidente Dilma Rousseff, evidenciando como o campo político se reconfigurou, o antipetismo se consolidou e as mediações institucionais que sustentavam a política brasileira desde a Constituição de 1988 se fragilizaram.

Em seguida, ampliamos o foco de análise para o contexto mais amplo do ressurgimento da extrema direita no Brasil e em outros países, relacionando esse processo às transformações globais no campo das ideias e da cultura política. Para situar historicamente o desenvolvimento desse espectro político e suas diferentes inflexões desde o pós-Segunda Guerra Mundial até a contemporaneidade, recorreremos à obra *A extrema direita hoje*, de Cas Mudde.

Voltamo-nos, ainda, à análise da chamada “guerra cultural”, mobilizada por grupos reacionários que, inspirados na obra de Olavo de Carvalho e em discursos antiglobalistas e antiprogressistas, passaram a atacar pautas ligadas aos direitos humanos, às minorias e à diversidade, fortalecendo uma retórica conservadora e religiosa que se tornaria central na

trajetória política de Jair Bolsonaro. Com o objetivo de compreender o conceito de “guerra cultural” e as formas por meio das quais ele se desenvolve em escala global no âmbito da extrema direita, adotamos como principal referência teórica a obra *Culture Wars: The Struggle to Define America*, de James Davison Hunter. Desse modo, o capítulo procura demonstrar como a confluência entre crises políticas, transformações culturais e conflitos morais criou as condições para a emergência de um novo campo político-ideológico no país.

No terceiro e último capítulo, analisamos a crescente relevância do voto religioso nas disputas presidenciais brasileiras e sua relação com a crescente priorização da pauta de costumes no debate público. Inicialmente, examinamos como lideranças evangélicas e católicas se posicionaram eleitoralmente entre 1989 e 2006, evidenciando rearranjos discursivos, mudanças de apoio político, inseridas em uma disputa dessas lideranças por maior protagonismo e poder.

Em seguida, tratamos da eleição presidencial de 2010, momento em que a discussão sobre a descriminalização do aborto e outras pautas morais adquiriram particular destaque, intensificando a disputa pelo voto religioso e pressionando os candidatos a se posicionarem publicamente diante desses temas. Por fim, investigamos a aproximação entre Jair Bolsonaro e o conservadorismo religioso, mostrando como, a partir desse contexto, a defesa da família, dos valores cristãos e da pauta moral passou a ser mobilizada de forma cada vez mais sistemática em sua trajetória política, contribuindo para a formação de sua base social e eleitoral.

Diante do percurso desenvolvido nesta dissertação, acreditamos ficar evidente que a compreensão da política brasileira contemporânea exige atenção às múltiplas formas pelas quais a religião se projeta no espaço público, ao mesmo tempo em que é também reconfigurada por dinâmicas propriamente políticas. No caso aqui analisado, o estudo dos usos, sentidos e significados da religião nos discursos de Jair Bolsonaro permite compreender não apenas a formação de sua base de apoio entre eleitores evangélicos e católicos conservadores, mas também os modos pelos quais determinadas lideranças religiosas ampliam sua influência na esfera política nacional.

Nesse sentido, as Ciências da Religião podem oferecer contribuições relevantes para esse campo de investigação, especialmente ao examinar as articulações entre conservadorismo moral, disputa por poder e legitimação religiosa. Esta pesquisa, por sua vez, pretende servir de subsídio para estudos futuros, tanto no âmbito das Ciências da Religião quanto em outras áreas do conhecimento, contribuindo para uma leitura mais ampla, crítica e historicamente situada dos temas que envolvem Jair Bolsonaro e seu entorno político-religioso.

1 OS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO NO LEGISLATIVO FEDERAL (1991–2018)

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, no município de Glicério, interior do estado de São Paulo. Casou-se três vezes e é pai de quatro filhos e uma filha, esta última, fruto de sua união com a atual esposa, Michelle Bolsonaro. Embora tenha iniciado o curso de Educação Física, não o concluiu. Sua formação acadêmica compreende, majoritariamente, os cursos realizados durante o período em que esteve alistado no Exército Brasileiro, entre 1973 e 1988.

Como militar, fez parte do grupo de artilharia do Exército no Rio de Janeiro e, em seguida, foi transferido para Nioque, no Mato Grosso do Sul, onde ficou lotado entre 1979 e 1981. Foi promovido ao posto de capitão em 1983. De volta ao estado fluminense, passou a ocupar um cargo administrativo na corporação.

Em 1986, em um artigo publicado pela revista *Veja*, na edição de 3 de setembro, Jair Bolsonaro denunciava os baixos salários da categoria militar. No texto, o capitão afirmava que os militares viviam, naquele período, “uma situação crítica no que se refere a vencimentos”.

À época, parte da imprensa noticiava que a saída de militares do Exército estaria relacionada a casos de homossexualidade, uso de entorpecentes ou falta de vocação para a carreira castrense. Bolsonaro, no entanto, sustentava, no artigo publicado pela *Veja*, que a principal motivação dessas evasões era a insatisfação com os salários e a ausência de perspectivas profissionais:

Em nome da verdade: é preciso esclarecer que, embora tenham ocorrido efetivamente casos residuais envolvendo a prática de homossexualismo, consumo de drogas e mesmo indisciplina, o motivo de fundo é outro. Mais de 90% das evasões se deram devido à crise financeira que assola a massa dos oficiais e sargentos do Exército brasileiro (Bolsonaro, 1986).

A publicação do artigo resultou em acusações de transgressão grave, quebra da ética militar e incitação à agitação nos quartéis. Considerado culpado, foi punido com 15 dias de prisão. Encarcerado, recebeu mais de uma centena de telegramas, encaminhados por oficiais da ativa e da reserva, manifestando solidariedade ao capitão, apoio público de oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) e de esposas de militares (Carvalho, 2019, p. 32).

Pouco mais de um ano após a publicação do artigo, a revista *Veja* publicou nova reportagem, na qual o capitão era o personagem central. Intitulada “Pôr bombas nos quartéis:

um plano na EsAO”, a matéria denunciava um suposto plano elaborado pelo então capitão do Exército para explodir bombas em unidades militares no Rio de Janeiro. Segundo a revista, a ação teria como objetivo expressar o descontentamento com os baixos salários e pressionar o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Após a publicação, o ministro acusou a revista de fabricar a denúncia.

Em entrevista concedida em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, o ministro reafirmou sua confiança nos militares envolvidos, alegando que ambos haviam negado, de forma contundente e por escrito, a veracidade das acusações. Leônidas Pires Gonçalves afirmou acreditar nos membros da corporação que comandava.

Contudo, na edição de 4 de novembro, a *Veja* publicou nova matéria, sob o título “De próprio punho, o ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fábio, mas eles estavam mentindo”. A reportagem apresentava croquis que teriam sido desenhados pelo então capitão do Exército. Neles estariam detalhados planos para explodir a adutora de Guandu, responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro.

A divulgação do texto motivou a abertura de um inquérito para apuração da sua conduta. Submetido ao Conselho de Justificação do Exército, Bolsonaro foi considerado culpado por unanimidade. No entanto, em recurso julgado pelo Superior Tribunal Militar em 1988, foi absolvido por 9 votos a 4 (Carvalho, 2019, p. 171). Dois laudos periciais, que classificaram como inconclusiva a autoria dos croquis apresentados pela revista, foram determinantes para o desfecho do processo. Todavia, de acordo com Cassis (2022, p. 56), Bolsonaro teria feito uso de subterfúgios para conquistar o voto favorável dos juízes na questão dos laudos.

No final de julho de 1988, em reunião com um grupo de militares, reafirmou sua intenção de continuar denunciando os baixos salários. Porém, suas ações se dariam em outra esfera. Com a justificativa de que teria “ficado sem clima na caserna e necessitava sair de lá” (Carvalho, 2019, p. 56), Bolsonaro lançou sua candidatura à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Eleito vereador, foi transferido para a reserva após a diplomação. Contudo, manteve a remuneração relativa ao tempo de serviço prestado ao Exército.

Menos de dois anos após assumir o cargo de vereador, decidiu concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1990, foi eleito com 67041 votos¹, que lhe

1

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibMzk5MjQ0OTQtMjIjOS00Yjc1LWExYzctMmY2MWM2ZDBiYzk5IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVhMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBiZDhhY2RmMSJ9>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

garantiram a sexta posição entre os mais votados. Tomou posse em 1º de fevereiro de 1991, como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro.

Reeleito outras seis vezes para o mesmo cargo, permaneceu na Câmara dos Deputados até 1º de janeiro de 2019, quando renunciou ao mandato para assumir a Presidência da República, após vencer as eleições presidenciais de 2018.

Ao longo de seus 28 anos como parlamentar, Bolsonaro foi filiado a diversos partidos políticos: de 1991 a 1993, ao Partido Democrata Cristão (PDC); de 1993 a 1995, ao Partido Progressista Reformador (PPR); de 1996 a 2002, ao Partido Progressista Brasileiro (PPB); de 2003 a 2005, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); durante parte de 2005, ao Partido da Frente Liberal (PFL); de 2005 a 2016, ao Partido Progressista (PP); de 2016 a 2018, ao Partido Social Cristão (PSC); e, em 2018, ao Partido Social Liberal (PSL), legenda pela qual foi eleito presidente.

Para uma melhor compreensão dos posicionamentos de Bolsonaro ao longo de sua atuação parlamentar, tornou-se relevante apresentarmos o artigo e as reportagens publicadas pela revista *Veja*, em 1986 e 1987. Foram os desdobramentos desses episódios que culminaram em sua saída do Exército e entrada na vida política.

As principais pautas defendidas pelo deputado entre 1991 e 2010 estiveram, em grande medida, relacionadas com conteúdo do artigo publicado em 1986. Além disso, seus pronunciamentos dirigidos a autoridades, especialmente a ministros militares, revelam, frequentemente, sua visão crítica quanto às lideranças de alta patente. Esse comportamento em relação aos oficiais de alta patente e outras autoridades, pode até ser um tipo de mágoa e desprezo por aqueles a quem julgava serem os responsáveis pelos baixos salários dos militares.

No decorrer de seus mandatos, ainda que se perceba uma alteração nas prioridades de sua atuação parlamentar, os reflexos de sua formação militar, adquirida durante o período da ditadura, permaneceram presentes: “guio-me pela consciência formada em longos anos de caserna” (Bolsonaro, 1992, p. 7146).

A partir do sexto mandato, os pronunciamentos tornaram-se mais incisivos contra pautas de cunho progressista. O deputado passou então a desempenhar o papel de defensor da moral e dos bons costumes, uma espécie de representante da família cristã tradicional brasileira. A resposta de parte expressiva do eleitorado a esse novo discurso, fortaleceu sua intenção de disputar a Presidência da República.

1.1 Entre a caserna e o Parlamento: as pautas de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (1991–2010)

Nos cinco primeiros mandatos como deputado federal, Jair Bolsonaro posicionou-se como representante dos militares no Parlamento brasileiro. Suas pautas eram, prioritariamente, voltadas à defesa dos interesses da classe militar. Seus pronunciamentos nesse período concentravam-se, principalmente, em reivindicar melhores salários para os membros das Forças Armadas e das forças auxiliares de segurança. Também fazia parte de sua pauta de reivindicações a manutenção de privilégios existentes no pagamento das pensões para militares reformados, esposas e filhas.

Entre 1991 e 1994, durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, realizou 245 pronunciamentos parlamentares, com uma média de 61,25 discursos por ano. Nesse período, empregou termos relacionados aos militares em 1755 ocasiões; menções de palavras ligadas a “salário”, 989 vezes; “família”, referindo-se especificamente à família militar, 52 vezes; “religião”, apenas 3 vezes; “esquerda” ou “comunismo”, uma única vez; e não há registro do uso de termos relacionados à homossexualidade.

No pronunciamento de 22 de abril de 1991, ao criticar duramente o General Jonas de Moraes Correia Neto, então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, “um recalcado que nada fez pelos militares ou pelo Brasil” (Bolsonaro, 1991, p. 4408), utilizou, pela primeira vez, a expressão que viria a se tornar seu lema político: “Brasil acima de tudo!”.

Seus ataques eram frequentemente direcionados a militares de alta patente das três Forças Armadas, com destaque para o então Ministro do Exército, General Carlos Tinoco que, de acordo com o deputado, era um “Ministro fraco que já deveria ter pedido demissão há muito tempo” (Bolsonaro, 1991, 26950). Para Bolsonaro, o discurso do Ministro destoava da que ele fazia na prática:

Assim sendo, acho oportuno denunciar a farsa entre o discurso e a prática do Sr. Ministro do Exército, que constantemente tem pedido patriotismo a seus subordinados, o que é muito fácil, já que tem para defender seu ponto de vista, não só seu contracheque de General do Exército, de Ministro de Estado e trinta diárias corridas, como também o Regulamento Disciplinar, que pune e transfere qualquer um dos seus subordinados que ouse pensarem reclamar de seu salário (Bolsonaro, 1991, p. 9024).

As críticas à cúpula militar eram recorrentes, como ele mesmo afirma: “gostaria de um dia ocupar a tribuna desta Casa e elogiar os ministros militares. Meus pronunciamentos,

durante todo este ano, foram de críticas aos mesmos, mas não podia ser diferente” (Bolsonaro, 1991, p. 25293). Em outro pronunciamento, o ex-capitão afirma que,

Gostaria de não voltar mais vezes aqui [no plenário da Câmara dos Deputados] para criticar atos ou atitudes da cúpula militar, que se tem demonstrado muito fraca ultimamente. Acho que a solução seria o Sr. Ministro do Exército bater em retirada porque S. Exa. não tem prestígio no seio da tropa e demonstrou isso no caso da demarcação das terras dos índios e no da licitação do Exército que também não goza de qualquer prestígio junto ao Senhor Presidente da República (Bolsonaro, 1991, p. 24157).

Em 18 de agosto de 1991, citou entrevista publicada no jornal *O Globo*, na qual o General Carlos Tinoco afirmava que o Bolsonaro "não representa nada para as Forças Armadas, porque está fora delas". Já em 23 de setembro, o ex-capitão denunciou um documento confidencial do Exército, assinado pelo General Alberto dos Santos Lima Fajardo, proibindo sua entrada no Comando de Operações Terrestres. Em 28 de outubro, voltou a protestar contra essa proibição:

Existe uma proibição em relação a minha pessoa, pois querem me enxovalhar e me atribuir a pecha de estar entrando no quartel para fazer pronunciamentos e panfletagens, o que é completamente infundado. No documento que encaminhei a S. Exa., Deputado Ibsen Pinheiro, está claro que se trata de uma discriminação ilegal e imoral. Sr. Presidente, solicito de V. Ex.~ que se empenhe no sentido de que eu obtenha uma resposta, no mais curto prazo de tempo possível, sobre esta proibição, que deve ser suspensa para que eu possa entrar nos quartéis e fiscalizar os atos do Poder Executivo (Bolsonaro, 1991, 21248).

No dia 13 de dezembro do mesmo ano, ao ser questionado por Bolsonaro sobre o tratamento dado a parlamentares em visitas a instalações militares, o General Carlos Tinoco respondeu:

Deputado Jair Bolsonaro, qualquer Senador ou Deputado em exercício que compareça a qualquer de nossas unidades militares, evidentemente, será tratado da melhor forma possível. Ele será recebido e conduzido ao gabinete do Comandante, que sem dúvida e certamente, o acompanhará a todas as repartições do quartel que ele desejar visitar. Isto, no entanto, não significa fiscalização, porque o Deputado ou Senador, individualmente, e V. Ex.^a sabe disso melhor do que eu, não tem a capacidade individual de fiscalização e, sim, o Congresso Nacional. Estou correto, Deputado? De modo que não há problema algum com relação a isso. Apenas, no seu caso particular, V. Ex.^a, absolutamente, não continuará a ser tratado como Oficial da ativa; será tratado em nossas organizações militares como um Congressista, exclusivamente como Congressista. Nunca mais será tratado como Oficial da ativa, o que, parece-nos, é como V. Ex.^a imagina que deva continuar a ser tratado (Bolsonaro, 1991, p. 26550).

As críticas aos ministros militares e ao presidente Collor, que ele considerava “um grande mentiroso” (Bolsonaro, 1992, p. 2724), eram, geralmente, motivadas por queixas em relação aos baixos salários recebidos pela classe militar:

Então, a humilde mensagem que trago dos meus colegas da Aeronáutica e do Exército, suboficiais, sargentos, cabos e soldados, que sofrem na pele esse problema tão sério, o salarial, é que o Senhor Fernando Collor de Mello não renuncie, mas deserte, abandone seu posto. E acrescento: junto com ele, abandone também o Sr. Carlos Tinoco Gomes Pereira, que tem sido um péssimo Ministro do Exército. S. Exa. se utiliza até de uma forma que sempre foi muito usada e que durante dezessete anos vi meus colegas usarem nos quartéis: quando algum militar da cúpula erra, envolve-se na primeira bandeira nacional que encontra pela frente e diz que estão atingindo a Instituição. Não dá mais para agüentar (sic) isso, Sr. Presidente (Bolsonaro, 1991, p. 22700).

As falas provocavam reações. Em 14 de abril de 1992, o deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR) afirmou:

O Deputado Jair Bolsonaro tem abusado de suas imunidades, ao provocar os militares que com ele não comungam da linha contestatória que assumiu quando ainda na ativa do Exército [...] O imperdoável [...] é que esteja buscando envolver seus pares e todo o Congresso em uma querela pessoal, que denota muito mais o ranço de seu passado como militar do que na realidade o apreço que apregoa ter por uma instituição centenária e respeitada (Rodrigues, 1992, p. 6895).

Entretanto, a pauta de Jair Bolsonaro não se restringia aos ataques às autoridades militares e às denúncias relacionadas aos baixos salários da categoria. Ainda em seu primeiro ano de mandato, o deputado manifestou-se favoravelmente à adoção de um projeto de controle de natalidade, argumentando que tal medida era necessária para enfrentar os problemas sociais do país:

Precisamos urgentemente proporcionar meios para que mais e mais menores abandonados deixem de povoar este País. Eles serão apenas mais mão-de-obra não-especializada no mercado; serão os delinqüentes (sic) de amanhã. Um controle de natalidade nos moldes do da China, onde o camponês chega a assassinar a filha recém-nascida porque só o homem interessa à lavoura, é reprimido por nós. Entretanto, esse dia chegará brevemente ao Brasil, caso medidas nesse sentido não sejam tomadas agora (Bolsonaro, 1991, p. 21916).

O discurso discriminatório em que afirma que “quem não tem condições de ter filhos, não deve tê-los” (Bolsonaro, 1993, p. 3371), revela sua compreensão de que as famílias pobres seriam as principais responsáveis pela violência no país. Em sua perspectiva, os filhos dessas famílias estariam, desde cedo, condenados à marginalidade. A defesa do controle de natalidade, como estratégia de combate à violência, foi uma pauta recorrente em sua trajetória

parlamentar. O tema foi levantado por ele em diversas ocasiões ao longo dos anos em que atuou como deputado federal em Brasília.

Outra pauta que sempre esteve presente em seus pronunciamentos foi a crítica à demarcação de terras indígenas. Em diversas oportunidades defendeu a redução da área destinada à reserva Yanomami, alegando que a extensão territorial poderia ameaçar a soberania nacional com um suposto risco de internacionalização das terras indígenas.

Jair Bolsonaro também utilizava seu tempo de fala no Parlamento para abordar temas variados, frequentemente marcados por queixas de cunho pessoal ou corporativo. Em diferentes ocasiões, reclamou do preço cobrado por um copo de vitamina na cantina da Câmara dos Deputados, acusou colegas de se apropriarem do tíquete-refeição de seus assessores, queixou-se do valor das refeições no restaurante da Casa e relatou ter sido impedido de entrar no gabinete da Presidência da Câmara. Também protestou contra a ausência de seus pronunciamentos nos veículos institucionais de comunicação, como o programa *A Voz do Brasil* e a TV Câmara. Além disso, chegou a reclamar do salário que recebia como deputado federal, reclamou por não ser convidado para reuniões no Estado-Maior das Forças Armadas, acusou o Ministro do Exército pelo desaparecimento de seus boletins informativos das caixas de correspondência dos militares e criticou as restrições ao seu acesso à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Apesar de ter sido eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro atuava, na prática, como representante dos militares das Forças Armadas em âmbito nacional: “tenho usado esta tribuna para reclamar reiteradas vezes da omissão e inércia dos Ministros militares. Se assim procedo, faço-o em nome das prerrogativas do exercício do mandato parlamentar” (Bolsonaro, 1992, p. 7146).

Em 1992, afirmou atuar em articulação com esposas de militares em Brasília, com o objetivo de pressionar o governo por melhorias salariais. Na ocasião, leu em plenário um documento intitulado *Marcha pela dignidade da família militar*, que, segundo ele, circulava nos quartéis e expressava o descontentamento da categoria em relação aos baixos salários e à postura das lideranças militares. O parlamentar denunciou, ainda, que essas esposas estariam sendo intimidadas e que seu próprio direito de reunião com elas estaria sendo cerceado.

No decorrer de seu mandato, ampliou sua linha de atuação para temas relacionados às forças auxiliares de segurança. Para além da defesa por melhores salários para a categoria, posicionava-se constantemente em apoio aos policiais militares envolvidos em episódios de grande repercussão nacional. Foi o que ocorreu no caso do Massacre do Carandiru, em 1992, considerada a maior chacina carcerária da história do Brasil, em que 111 presos foram mortos

pela Polícia Militar de São Paulo. Na ocasião, declarou “que a invasão foi apenas um ato enérgico” (Bolsonaro, 1992, p. 23346). Para Bolsonaro não se poderia esperar que policiais entrassem na “prisão com um buquê de rosas para negociar com bandidos, com marginais, com pessoas que não são cidadãos e não merecem o menor respeito de nossa parte” (Bolsonaro, 1992, p. 23346). Anos depois afirmou ter críticas sobre a atuação da polícia no controle da rebelião “porque só mataram 111 vagabundos”, afinal, para o deputado, naquele dia foi desperdiçada uma grande oportunidade de matar todos os presos do Carandiru (Bolsonaro, 1996, p. 2437).

Em 1996, voltou a se manifestar em defesa da Polícia Militar, desta vez no episódio que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás, no Pará. Em 17 de abril daquele ano, durante uma marcha de trabalhadores sem-terra rumo à capital paraense, 155 policiais militares foram acionados, resultando na morte de 21 participantes da marcha, que também eram membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Em plenário, utilizou seu tempo de fala para criticar o Partido dos Trabalhadores e o MST:

[...] se continuarmos passivamente aceitando tudo aquilo que o PT prega, com repercussão junto à imprensa, estaremos defendendo (sic) o fim do princípio da autoridade. Agora, esse partido julga que os profissionais invasores de terra são santos, os ditos sem-terra; amanhã, estará defendendo os sem-teto. Com o princípio da autoridade quebrado, indago a todos nesta Casa quem faria uma possível reintegração de posse de um lar nosso (Bolsonaro, 1996, p. 10972).

Dias depois, responsabilizou os líderes do MST pelo ocorrido no Pará: “O episódio de Eldorado dos Carajás é uma marca da insensatez daqueles que lideram o movimento dos sem-terra, que não medem as consequências para atingirem seus objetivos políticos” (Bolsonaro, 1996, p. 11370). Criticou a atuação da imprensa na cobertura do episódio em Carajás. Segundo ele, a opinião pública era manipulada “na versão dos fatos [apresentada pela mídia] com forte tempero emocional, e a razão passa a ser de menor valor nos julgamentos destes fatos” (Bolsonaro, 1996, p. 11370).

Em junho de 1997, uma greve dos policiais militares de Minas Gerais, que exigiam reajuste salarial, marcou o cenário político nacional. Em plenário, qualificou o movimento como cívico e legítimo, afirmando que deveria “ser seguido por todas as Polícias Militares do Brasil, com o apoio das nossas Forças Armadas, para varrermos de vez a corrupção neste País” (Bolsonaro, 1997, p. 17697).

O movimento se estendeu a outros estados, e Bolsonaro continuou a apoiar os grevistas. Chegou a sugerir que outros setores da segurança pública seguissem o mesmo

caminho: “se antecipem aos problemas, conversem com os respectivos governadores; senão, realmente, o caldo vai entornar. Se Deus quiser, chegará ao seio das Forças Armadas, e não faltarão líderes para assumir esse movimento” (Bolsonaro, 1997, p. 18747).

Aproveitando a visibilidade do momento, o parlamentar cobrou tratamento isonômico entre os membros da Polícia Rodoviária Federal e os da Polícia Federal, sobretudo na remuneração. Também incentivou os militares das Forças Armadas a se insurgirem:

[...] os militares das Forças Armadas devem também começar o seu movimento por dignidade salarial, a exemplo do que vem ocorrendo com as Polícias Militares do Brasil. O caminho é um só: o confronto com as autoridades constituídas, já que esta é a única linguagem que eles entendem (Bolsonaro, 1997, p. 19123).

A relação construída entre Bolsonaro e membros das Forças Armadas e forças auxiliares deve ser destacada. Consideramos que o apoio obtido por ele nas eleições presidenciais de 2018, sobretudo entre membros das forças auxiliares de segurança, tem raízes em sua atuação parlamentar ao longo dos anos. Ao defender a atuação policial em episódios como os massacres do Carandiru e de Eldorado do Carajás, legitimar movimentos grevistas de policiais, criticar governadores e atacar lideranças de esquerda, Bolsonaro ampliou sua base de apoio. Os pronunciamentos do ex-capitão ao longo dos anos consolidaram um vínculo duradouro também entre membros das polícias federais e fortaleceram sua posição nos setores de baixa patente das Forças Armadas.

Chama-nos a atenção o fato de um dos eventos de maior relevância na história recente do Brasil, o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, ter recebido apenas uma breve menção por parte do parlamentar. Apesar da ampla mobilização popular em torno do tema, Jair fez apenas um comentário pontual em plenário: “Para que o movimento pelo impeachment tenha realmente respaldo nacional e chegue ao seu fim, é necessário esclarecer que [...] São os Deputados conscientes e coerentes que estão trabalhando pela concretização desse movimento e visam fazer justiça no País.” (Bolsonaro, 1992, p. 21100).

Outro ponto que se destaca é a sua relação com os parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) durante seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Em 1993, sua postura em relação ao PT era significativamente distinta, chegando a elogiar parlamentares petistas em diversas ocasiões. Em pronunciamento realizado em fevereiro daquele ano, dirigiu-se ao deputado Agostinho Valente nos seguintes termos:

Sr. Presidente, V. Ex^a é do PT, e eu já declarei que muitas vezes acompanhei o voto do seu partido nesta Casa, apesar de pertencer ao PDC. Nas questões ideológicas,

tenho posição um pouco contrária, mas nas questões morais tenho o prazer e a coragem de dizer que acompanho o voto do partido de V. Ex^a, o qual muito honra e dignifica esta Casa. Não sou do PT por questões ideológicas (Bolsonaro, 1993, p. 3371).

Essa postura contrasta com uma das falas mais emblemáticas em sua campanha presidencial em 2018. Em um pronunciamento dirigido a apoiadores de sua candidatura no Acre, conclamou a população a “fuzilar a petralhada” e enviá-los para a Venezuela. Essa retórica do ódio² demonstra uma de suas características mais marcantes: o desprezo pela vida do outro.

Desde seu primeiro mandato, Jair Bolsonaro fez reiteradas referências elogiosas ao período da ditadura militar (1964–1985). Embora, anos mais tarde, passasse a classificá-lo como uma “revolução”, à época referia-se ao de 31 de março de 1964 como um golpe. Em suas declarações, criticava o regime democrático e, em diversas ocasiões, manifestava apoio explícito à instalação de uma ditadura: “Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo” (Bolsonaro, 1993, p. 13530).

As críticas ao Congresso Nacional tornaram-se cada vez mais contundentes. Bolsonaro acusou o Poder Legislativo de estar falido e denunciou uma suposta predominância da corrupção entre deputados e senadores, chegando a insinuar o fechamento do Congresso. Esses ataques resultaram na abertura de seu primeiro processo, de uma longa lista, por quebra de decoro parlamentar. O então presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, reagiu nos seguintes termos:

[...] determino ao Senhor Segundo Vice-Presidente, na condição de Corregedor-Geral, e ao Senhor Procurador Parlamentar que, na esfera das suas atribuições regimentais respectivas, iniciem imediatamente os procedimentos necessários para apurar a condenável conduta do Senhor Deputado Jair Bolsonaro, que, em pronunciamentos públicos em assembleias de militares da reserva, pela imprensa e através da tribuna parlamentar, como ainda hoje se verificou, vem fazendo graves acusações ao Congresso Nacional e a seus integrantes. A apuração ora determinada deverá considerar a hipótese de quebra do decoro parlamentar por parte do Senhor Deputado Jair Bolsonaro, com vistas à aplicação das penalidades previstas no art. 55 da Constituição e nos arts. 244 a 247 do Regimento Interno. O comportamento do Senhor Deputado Jair Bolsonaro é inaceitável por configurar um desrespeito à Câmara dos Deputados e ao Congresso, atitude ainda mais intolerável pela sua condição de integrante da instituição, à qual cumpre, como dever primeiro, defender esta Casa — jamais lançar-se numa pregação subversiva, capaz de estimular, na esteira das insatisfações e desconfortos resultantes da conjuntura de adversidades por que passa o País, nova aventura autoritária, que não teria mais cabimento em

² A retórica do ódio desumaniza o outro; transforma o adversário em um inimigo a ser eliminado simbolicamente; também funciona como uma tática para conquistar visibilidade em um mercado altamente competitivo, onde a disputa pela atenção mínima do público é intensa (Rocha. 2023).

face da evolução do processo democrático a que chegamos e que não encontraria eco nas Forças Armadas, que têm dado reiteradas demonstrações de acatamento ao Poder Civil, nos termos da Constituição, e estão dedicadas às suas atividades profissionais, contribuindo, desse modo, para que se consolide a democracia e sejam resolvidos os problemas que nos angustiam nos campos econômico e social. Certamente, quem exalta a ditadura e prega o golpeamento das instituições democráticas não fala em nome das Forças Armadas brasileiras (Oliveira, 1993, p. 13548).

Amparado pelo artigo 53 da Constituição Federal, que trata da inviolabilidade dos Deputados e Senadores, tanto civil quanto penalmente, por suas opiniões, palavras e votos, Bolsonaro foi absolvido no processo por 29 votos a 3. Após o resultado, declarou: “Não pedi o fechamento do Congresso nem o fim da democracia, mas sim o fim do sistema em que estamos vivendo, o fechamento de um Congresso que não corresponde aos anseios do povo” (Bolsonaro, 1993, p. 23410). No entanto, em pronunciamento de 2 de dezembro do mesmo ano, ele entrou em contradição:

[...] **ao pedir o fechamento do Congresso** em 24 de junho próximo passado, usando palavras fortes e figura extrema de retórica, por sentir junto ao povo o descrédito e o desagrado em relação ao mais transparente de todos os Poderes, o Legislativo, não estava errado; busquei, como Parlamentar, alertar para a grave situação que o País atravessava e, infelizmente, continua atravessando (Bolsonaro, 1993, p. 26239, grifo nosso).

Absolvido, manteve os ataques à democracia, insinuando que o regime ditatorial seria preferível ao contexto político da época. Tornaram-se frequentes, em seus discursos, as menções a uma possível crise militar, atribuída aos baixos salários da categoria, bem como à hipótese de uma revolta popular contra o Congresso Nacional. Em 1994, relembrou o discurso proferido no ano anterior, no qual havia sugerido o fechamento³ do Congresso. A fala pode até ser considerada um prenúncio do que viria a acontecer no 8 de janeiro de 2023:

Ano passado fiz um discurso neste plenário. Quem o leu sabe realmente o que falei, e quem o ouviu tem uma idéia (sic) um pouco distorcida dele. Continuo achando que esta Casa deveria fechar para balanço, antes que o povo brasileiro impulsione as Forças Armadas a fechá-la, um dia. Temos que lavar a roupa suja (Bolsonaro, 1994, p. 5027).

³ Ao longo de sua trajetória, por diversas vezes verbalizou sua sanha em fechar o Legislativo nacional. Por vezes, ele próprio voltava ao caso dizendo coisas como: “O que se vota nesta Casa é o que o Executivo quer. (...) No passado, alguns idiotas tentaram cassar meu mandato quando disse que o Congresso deveria ser fechado. (...) O Congresso, agindo dessa maneira, já está fechado há muito tempo”. Esse exemplo é de 1998. Em 2005, em entrevista a Jô Soares, inquirido sobre o tema e suas declarações passadas, justificou sua posição pela suspensão das atividades legislativas no país com essa: “Um Congresso que não vota com consciência é um Congresso fechado”. O apresentador fez troça do argumento com o qual Bolsonaro tentava tirar o problema do seu colo e jogar na conta alheia. (Cassis, 2022, p. 65).

O ano de 1994 representa um marco histórico para o Brasil: além da conquista do tetra campeonato mundial pela seleção brasileira de futebol masculino, ao vencer a Itália na final disputada em Los Angeles, nos Estados Unidos, o país vivenciou a implementação do chamado Plano Real. Elaborado e executado sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, o plano econômico mudou os rumos da economia do país. Após um longo período de hiperinflação, o Plano Real apresentava-se como a principal solução para a instabilidade econômica crônica que há décadas assolava o Brasil.

Desde o início, Bolsonaro posicionou-se de forma contrária ao Plano Real. Em sua visão, os militares seriam prejudicados nas medidas de conversão previstas no plano econômico do governo. O deputado mais uma vez acusava os meios de comunicação de serem parciais e silenciar as vozes parlamentares que se opunham ao plano. Em mais de uma ocasião, utilizou seu tempo na tribuna para atacar Fernando Henrique Cardoso e desacreditar a eficácia das medidas econômicas implementadas.

Em sua retórica contra a implantação do plano econômico, o deputado afirmou, por exemplo que,

Outra farsa que se anuncia é que a inflação ficará em tomo de zero com a implementação do real. Torço até para que isso seja verdade, mas não é, a partir do momento em que todos sabemos que os banqueiros tutelam a economia e que com a inflação abaixo de 30% ao mês a sobrevivência deles ficará muito difícil. Se a inflação chegasse a zero, logicamente que para eles seria o caos. E não vejo, na imprensa, os banqueiros reclamarem desse plano. Então, a que conclusão chegamos? Talvez eles venham a sofrer um ou dois meses antes das eleições deste ano, quando possivelmente será eleito esse grande enganador que deixou o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Não só enganador como também gazeteiro de carteirinha assinada (Bolsonaro, 1994, p. 3404).

Porém, ao contrário do que havia sido previsto pelo ex-capitão do Exército, após a implementação do Plano Real, a inflação caiu para menos de dois dígitos. Ainda assim, para ele, a medida fazia parte de uma estratégia eleitoral destinada a garantir a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, os preços voltariam a subir após as eleições: “Essa inflação de 5% que ora vivemos nada mais representa do que o oxigênio mínimo necessário para manter vivos os banqueiros. Após as eleições, lamentavelmente, veremos uma nova explosão da inflação e a volta da ciranda financeira” (Bolsonaro, 1994, p. 12300).

Em outubro daquele ano, Jair Messias Bolsonaro foi eleito para seu segundo mandato como deputado federal, com 111927 votos⁴, sendo o terceiro candidato mais votado no estado

⁴ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/rio-de-janeiro/resultados-das-eleicoes-1994-rio-de-janeiro-deputado-federal>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

do Rio de Janeiro. Entre 1995 e 1998, durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o parlamentar realizou 276 pronunciamentos na Câmara dos Deputados, com uma média de 69 discursos por ano.

Nesse período, utilizou termos ligados aos militares em 1814 ocasiões; referências a “salário” apareceram 393 vezes, uma queda significativa em relação ao mandato anterior; “família” (ainda referindo-se especificamente à família militar), 31 vezes; “religião”, 13 vezes; “esquerda” ou “comunismo”, 54 vezes, número que representa um crescimento expressivo em comparação ao primeiro mandato; e, novamente, não houve uso de termos relacionados à homossexualidade.

O ex-capitão manteve, nesse período, as pautas que já defendia nos anos anteriores: sua autodeclaração como representante dos militares, “quem fala pelo militar dentro desta Casa sou eu e não abro mão disso” (Bolsonaro, 1995, p. 18718); a defesa da valorização salarial das Forças Armadas; e a proposição de um programa de controle de natalidade voltado às famílias de baixa renda, “Qualquer ser humano consciente sabe que o combate à fome, à miséria e à violência passa por uma diminuição das grandes concentrações populacionais” (Bolsonaro, 1995, p. 23249). Seus discursos mantiveram o tom crítico ao governo federal e aos ministros militares, além de ataques a colegas parlamentares, denunciando, inclusive, suposto tráfico de influência dentro da Câmara dos Deputados em favor de projetos do Executivo.

O deputado posicionou-se contra a proposta de desvinculação da remuneração entre militares da ativa e da reserva, bem como à extinção da pensão integral para a categoria. Defendia a manutenção da paridade salarial e se queixou de não ter sido convocado pelo Estado-Maior das Forças Armadas para discutir o tema, lembrando que ele próprio seria diretamente afetado pela medida, uma vez que, ainda hoje, recebe remuneração como militar da reserva.

Uma pauta já abordada anteriormente, e à qual Jair Bolsonaro passou a se dedicar com maior ênfase em seu segundo mandato, foi a posição contrária à demarcação de terras indígenas. O parlamentar passou a denunciar, com frequência crescente, um suposto risco à soberania nacional decorrente dessas demarcações, especialmente no caso da Terra Indígena Yanomami. Em uma de suas falas, afirmou: “Estamos a um passo da independência daquela área” (Bolsonaro, 1995, p. 1851). Criticava o fato de que muitas das terras demarcadas estariam localizadas sobre jazidas de minerais estratégicos, os quais, segundo ele, despertavam o interesse de potências estrangeiras.

Sr. Presidente, mais e mais terras indígenas estão sendo demarcadas no País. Vale lembrar que não existe ONG para cuidar de índio que habita terra pobre. Cada vez que se demarca uma terra indígena no Brasil, descobre-se depois que, naquela terra, havia minerais estratégicos e importantes que poderiam, um dia, alavancar o País para o Primeiro Mundo. [...] Repito, toda e qualquer demarcação de terras indígenas no País é precedida por descobertas de jazidas minerais (Bolsonaro, 1995, p. 2450).

Agora, não há dúvida de que o objetivo maior dessas demarcações é o interesse das nações do Primeiro Mundo pela nossa biodiversidade, porque elas já destruíram tudo o que havia em seus países e agora, logicamente, olham para onde há algo importante, como a biodiversidade. [...] E mais, esses grandes espaços vazios poderiam ser ocupados estrategicamente por excesso populacional de países do Primeiro Mundo (Bolsonaro, 1995, p. 11680).

Em 1996, teve início o debate sobre o pagamento de indenização à família do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, morto durante a ditadura militar. A proposta provocou forte reação de Jair Bolsonaro, intensificando seus ataques ao governo e à esquerda. Em um de seus pronunciamentos mais contundentes e que, mais uma vez, revela seu desprezo pela vida do outro, o deputado declarou que “o grande erro do regime militar foi ter matado pouca gente, pois assim teríamos hoje menos vagabundo transitando no Palácio do Planalto e até dentro desta Casa também” (Bolsonaro, 1996, p. 19915).

Aproveitando o tema da indenização, apresentou projeto de lei propondo reparações financeiras às famílias de militares e agentes das forças auxiliares mortos por guerrilheiros. Utilizando-se novamente da prerrogativa da imunidade parlamentar, voltou a defender que o regime militar matou pouco, afirmando que, em caso de um novo regime, os “traidores da pátria” seriam eliminados: “Sr. Presidente, repetindo o que eu disse à tarde, o grande mal do regime militar foi não exterminar dezenas de traidores da Pátria, como, por exemplo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso” (Bolsonaro, 1996, p. 10672). Em outra oportunidade, também se referindo Fernando Henrique, disse que “FHC foi e sempre será um traidor da Pátria. O único erro do regime militar foi o de não ter eliminado gente da sua laia” (Bolsonaro, 1997, p. 7588). Afirmou também que:

[...] nosso Exército só é respeitado por seus descaminhos e, mais cedo ou mais tarde, se Deus quiser, tudo voltará a ser como antes. Mas a coisa será bem-feita! Não deixaremos canalhas e corruptos vivos para, mais tarde, prevalecendo-se da disciplina do militar, virem a nos humilhar (Bolsonaro, 1997, p. 32009).

Para seu terceiro mandato como deputado federal, Jair Bolsonaro foi eleito com 102893 votos⁵, número inferior ao obtido na eleição anterior, ocupando a 10ª posição entre os

⁵ https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2002&session=311030131844311. Acesso em: 1 de maio de 2025.

mais votados no estado do Rio de Janeiro. Observa-se, nesse período, uma redução significativa em sua atuação em plenário: foram registrados 165 pronunciamentos, com uma média de 41,25 discursos por ano.

As pautas relacionadas aos militares permaneceram no centro de sua atuação parlamentar, com 1469 menções a termos ligados à categoria. As referências a “salário” apresentaram aumento em relação ao mandato anterior, totalizando 452 ocorrências, embora ainda em patamar inferior ao registrado em seu primeiro mandato. A palavra “família” foi utilizada em 19 ocasiões; “religião”, em 24; e “esquerda” ou “comunismo”, em 15, o que representa uma queda expressiva em relação ao mandato anterior. Pela primeira vez, também foram registradas duas menções a termos relacionados à homossexualidade.

Assim como nos anos anteriores, continuou a se valer da imunidade parlamentar para atacar a democracia e defender a ditadura: “Tenho direito a falar o que bem entender neste microfone. Tenho imunidade para isso” (Bolsonaro, 2002, p. 22990). Frequentemente, utilizava linguagem incompatível com os regimentos das Casas Legislativas, razão pela qual muitos de seus pronunciamentos continuaram a ser publicados no Diário da Câmara com a observação de que o texto havia sido escoimado.

Destilando sua retórica do ódio, permanecia insensível à vida daqueles que considerava adversários políticos. Em um de seus pronunciamentos mais polêmicos, declarou: “Às favas esta democracia de araque. Maldita ditadura que não matou ninguém. Se tivesse matado uns 300 mil, os vagabundos que nos governam hoje estariam enterrados ou desaparecidos, e o Brasil estaria muito melhor” (Bolsonaro, 1999, p. 2830). Em outra ocasião, reiterou a lamentação por Fernando Henrique Cardoso ter sobrevivido ao regime militar: “Este Presidente da República, que a ditadura errou, e muito, por não o ter matado” (Bolsonaro, 1999, p. 3319).

Entre as medidas que defendia como forma de combate à violência, insistia na adoção da pena de morte, na redução da maioria penal e na realização de procedimentos de laqueadura e vasectomia em famílias de baixa renda. Reafirmando sua posição contrária a políticas públicas que não contemplassem diretamente as classes militares, posicionou-se contra a reforma da Previdência e a criação de um fundo de combate à pobreza. Em uma postura marcadamente corporativista, também foi contrário à instituição da Guarda Nacional e à criação do Ministério da Defesa.

Como nos mandatos anteriores, ministros de governo e comandantes das Forças Armadas continuaram sendo alvos frequentes de suas críticas, quase sempre responsabilizados pelos baixos salários recebidos pelos militares.

As manifestações em defesa do regime militar tornaram-se rotineiras. Continuava a afirmar que não houve golpe em 1964, mas sim uma revolução democrática apoiada pelo povo. Foi porém em 1999 que utilizou pela primeira vez seu tempo de fala no dia 31 de março para enaltecer oficialmente o regime instaurado naquele ano, prática que, a partir do primeiro governo Lula, se tornaria um ritual em sua trajetória parlamentar-

Durante o período de pré-campanha à Presidência da República nas eleições de 2002, um episódio chamou a atenção: Jair Bolsonaro declarou apoio ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva em um eventual segundo turno contra José Serra. Embora já tivesse feito elogios pontuais a Lula em momentos anteriores, dessa vez chegou a insinuar que os militares votariam no candidato do Partido dos Trabalhadores.

Se Lula e Serra forem para o segundo turno, a Oposição — e disso não tenho a menor dúvida — vencerá. Afinal, o País não mais está aguentando tanta roubalheira e corrupção! [...] Lula merece nota dez pelo sincero e confiante discurso que fez ontem. Disse apenas o que está acontecendo e que é muito fácil resolver os problemas das Forças Armadas. Basta multiplicar por um o que o atual Governo está fazendo. Quero louvar a posição do Lula na Comissão de Relações Exteriores. Farei chegar ao conhecimento dos meus vinte mil militares, que forem internautas, da posição do presidenciável naquela Comissão, para que cada um forme um juízo melhor de como votar por ocasião das eleições em 6 de outubro. Obviamente, nós fechamos: nenhum militar vai votar em Serra! (Bolsonaro, 2002, p. 32261).

Após o resultado das eleições, confirmou que seu voto no segundo turno havia sido para Luiz Inácio. Afirmou que não desejava ser oposição ao novo governo, mas que também não se colocaria na base aliada. O deputado chegou mesmo a declarar que admirava Lula: “Apelo ao nosso Presidente Lula, **a quem respeito e admiro por seu passado e sua conquista [...]**” (Bolsonaro, 2002, p. 52618, grifo nosso).

Em outubro de 2002, foi eleito para seu quarto mandato como deputado federal, com 89945 votos⁶, ocupando a 21ª posição entre os candidatos mais votados no estado do Rio de Janeiro. Entre 2003 e 2006, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Bolsonaro realizou 195 pronunciamentos no Parlamento, com uma média de 48,75 discursos por ano.

As pautas relacionadas aos militares continuaram a ocupar posição central em sua atuação: termos ligados à categoria foram utilizados em 1666 ocasiões. As menções à temática “salário” mantiveram-se estáveis em relação ao mandato anterior, com 403 ocorrências. A palavra “família” foi empregada 38 vezes; “religião”, 33 vezes; e “esquerda”

⁶ https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2002&session=311030131844311. Acesso em: 1 de maio de 2025.

ou “comunismo”, 61 vezes, número próximo à soma registrada nos mandatos anteriores. Destaca-se, ainda, o crescimento expressivo das menções a termos relacionados à homossexualidade, que apareceram pela primeira vez com maior frequência, totalizando 15 ocorrências nesse período.

Logo no início de 2003, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6912/2002, que visava instituir ações afirmativas em prol da população afrodescendente. Jair Bolsonaro posicionou-se, desde o início, contrário à proposta. Para o deputado, a criação de cotas era um “tema um tanto quanto antidemocrático” e equivalia a “instituir o racismo no país”. Segundo ele, tratava-se de uma afronta à Constituição:

É uma afronta à nossa Constituição pretender aprovar uma lei determinando cotas para negros e pardos em universidades públicas, por exemplo. Ora, se os luminares desta Casa querem mesmo fazer justiça, que designem cotas de 20% de negros para Deputado Federal. Vamos começar a dar o exemplo por cima (Bolsonaro, 2003, p. 9855).

Também se manifestou de forma contrária à criação do Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual: “Não podemos, no momento em que os valores morais cada vez mais vão por terra, contribuir dessa maneira para a criação deturpada de nossos jovens.” (Bolsonaro, 2003, p. 42283).

Ainda em 2003, foi votada a Lei nº 10671, conhecida como Estatuto do Torcedor. A norma visava proteger os direitos dos torcedores em eventos esportivos, estabelecendo deveres para todos os envolvidos. Bolsonaro votou contra o projeto e justificou sua posição nos seguintes termos:

A aprovação do Estatuto do Torcedor foi uma grande falha do Congresso Nacional. Não tenho qualquer contato com dirigentes de futebol, mas conceder transporte ao torcedor e não às suas mães é um absurdo, assim como o é, num raio de cinco quilômetros de um estádio de futebol, o presidente de um clube responder por assassinato. Mas o papel aceita tudo (Bolsonaro, 2003, p. 22107).

O parlamentar também votou contra a proposta de desarmamento em discussão no Congresso: “Não podemos desarmar o cidadão de bem. Se este não quer que sua casa seja violada, precisa ter uma arma dentro dela; caso contrário, acontecerá, guardando as devidas proporções, uma nova Hiroshima ou Nagasaki.” (Bolsonaro, 2003, p. 37429). Por outro lado, manifestou apoio à atuação de grupos de extermínio:

[...] enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo. Se não houver espaço para ele

na Bahia, pode ir para o Rio de Janeiro. Se depender de mim, terão todo o meu apoio, porque no meu Estado só as pessoas inocentes são dizimadas. Na Bahia, pelas informações que tenho — lógico que são grupos ilegais —, a marginalidade tem decrescido. Meus parabéns! (Bolsonaro, 2003, p. 37962).

Naquele mesmo ano, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara analisava a Proposta de Emenda Constitucional nº 393/2001, que previa, entre outros pontos, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Jair Messias posicionou-se contra a proposta e sugeriu outra solução: “O objetivo é fazer com que se trabalhe menos para empregar quem está desempregado. Esse excesso de mão de obra tem de ser combatido com controle de natalidade. Não há outro caminho.” (Bolsonaro, 2003, p. 47927).

O deputado também se opôs à reforma da previdência dos militares, proposta no início do governo Lula. Seu principal argumento era a previsão de contribuição previdenciária para inativos: “Estou um tanto quanto apreensivo neste início do Governo Lula, principalmente no tocante à previdência militar e à dos servidores públicos. O Governo continua com o propósito de cobrar contribuição previdenciária dos inativos.” (Bolsonaro, 2003, p. 3093).

Um dos pontos mais criticados por ele era a proposta de extinguir o pagamento de pensões às filhas de militares: “Querem abolir o privilégio, como dizem, da pensão das filhas. Ora, meu Deus do céu, o militar contribui para esse benefício desde que senta praça, até a morte.” (Bolsonaro, 2003, p. 3094). O ex-capitão chegou a declarar que “A proposta de reforma da Previdência é descabida do começo ao fim. E ninguém me fará votar favoravelmente a um só artigo dessa PEC.” (Bolsonaro, 2003, p. 25394).

De maneira geral é possível afirmar que Bolsonaro atuava sistematicamente para manter os privilégios da classe militar e garantir ganhos salariais para seus membros. Em contrapartida, propostas que buscavam ampliar direitos ou benefícios para outros segmentos da população eram, em geral, combatidas pelo parlamentar.

O parlamentar continuava, em seus pronunciamentos, a recorrer à retórica do ódio para atacar aqueles que considerava seus inimigos. A partir de 2005, com a nomeação de Dilma Rousseff para o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, seus ataques passaram a se concentrar nela. Classificou-a como “terrorista” e passou a fazer comentários depreciativos sobre sua vida pessoal. Paralelamente, intensificou suas críticas ao presidente Lula. Em um de seus pronunciamentos mais agressivos, afirmou:

Sr. Presidente, temos de começar a desmascarar este Governo: se a corrupção existe nesta Casa, quem a pratica, o homossexual ativo, é o Presidente Lula. Temos de começar um movimento para desbancar o Presidente da República. Não queremos homossexual passivo, nem ativo, neste Governo (Bolsonaro, 2005, p. 28424).

Para o exercício de seu quinto mandato, Bolsonaro foi eleito com 99700 votos⁷, ocupando a 14ª posição entre os candidatos mais votados no estado do Rio de Janeiro. Entre 2007 e 2010, proferiu 212 pronunciamentos na Câmara dos Deputados, com uma média de 53 discursos por ano.

As pautas relacionadas aos militares mantiveram-se no centro de sua atuação: termos ligados à categoria foram utilizados em 1232 ocasiões. No entanto, as menções à temática “salário” apresentaram queda acentuada, com apenas 184 ocorrências. O uso da palavra “família” manteve-se estável em relação ao mandato anterior, sendo empregada 35 vezes; “religião” foi mencionada 44 vezes; e os termos “esquerda” ou “comunismo” seguiram em crescimento, com 75 ocorrências. Em contraste com a queda nas referências a “salário”, os termos relacionados à homossexualidade foram utilizados em 65 ocasiões — número quase quatro vezes superior ao registrado no mandato anterior, evidenciando um redirecionamento parcial de suas pautas discursivas.

No início do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, continuava a defender as mesmas bandeiras que sustentava havia mais de uma década e meia na Câmara dos Deputados. Seus discursos reiteravam as acusações de abandono das Forças Armadas por parte do Poder Executivo, com ênfase nas defasagens salariais e na ausência de incentivos às carreiras militares. Reafirmava, ainda, propostas como a redução da maioria penal e a implementação de um programa nacional de controle de natalidade, que previa a realização de laqueaduras e vasectomias em pessoas com mais de 21 anos, como forma de conter o crescimento populacional, reduzir as desigualdades sociais e combater a violência. Mantinha também sua postura crítica em relação à demarcação de terras indígenas, que, segundo ele, colocariam em risco a soberania nacional.

O deputado continuava a utilizar a imunidade parlamentar para atacar seus desafetos. Seguia fazendo elogios à ditadura militar e criticando aqueles que a combateram: “A vagabundagem da grande maioria da esquerda, que enfrentou o regime militar com armas em mãos, sequestrando, roubando, torturando e, muitas vezes, estuprando, alega que estava combatendo a ditadura militar e buscando a democracia.” (Bolsonaro, 2008, p. 53481).

Seguiam presentes em seus pronunciamentos as queixas por não ter espaço no programa *A Voz do Brasil* ou na TV Câmara, os ataques à imprensa e os elogios ao trabalho de seus filhos — à época, um vereador no Rio de Janeiro e outro deputado estadual no mesmo estado.

⁷ <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?session=311030131844311>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

Em junho de 2009, pela primeira utilizou uma estratégia que viria a lhe dar visibilidade nacional pouco tempo depois: o discurso de “pânico moral”⁸. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, denunciou a suposta existência de livros didáticos com conteúdo obsceno, que estariam sendo distribuídos a alunos do ensino fundamental no em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro:

O Brasil não tem futuro com esse material didático sendo distribuído para crianças de 8, 9, 10 anos. [...] Recolher esses livros não basta. [...] Não podemos conviver com um ensino dessa natureza. Segundo o jornal *O Dia*, uma menina de 5 anos, depois de ver a gravura, falou para o coleguinha que teve relações sexuais com outro colega, por causa da gravura. Isso é uma vergonha! Temos de agir com responsabilidade (Bolsonaro, 2009, p. 28705).

Embora não tenha voltado ao tema naquele ano, a semente estava plantada.

Em 2010, o cenário político foi marcado por dois fatores que acirraram a retórica de Jair Bolsonaro: a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade⁹ e a ascensão de Dilma Rousseff como principal candidata à Presidência da República. Ambos os temas motivaram pronunciamentos agressivos por parte do parlamentar, que passou a dirigir ataques recorrentes à figura de Dilma, muitas vezes com desqualificações baseadas em sua condição de mulher:

Criaram uma comissão da patifaria, da calúnia, a fim de passar para a sociedade que esse pessoal que chegou no poder hoje [...] Esse pessoal que cometia atos de barbaridade está no Governo posando de vítima, sendo regamente pago com indenizações milionárias. Não podemos admitir que uma mulher como Dilma Rousseff, pertencente a esse grupo, seja Presidente do Brasil (Bolsonaro, 2010, p. 2550).

Dilma Rousseff, uma assaltante, uma ladra! Dilma Rousseff, uma ladra, roubou a casa do Adhemar em 1968. Eu vejo o PMDB dando apoio a essa mulher. Meus companheiros, dá tempo ainda! Com Dilma na Presidência, a tendência é chegar ao que se vê hoje em Cuba (Bolsonaro, 2010, p. 4919).

Os militares estão numa situação de abandono. Não podemos confiar na Dilma Rousseff, uma candidata que já assassinou gente, já sequestrou, já roubou, já matou,

⁸ Chamar algo de "pânico moral" não implica que esse algo não exista ou não tenha acontecido, nem que a reação seja baseada em fantasia, histeria, delírio, ilusão ou em ter sido enganado pelos poderosos. Duas suposições relacionadas, no entanto, exigem atenção – que a atribuição do rótulo de pânico moral significa que a extensão e a importância do "fato" foram exageradas (a) em si mesmas (em comparação com outras fontes mais confiáveis, válidas e objetivas) e/ou (b) em comparação com outros problemas mais graves. Essa rotulação decorre de uma recusa deliberada, por parte de liberais, radicais e pessoas de esquerda, de levar a sério as ansiedades públicas. Em vez disso, estariam promovendo uma agenda politicamente correta: rebaixar os valores tradicionais e as preocupações morais. (Cohen, 2002, p. viii, tradução nossa).

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2025)

fez tanta coisa errada — até a revista *Época*, em parte, publica um pouco do seu passado —, e claramente detesta os militares das Forças Armadas (Bolsonaro, 2010, p. 38069).

Em novembro de 2010, o discurso de “pânico moral” voltou à pauta. Em pronunciamento no dia 30 daquele mês, denunciou a existência de um suposto material chamado *kit contra a homofobia*, produzido por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, ambas no âmbito da Câmara dos Deputados. Segundo o parlamentar, o material seria distribuído a crianças em escolas públicas: “Atenção, pais [...] seus filhos vão receber na escola um *kit* intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade.” (Bolsonaro, 2010, p. 47958).

No dia seguinte, voltou ao tema: “É lamentável que aquela Comissão [...] esteja plenamente favorável à distribuição de um *kit* [...] que, na verdade, estimula o homossexualismo nas escolas de 1º grau, que será distribuído às crianças de sete a dez anos de idade.” (Bolsonaro, 2010, p. 48352).

No dia 8 de dezembro, mais uma vez abordou o assunto: “Tenho certeza de que 90% do pessoal da Comissão de Educação não sabe disso. Com esse *kit*, na verdade, estimula-se o homossexualismo. [...] O *kit* vai ser distribuído no ano que vem para as escolas públicas do primeiro grau.” (Bolsonaro, 2010, p. 49703).

A partir dessas declarações, conquistou o espaço midiático que tanto buscava. As denúncias sobre o suposto material, que ele passou a chamar de “*kit gay*”, repercutiram nacionalmente. O deputado veio a ser convidado para diversos programas populares de televisão, alcançando milhões de brasileiros preocupados com a educação moral de seus filhos. Em busca de apoio, apelou à bancada religiosa da Câmara dos Deputados, estabelecendo uma aliança política e ideológica em torno da defesa da moral, dos bons costumes e da família tradicional brasileira. A união entre política e religião consolidou uma frente conservadora contra os projetos progressistas do governo federal.

1.2 Novas frentes e velhos discursos: a reorientação das pautas de Jair Bolsonaro no Parlamento a partir de 2011.

O sexto mandato do deputado federal Jair Bolsonaro (2011–2014) foi o período em que mais realizou pronunciamentos no Parlamento, totalizando 296 intervenções, uma média

anual de 74. Nas eleições de 2010, o parlamentar obteve seu melhor desempenho eleitoral até então, com 120646 votos¹⁰, sendo o 11º candidato mais votado para a Câmara dos Deputados.

As pautas relacionadas aos militares apresentaram queda expressiva: termos vinculados à categoria foram utilizados 711 vezes, número inferior à metade da média dos mandatos anteriores, que era de 1587. A menção a temas relativos a “salário” também sofreu redução significativa, com apenas 86 ocorrências, o que representa uma diminuição aproximada de 86% em relação à média dos quatro primeiros mandatos (559 menções).

Em contrapartida, observou-se aumento considerável no uso da palavra “família”, que apareceu em 109 ocasiões. Para fins de comparação, durante os quatro mandatos compreendidos entre 1995 e 2010, o termo foi mencionado 123 vezes, ou seja, apenas 14 ocorrências a mais do que no período entre 2011 e 2014. Além disso, destaca-se uma mudança na forma como o termo passou a ser empregado: Bolsonaro deixou de se referir exclusivamente à “família militar” e passou a invocar a “família tradicional brasileira”, compreendida por ele como defensora da moral e dos bons costumes.

Também houve crescimento significativo no uso de termos ligados à “religião”, com 119 registros, número equivalente à soma das menções realizadas nos cinco mandatos anteriores. Merece destaque ainda a palavra “Deus”, que foi mencionada 58 vezes nesse período, superando em uma ocorrência o total de vezes em que foi empregada nos quatro primeiros mandatos (1995–2006).

Já os termos “esquerda” e “comunismo” mantiveram frequência semelhante à do mandato anterior, com 75 registros. Contudo, os termos relacionados à homossexualidade foram os que apresentaram o maior crescimento proporcional: 397 menções, o que representa um aumento de aproximadamente 385% em relação à soma dos cinco mandatos anteriores (82 ocorrências).

Em seu primeiro pronunciamento no novo mandato, realizado em 1º de fevereiro de 2011, o deputado, além de se candidatar à presidência da Câmara dos Deputados, eleição na qual obteve apenas 9 votos (Rocha, 2023, p. 23), voltou a abordar o tema do que passou a chamar de “kit gay”:

Jovens Parlamentares, este ano escolas públicas de primeiro grau estão distribuindo um kit gay de estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade, com a participação desta Casa. O que V.Exas. vão falar a um pai de aluno que lhes procurar para dizer que o filho de 7, 8, 9 ou 10 anos de idade assistiu ao filme Encontrando Bianca ou ao filme Boneca na Mochila? (Bolsonaro, 2011, p. 119).

¹⁰ https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2010&session=16808195730800. Acesso em: 1 de maio de 2025.

A partir de 2011, “pânico moral” passou a ocupar lugar central em seus discursos parlamentares, tornando-se recorrente e, por vezes, dominante. Sempre que possível, o deputado abordava temas relacionados aos costumes, frequentemente construindo narrativas próprias para criticar políticas públicas voltadas, em especial, à população LGBTQIA+. A tática foi adotada nos anos seguintes, inclusive nas disputas presidenciais de 2018 e 2022.

Sobre essa mudança de pauta nos discursos, Rocha (2023, p. 146) afirma que,

Em 2011, Bolsonaro havia entendido que precisava ampliar seu perfil, que até então se limitava aos interesses militares e das forças de segurança. A pauta de costumes foi seu passaporte para se apresentar como um político de alcance nacional. Entender esse movimento me parece mais importante do que aplicar rótulos que, no fundo, já foram tão usados que não têm mais força semântica.

Um exemplo representativo dessa estratégia retórica foi o ataque ao *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O *Plano Nacional* previa, entre outras medidas, a inclusão da população LGBT em programas de alfabetização, a ampliação de projetos nas áreas da saúde e da educação, bem como a implementação de políticas sociais voltadas à redução da fome e da pobreza. Apesar de seu conteúdo, o deputado desqualificou a proposta por meio de caricaturas e distorções: acusou o plano de instituir “cotas para professores gays em escolas do 1º grau”; classificou o programa de bolsas voltado à qualificação profissional de travestis e transexuais como “Bolsa Gay” e denominou a política de assistência social destinada à população LGBT como “Bolsa Família Gay” (Bolsonaro, 2011, p. 12138).

Porém, de acordo com o parlamentar, o programa possuía outro objetivo:

Estão atacando, emboscando a nossa criança, os nossos filhos, os nossos netos nas escolas. Enquanto os pais estão trabalhando, o filho está sendo aliciado para se tornar homossexual, como se isso fosse legal, como se um pai tivesse orgulho de ter um filho homossexual. Isso é uma vergonha (Bolsonaro, 2011, p. 12138).

Apresentando-se como defensor da moral e dos bons costumes, afirmou: “Não vou admitir essas ações desses grupos homossexuais radicais, os mesmos que querem substituir a bandeira do Brasil dos pátios das escolas, onde está escrito ‘Ordem e Progresso’, por uma bandeira arco-íris com a expressão ‘Vale Tudo’” (Bolsonaro, 2011, p. 18055).

Na narrativa construída pelo deputado, a política de combate à homofobia, em estudo por órgãos do Governo Federal, teria como finalidade a criação de um “kit gay”:

para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas [...]. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia (Bolsonaro, 2011, p. 21880).

Diante da forte pressão da bancada conservadora do Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff decidiu suspender a distribuição do material educativo contra a homofobia. Em pronunciamento sobre o episódio, Bolsonaro celebrou a decisão e, imediatamente, criou outra narrativa, alertando seus pares sobre a existência de outra “cartilha gay”:

Antes de agradecer à bancada católica, à bancada evangélica, entre outros preocupados com a família, com os bons costumes, eu quero dizer aos meus companheiros que o monstro ainda não está devidamente morto, porque há outra cartilha, essa patrocinada pelo então Secretário Paulo Vannuchi e pela atual Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário [...] Está prevista também uma campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT, usando personagens adolescentes. Ou seja, é mostrar na televisão como um menino de 15 anos faz sexo seguro com outro menino de 15 anos (Bolsonaro, 2011, p. 26550).

Em setembro de 2011, voltou a abordar o tema do “kit gay”. Em novo pronunciamento, denunciou uma suposta proposta, constante na pauta da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de distribuição de livros escolares sobre diversidade sexual às bibliotecas públicas, destinados ao público infantojuvenil:

Mas o que vai ser daqui para frente? Em qualquer livro que tenha uma figura de um homem de calça comprida, de uma mulher de saia e uma criança do lado, tem que ter também uma outra figura de um homem, com outro homem de calça comprida e uma criança adotada do lado. É isso! Ou também uma figura de duas mulheres e uma criança adotada (Bolsonaro, 2011, p. 48378).

Ainda no campo dos costumes, o deputado foi autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visava proibir a adoção de crianças por casais homoafetivos. No entanto, a proposição não teve tramitação no Congresso Nacional. O parlamentar também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, afirmando: “Lamento, porque é mais um golpe na família e nos bons costumes” (Bolsonaro, 2011, p. 31108).

Manifestou seu repúdio ao Projeto de Lei nº 122, de 2006, que propunha a criminalização da homofobia:

Então, Sr. Presidente, acho que a grande questão do PL 122, contra o qual tem falado muito bem o Pastor Silas Malafaia – e eu o apoio integralmente nessa questão – é saber como ele foi aprovado nesta Casa: numa sessão, num fim de tarde para noite, fora da Ordem do Dia, num requerimento de urgência extra pauta. Em 10 segundos, foi aprovada essa excrescência aqui. Isso atenta contra toda a sociedade brasileira. Não podemos criar uma classe especial de homossexuais em nosso País, como se fossem semideuses (Bolsonaro, 2011, p. 31108).

Bolsonaro protestou contra a destinação de recursos públicos para a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em dezembro de 2011, em Brasília. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tornou-se alvo frequente de seus ataques:

Atenção PSOL, Partido da solidariedade e da homoafetividade, pode preparar outra representação no Conselho de Ética, porque o bicho vai pegar mais grave agora! Vocês têm um Deputado que se orgulha de ser gay, e há um outro que arranja milhões para o kit gay e para os movimentos LGBT. Esse é um partido que não tem qualquer respeito com a família, com os bons costumes, com a religião, com a moral. Essa é uma outra briga que estamos assumindo e, tenho certeza, que muitos Parlamentares assumirão comigo, para que não se realize esse evento que contará com 800 homossexuais em Brasília, à custa do contribuinte, para pregar o homossexualismo nas escolas de 1º grau (Bolsonaro, 2011, p. 35835).

Em novembro do mesmo ano, voltou a acusar o Governo Federal de desenvolver material didático com conteúdo de orientação homossexual destinado às escolas públicas: “Então, pessoal, é o presente de Natal que Dilma Rousseff está proporcionando para as famílias pobres do Brasil; ou seja, no dia em que a maioria da garotada nas escolas for homossexual, está resolvido o assunto!” (Bolsonaro, 2011, p. 63444). O parlamentar ainda proferiu ataques pessoais à presidente Dilma Rousseff, chegando a afirmar que ela seria “mentirosa” e que “não possui identidade sexual definida” (Bolsonaro, 2011, p. 63493).

Bolsonaro responsabilizou a esquerda e, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT), pela suposta destruição dos valores morais e da estrutura familiar brasileira. Segundo ele: “O Governo quer inclusive criar cota para professor homossexual. Um garoto que está crescendo vendo um drag queen na escola acha que aquilo é normal” (Bolsonaro, 2011, p. 59443).

Em seu último pronunciamento de 2011, voltou a acusar o Ministério da Educação de promover a distribuição do chamado “kit gay”:

Meu Deus do céu! Eu não estou perseguindo homossexual, eu não quero isso dentro das escolas. Como posso pagar escola para o meu filho, ele não frequenta escola pública. Mas eu não quero que o filho da senhora que trabalha na minha casa ajudando a minha esposa, o qual frequenta escola pública, tenha acesso a essa imoralidade. Pelo amor de Deus, não cometam, não deixem que grupos

homossexuais cometam essa covardia com as crianças, com as famílias, com a religião e com os bons costumes! (Bolsonaro, 2011, p. 63498).

A defesa enfática dos “bons costumes” e da “família cristã tradicional” aproximou Bolsonaro da bancada evangélica no Congresso. Essa bancada é um grupo informal de parlamentares do Congresso Nacional do Brasil que compartilham valores e interesses religiosos evangélicos. Ela não é um partido político, mas sim um agrupamento de políticos de diferentes partidos que atuam de forma coordenada em questões relacionadas à moralidade, costumes e outros temas de interesse do segmento evangélico. Diversos integrantes desse grupo o apoiaram nas denúncias contra o kit gay e votaram favoravelmente à sua absolvição em processo conduzido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, no ano de 2011. Sobre esse episódio, o ex-capitão declarou:

Tudo o que aconteceu comigo nesta Casa – e porventura a gente de vez em quando até extrapola – foi no fragor de um debate salutar em defesa da família, dos bons costumes e do cristianismo. Apesar de eu não ser evangélico, agradeço, no momento, o apoio da Bancada Evangélica nessa minha questão também. [...] os votos contrários que eu tive ou eram de fundamentalistas homossexuais, como gente ligada ao PSOL, ou voltados para a questão ideológica. Foi uma vitória desta Casa como um todo, em defesa da família, da ética, dos bons costumes e da vergonha na cara! Isso é para os integrantes do PSOL (Bolsonaro, 2011, p. 34378).

Em 2012, foi criada no Senado Federal uma comissão de notáveis com a finalidade de discutir a reforma do Código Penal. Em abril daquele ano, Jair acusou o Governo Federal de, ao propor a descriminalização dos prostíbulos, incentivar a prostituição:

Ontem participei de um programa televisivo com dois integrantes da comissão de notáveis juristas que, no Senado, estão elaborando a reforma do Código Penal. [...] Pelo que senti, antes de notáveis juristas, muitos são notáveis petistas. [...] Lá também foi discutida a legalização de prostíbulos. [...] O Governo, em vez de desestimular as mulheres a entrarem nessa vida, ele as estimula, como está agora estimulando ser gay, [...] Meu Deus do céu, será que esse pessoal não tem filha, não tem irmã, não tem neta, não tem família? O tecido social está cada vez mais esgarçado. E este Governo trabalha neste sentido: quanto pior estiverem a nossa educação e o moral do nosso povo, mais fácil será perpetuar-se no poder (Bolsonaro, 2012, p. 12378).

Ele enxergou na proposta da comissão mais uma oportunidade para construir uma narrativa própria e disseminar o pânico moral. O parlamentar afirmou que o trabalho dos notáveis escolhidos pelo Senado deveria ser descartado, pois representava, segundo suas palavras, “uma afronta à dignidade, à família, aos bons costumes e à religiosidade” (Bolsonaro, 2012, p. 19780).

Em maio daquele ano, a Câmara dos Deputados sediou o 9º Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). De acordo com a *Agência Câmara de Notícias*, o tema do encontro foi “sexualidade na infância e na adolescência, papel de gênero e bullying”, e o lema “Respeito à diversidade se aprende na infância”. Ainda segundo a publicação, um dos objetivos do evento era retomar o debate em torno do projeto *Escola Sem Homofobia*¹¹. O seminário foi alvo de críticas de Jair Bolsonaro, que aproveitou a ocasião para retomar sua narrativa sobre o chamado “kit gay”:

Quero agora dirigir-me à família brasileira. Não sou pastor evangélico, não sou padre. Sou apenas um homem, um Parlamentar que tem uma família. Mais do que isso, tenho uma família e respeito quem tem família. Chegaram à conclusão [no Seminário] de que os meninos gays serão homens inteligentes. [...] Volta-se ao tema de que as melhores professoras de alguns homossexuais foram as prostitutas. Elevam a categoria dos professores à prostituição. [...] Afirmam a necessidade de distribuir o kit gay nas escolas porque ele foi elaborado com dinheiro público (Bolsonaro, 2012, p. 21876).

Na continuidade de sua fala, reforçou sua narrativa sobre as propostas apresentadas no seminário:

[...] definirão que por ocasião de aulas de orientação sexual nas escolas deverá ser ensinado o uso de preservativo entre homem e mulher e entre homem e homem, dentro das escolas do ensino fundamental. O próprio tema diz: Seminário LGBT para infância, ensinando crianças a partir de 6 anos de idade como serem homossexuais. [...] Não podemos aceitar o falso discurso de combater a homofobia que, na verdade, cada vez mais, estimula os nossos meninos e meninas a partir de 6 anos de idade a serem homossexuais (Bolsonaro, 2012, p. 21876).

O deputado também utilizou a retórica do “kit gay” como instrumento político nas eleições municipais de 2012, na tentativa de impedir a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad. Em diversas oportunidades, referiu-se a Haddad como o “pai do kit gay”. Em outubro, mês das eleições, utilizou seu tempo de fala no plenário para fazer campanha contra o candidato petista:

¹¹ O Escola Sem Homofobia foi construído em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education (Gale) e as organizações não governamentais ABGLT, Pathfinder do Brasil e Ecos; e foi apoiado pelo Ministério da Educação e sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Os materiais educativos foram avaliados e aprovados pela Unesco e seriam distribuídos no segundo semestre de 2011 para alunos do Ensino Médio. O conjunto de materiais envolvia um caderno com conteúdo teórico e conceitos básicos, boletins temáticos para os alunos(as), três vídeos, carta aos(as) profissionais da educação e cartaz do projeto. Entre outros elementos, os conteúdos dos materiais contribuíam para a compreensão da sexualidade como construção histórica e cultural, buscando evidenciar e corrigir situações de agressão velada e aberta contra as pessoas LGBT”. (Toitio, 2016, p.185)

Na quarta série de uma escola do ensino fundamental de Contagem, Minas Gerais, o trabalho de casa para as crianças foi responder, entre outros temas, às seguintes perguntas: ‘Como se transa?’ ‘O que é sexo...?’ – três pontinhos, não vou dizer a palavra aqui. ‘Como dois homens fazem sexo?’ ‘O que é transexual?’ ‘O que é...?’ – pontinhos, seriam as preliminares num ato sexual. ‘É possível mais de duas pessoas fazerem sexo?’ Eu pergunto ao povo paulistano: o senhor que é pai e a senhora que é mãe querem que seus filhos do ensino fundamental tenham esse tipo de educação sexual? Se querem que seus filhos aprendam a ser homossexuais na escola de ensino fundamental, votem no Haddad, votem no número 13 (Bolsonaro, 2012, p. 32827).

Em seus ataques, chegou a associar o candidato à pedofilia, afirmando que “o Haddad tem uma política de estímulo à pedofilia” (Bolsonaro, 2012, p. 33580). Apelou a eleitores evangélicos e católicos para que não votassem no petista:

Inclusive – atenção, evangélicos e católicos – o projeto do kit gay foi conduzido pelo Haddad e delegado ao Sr. André Lázaro, Secretário de Alfabetização do MEC. E o Secretário de Alfabetização, André Lázaro, na pesquisa que mandou realizar por grupos homossexuais em 11 capitais, inclusive em São Paulo, um dos itens levantados pelos pesquisadores – atenção, evangélicos e católicos – foi que os símbolos religiosos deveriam ser retirados das escolas públicas do Município de São Paulo. Ao assumir a Prefeitura, vai impor o kit gay, estimulando crianças de 6, 7, 8 e 9 anos de idade a serem homossexuais (Bolsonaro, 2012, p. 33580).

Seu discurso passou a ser direcionado de forma explícita ao público religioso: “Eu quero me dirigir aqui aos grupos evangélicos e a alguns católicos de São Paulo que estão apoiando o Haddad” (Bolsonaro, 2012, p. 33769).

Elogiou o pastor Silas Malafaia por sua oposição ao projeto: “Parabéns ao Pastor Silas Malafaia pela sua coerência nessa questão contra o kit gay” (Bolsonaro, 2012, p. 33769). Por outro lado, criticou lideranças evangélicas que apoiavam Haddad: “Alguns chefes evangélicos que estão apoiando o Haddad também vão dar banana para o povo, já fizeram o seu negócio lá. Não sou evangélico, sou católico, mas já li a Bíblia, li Romanos, que é bem claro no tocante a isso” (Bolsonaro, 2012, p. 33769).

Atacou a presidente Dilma Rousseff, associando-a ao conteúdo do kit gay: “Então, cada escola pública do ensino fundamental vai ter que ter um professor gay, ou uma lésbica, ou um travesti ou um transexual, para combater a homofobia. E a Dilma apoia isso aqui” (Bolsonaro, 2012, p. 33769). Utilizando-se da retórica moral, pressionou o eleitorado evangélico: “Vocês, evangélicos, agora estão ignorando a família? A família não existe para vocês? É um negócio?” (Bolsonaro, 2012, p. 33769). Por fim, dirigiu-se à população mais pobre:

Atenção, pobres de São Paulo, esse material aqui é para escola pública. Não é para escola do meu filho, não, porque eu posso pagar para ele. É para escola pública, para

o filho do pobre. Se no livro lá houver um homem e uma mulher como casal, tem de haver dois homens e uma criança também como casal, ou duas mulheres também como casal. É isso? (Bolsonaro, 2012, p. 33769).

Porém, apesar de toda a retórica moralizante e dos esforços para impedir a vitória do candidato petista, Fernando Haddad foi eleito prefeito da cidade de São Paulo.

Jair procurava, com a propagação da pauta do “pânico moral”, consolidar o papel que passou a desempenhar: o de defensor da moralidade e dos bons costumes. Se apresentava como contraponto à “esquerda” que, segundo sua narrativa, promovia a homossexualidade de crianças e o estímulo à pedofilia. Em sua retórica, mantinha críticas constantes ao governo, acusando-o de contrariar os valores da família cristã tradicional brasileira. Entre 2013 e 2014, dedicou parte de sua atuação parlamentar à desqualificação da então Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, em razão de uma entrevista concedida ao *Correio Braziliense*:

[...] quero me dirigir às mulheres do Brasil, sejam católicas, evangélicas, ou que não tenham nenhuma religião, mulheres que tenham ou queiram constituir uma família, pois é assunto extremamente grave. Atenção mulheres do Brasil. Aqui vem a matéria. ‘Outro ingrediente do preconceito teve a ver com sua orientação sexual’, no caso, da Ministra. ‘A Ministra já afirmou’ – olha só, a Ministra afirmou – ‘manter relações sexuais com homens e mulheres’. Abre aspas: ‘Não é porque eu tenho mais de 60 anos que não namoro. Relaciono-me com homens e mulheres e tenho orgulho de minha filha, que é gay’ (Bolsonaro, 2013, p. 3222).

Ainda dirigindo-se às mulheres, prosseguiu:

Pelo amor de Deus! Uma Ministra! Essa senhora está representando as mulheres brasileiras. Ela representa as mulheres brasileiras dizendo que é homossexual, que tem orgulho de uma filha gay. Para mim, não representa. Para você, mulher que está me ouvindo, tenho certeza de que também não representa. Agora, por que a Sra. Dilma Rousseff botou essa mulher lá? Porque ficaram juntas por 3 anos presas em São Paulo? (Bolsonaro, 2013, p. 3222).

Utilizou o episódio para também atacar a presidente Dilma Rousseff, acusando-a de não defender os valores da família tradicional:

Ela [Dilma] não tem compromisso com a família. Se tivesse, não teria indicado a Eleonora Menicucci para ser Ministra das Mulheres, pois ela declara, no *Correio Braziliense*, que continua tendo relações com homens e mulheres, ou seja, no linguajar popular: sapatona! E ainda diz que o seu grande orgulho é a filha, que é gay. Essa mulher representa a sua mãe, Dilma Rousseff! A minha, não, e nem as mulheres brasileiras. Está entendido? [...] Dilma, se a tua família é esta, é problema teu; se apoia gente com esta família, problema teu. Nós brasileiros não apoiamos! (Bolsonaro, 2013, p. 7072).

Durante o mandato, manteve postura crítica a todas as políticas públicas que não envolvessem diretamente os interesses das forças armadas ou das polícias. Por exemplo, posicionou-se contra a inclusão do transporte no rol dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, justificando sua posição como sendo contrária a uma proposta “inócua, hipócrita, que leva a crer que o povo é idiota, dada a sua ineficácia” (Bolsonaro, 2013, p. 57965).

Da mesma forma, se manifestou contra a proposta de reforma do Código Penal brasileiro: “Assim sendo, faço esse apelo aos meus colegas, para que prestem atenção a esta proposta de reforma do Código Penal, que é absurdo dos absurdos. Inclusive, atenta contra a família, os bons costumes e a religiosidade” (Bolsonaro, 2012, p. 33769).

Entre as medidas discutidas pela comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto, destacavam-se a adoção de índice zero de álcool para motoristas, a não criminalização de determinadas invasões de propriedade (como em situações de estado de necessidade ou posseiros em áreas rurais sem conflito) e mudanças nas regras de legítima defesa.

Além disso, votou contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que previa a expropriação de terras em casos de trabalho escravo, argumentando que tal medida equivaleria à revogação do instituto da propriedade privada. Também se posicionou contra a obrigatoriedade de pausas para descanso dos caminhoneiros a cada quatro horas de direção: “Fui contra ela, mas ela foi aprovada” (Bolsonaro, 2014, p. 58).

Foi contrário ao Projeto de Lei nº 2.230/2011, que instituía o Estatuto Penitenciário Nacional, cuja proposta previa a regulamentação da gestão penal, os direitos e deveres dos detentos, a uniformização dos procedimentos no sistema carcerário e a obrigatoriedade do trabalho prisional como forma de ressocialização e reparação.

Jair Bolsonaro também se gabou de ter sido o único parlamentar a votar contra a PEC nº 478/2010, conhecida como “PEC das Domésticas”: “Então, de novo, eu fui o único voto contrário à PEC da Empregada Doméstica” (Bolsonaro, 2012, p. 43032). A proposta previa a equiparação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais. Justificando seu voto, declarou que:

[...] certos direitos têm que ser concedidos aos poucos. A previsão dos encargos trabalhistas para o trabalhador brasileiro vai crescer 100%. Uma empregada doméstica hoje em dia ganha, em média, R\$ 900,00. É quase outro salário por mês. V.Exas. vão botar na rua pelo menos 4 milhões de mulheres. V.Exas. não estão fazendo o bem para a empregada doméstica (Bolsonaro, 2012, p. 38307).

Também criticou o programa Brasil Carinhoso, criado pelo Governo Federal: “O programa da Dilma, chamado Brasil Carinhoso, serve para empurrar todas essas pessoas a viverem da mendicância ou as bolsas eleitorais da vida como o Programa Bolsa Família” (Bolsonaro, 2012, p. 38406). Em 2014, afirmou que o Partido dos Trabalhadores havia promovido a “paternidade irresponsável” e que o programa estimulava, “em especial, os filhos de pobres e sem cultura a terem mais filhos” (Bolsonaro, 2014, p. 38).

Manteve sua posição contrária a ações afirmativas voltadas à população negra. Criticou o Projeto de Lei nº 6.738/2013, que tratava da criação de cotas em concursos públicos federais, classificando-o como “racista, separatista, imoral e gerador de ódio” (Bolsonaro, 2014, p. 267). Em defesa de sua posição, declarou:

Eu perguntei outro dia para um colega que acredita em Deus: existe cota para entrar no céu? Se eu morrer hoje junto com outro Parlamentar negro aqui, vamos chegar lá na porta do céu, e São Pedro vai falar o quê? Vai para o céu o negro, pela cota; o Bolsonaro vai ficar na fila um pouquinho mais. Há cota para entrar no céu? Agora apelo para a bancada evangélica (Bolsonaro, 2014, p. 267).

Acrescentou, ainda, que:

[...] este projeto privilegia o negro privilegiado, porque o filho do negro que tem condições, que não trabalha, que pode fazer um cursinho, vai ser aprovado nesse concurso. Então o projeto privilegia o negro privilegiado! Sr. Presidente, eu vou ter que demitir dois funcionários do meu gabinete – e um tem 5 filhos –, para botar um negro no lugar dele (Bolsonaro, 2014, p. 329).

Em declaração polêmica, afirmou que os portugueses não capturavam escravizados na África:

Olhem aqui: nenhum branco pisou na África para pegar negros, não. Vocês mesmos, os negros, entregavam seus colegas para os navios negreiros. Nenhum branco ia caçar um negro que fugia aqui no Brasil; vocês mesmos iam atrás. E quem mais escraviza aqui eram vocês! Ou todos nós somos iguais neste País, ou passamos a ser um bando! (Bolsonaro, 2014, p. 329).

Em relação ao Projeto de Lei nº 4.529, de 2004, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude, manifestou-se contrário, alegando que a proposta não visava à melhoria da educação. Segundo o parlamentar, crianças e adolescentes já possuíam muitos direitos, sendo necessário, ao contrário, estabelecer deveres. Na sua visão, a ausência de deveres comprometeria a educação da juventude. Para o deputado, “é tanto direito para o jovem, que

simplesmente o Prefeito não vai ter como administrar nada! E vejam só: o jovem é de 15 a 29 anos” (Bolsonaro, 2011, p. 55335).

Criticou dispositivos do Estatuto que previam, entre outros pontos, a criação de crédito subsidiado para jovens, condições especiais de trabalho compatíveis com o horário escolar, priorização no acesso ao primeiro emprego e proibição de propaganda de bebidas alcoólicas. Repetindo um padrão recorrente de seus discursos, passou a associar essas propostas à suposta existência de um novo “kit gay”:

Desculpem-me o termo pesado que vou usar agora: vão ensinar, na televisão, como meninos de 15 anos têm sexo anal de forma segura com outros garotos. Isso tudo está incluído no currículo escolar. Pelo amor de Deus! Eu não sou retrógrado, não. Mas, poxa! Eu tenho vergonha! Quem não tem vergonha de ter um filho gay? Agora vem a discussão aqui que baixa o nível. Se o garoto for gay, tudo bem, a família entuba, resolve o problema. Agora, estimular na escola, isto não! (Bolsonaro, 2011, p. 55335).

Ainda segundo o deputado, o principal objetivo da capacitação de professores prevista no Estatuto seria “a desconstrução de percepções negativas da homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade”, ou seja, segundo ele, ensinar que “ser homossexual é normal”. Continuou: “No mesmo projeto, Sr. Presidente, fala ‘a partir dos 15 anos de idade’. No entanto, tem muito garoto com 15 anos de idade que está na 4ª ou 5ª série e, ao seu lado, tem garoto de 10 anos. Ou seja, o kit gay está voltando com toda força nesse estatuto” (Bolsonaro, 2011, p. 55335).

Criticou duramente o Programa Bolsa Família, afirmando tratar-se de uma estratégia político-eleitoreira: “Devemos colocar um fim, uma transição para o Bolsa Família, porque, cada vez mais, pobres coitados, ignorantes, ao receberem bolsa família, tornam-se eleitores de cabresto do PT” (Bolsonaro, 2011, p. 119).

Afirmava que o objetivo do Partido dos Trabalhadores, ao implementar o programa, seria a perpetuação no poder por meio de uma “ditadura do proletariado” (Bolsonaro, 2011, p. 119). Aproveitou a crítica ao programa para retomar uma pauta que já havia defendido em mandatos anteriores: a implementação de uma política nacional de controle de natalidade entre as camadas mais pobres da população:

Essa massa, que cresce, que é incentivada a ter mais filhos, a viver na ociosidade, fruto do trabalho de quem produz para jogar para o Bolsa Família, leva-nos, cada vez mais, a um país de miseráveis. É preciso dar meios para controlar a sua prole a quem, lamentavelmente, é ignorante. Nós controlamos a nossa, mas o pessoal pobre não controla a dele (Bolsonaro, 2011, p. 10422).

Para o parlamentar, seria um erro permitir que homens e mulheres tivessem total liberdade para decidir quantos filhos ter (Bolsonaro, 2013, p. 52486). Essa retórica discriminatória foi novamente utilizada para atacar o governo da presidente Dilma Rousseff:

Ou seja, aqueles que deveriam ter o apoio do Governo para uma política de planejamento familiar, de paternidade responsável ou até de – o nome é muito certo – controle de natalidade, não o têm. Ou seja, quanto mais pobre, miserável e sem cultura, mais gente com título de eleitor na mão para manter no Governo, que o escraviza. Onde nós vamos parar? É a ditadura do proletariado (Bolsonaro, 2011, p. 10422).

Posicionou-se contra o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.055, de 2013, que previa a aprovação do acordo entre Brasil e França para combater a exploração ilegal de ouro em zonas protegidas. Para justificar seu voto contrário, recorreu a uma analogia histórica:

Os bandeirantes, no passado, que na verdade buscavam riquezas, os garimpeiros, eles é que nos garantiram tudo o que está à esquerda do Tratado de Tordesilhas, inclusive o Amapá. E hoje são os vilões, são os bandidos. Não é justo o que fazem com os garimpeiros no Brasil – independentemente de o meu pai ter sido garimpeiro por algum tempo. [...] Grandes espaços vazios que podem servir de atrativo para que populações de países nucleares e densamente povoados venham para cá também (Bolsonaro, 2013, p. 57991).

Outro episódio que voltou a provocar forte reação do ex-capitão em seu mandato parlamentar foi a criação da Comissão Nacional da Verdade. O deputado insistia que os militares deveriam integrar a comissão, “que lá tenhamos também integrantes do Clube Militar, do Clube da Aeronáutica, do Clube Naval” (Bolsonaro, 2011, p. 119), e se opunha à designação de todos os seus membros exclusivamente pela Presidência da República.

Para ele, o projeto que criava a Comissão da Verdade era um equívoco, pois representava uma tentativa de anular a Lei da Anistia, possibilitando a punição de militares, o que classificava como um ato covarde. Afirmava ter certeza de que os comandantes militares discordavam da iniciativa, mas não se manifestavam publicamente por receio de represálias da presidente Dilma Rousseff.

As manifestações contrárias à aprovação do Projeto de Lei nº 7.376/2010, que previa a criação da comissão, tornaram-se recorrentes em seus pronunciamentos. Em setembro de 2011, dirigindo-se aos demais parlamentares, declarou:

Talvez meia dúzia sinta uma satisfação pessoal com a aprovação desse projeto – que não vai somar nada; só vai reabrir feridas. Nós temos o nosso corporativismo na Câmara, os militares têm o seu do lado de lá. Nós não podemos permitir que sejam

apuradas apenas as coisas que aconteceram do lado dos militares (Bolsonaro, 2011, p. 50875).

Quando percebeu que a aprovação da proposta era inevitável, passou a ameaçar diretamente a presidente Dilma Rousseff:

A Dilma vai ter o seu troco. Vai! Ela quer a Comissão da Verdade? Vai ter a tribuna da verdade aqui. E eu não tenho medo de processo de cassação, não! Não tenho medo de processo de cassação, não! Não queiram ameaçar. Não me importo com isso. O soldado que vai à guerra e que tem medo de morrer é um covarde. E o Parlamentar que não usa da palavra é um vendilhão. E eu não sou vendilhão, não. Não me afino com vocês. Covardes! Muito machão aqui com microfone na mão!

Em 2012, militares da reserva, membros do Clube Militar, assinaram um manifesto contrário à instalação da Comissão. Em resposta, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, ameaçou aplicar sanções administrativas aos signatários. Bolsonaro reagiu com indignação, apresentando requerimento para que o ministro prestasse esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, além de usar a tribuna para defender os oficiais da reserva e atacar parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Cumprindo o que prometera, Jair Bolsonaro intensificou seus ataques à presidente Dilma: “É lamentável termos à frente do Brasil uma mulher como Dilma Rousseff, com esse passado terrível de roubo, assassinato, sequestro e terrorismo” (Bolsonaro, 2012, p. 6011). Afirmou haver similaridade entre os atos terroristas praticados pelos irmãos Tsarnaev em Boston, nos Estados Unidos, e as ações armadas atribuídas à então militante Dilma Rousseff (Bolsonaro, 2013, p. 11956). Em 2014, declarou que a presidente possuía “mãos sujas de sangue” e que sua história deveria ser investigada (Bolsonaro, 2014, p. 35). Fez, inclusive, insinuações envolvendo a morte do deputado Luís Eduardo Magalhães:

Eu perguntaria agora aos Deputados desta Casa: quem seria o único obstáculo para o PT chegar ao Governo em 2002, senão Luís Eduardo Magalhães? Repito, qual o único obstáculo para o PT chegar ao poder em 2002, senão Luís Eduardo Magalhães? E deixo os pontinhos aqui (Bolsonaro, 2014, p. 35).

Amparado pela imunidade parlamentar, manteve o hábito de lançar ofensas contra seus adversários políticos. Em 2014, referindo-se à Comissão da Verdade, aos seus integrantes e à presidente, afirmou:

As palavras podem ser fortes, mas foram publicadas no jornal *O Globo* quando eu comparei a Comissão Nacional da Verdade àquela cafetina que queria escrever sobre a sua história e escolheu sete prostitutas para isso. No relatório final, as

prostitutas chegaram à conclusão de que a cafetina tinha que ser canonizada. Essa é a Comissão da Verdade de Dilma Rousseff (Bolsonaro, 2014, p. 25).

Outra narrativa explorada pelo parlamentar em decorrência da instalação da Comissão da Verdade envolvia os nomes de Carlos Lamarca e Rubens Paiva. Segundo o deputado:

O grupo do Lamarca suspeitou e chegou à conclusão de que ele foi denunciado pelo Rubens Paiva quando foi preso. Ninguém resiste a tortura. Não vem com esse papo de Dilma Rousseff, que é autora do carro-bomba que matou um soldado em São Paulo, em 1968, de que resistiu a 23 dias de tortura. Ninguém resiste. Não foi torturada bulhufas nenhuma. Então, o grupo do Lamarca suspeitou que Rubens Paiva o havia denunciado. E esperaram o momento certo. Quando o Rubens Paiva foi detido pelo Exército, posto em liberdade, com toda a certeza, foi capturado e justicado pelo bando do Lamarca e pelo bando da Esquerda, da VPR. E aí a culpa recai sobre as Forças Armadas (Bolsonaro, 2012, p. 9621).

Parece-nos que Jair Bolsonaro nutria um ódio visceral em relação a Dilma Rousseff. Chegou mesmo a insinuar que, a então presidente da República, teria participado da execução de Rubens Paiva:

Naquele momento, antes de Lamarca passar por Eldorado Paulista, foi estourado um aparelho na primeira cidade da saída de São Paulo, em Itapeverica da Serra. Os quatro naquele aparelho foram detidos; e eles sabiam onde era a base de guerrilha do Lamarca, base de guerrilha que Rubens Paiva também sabia onde ficava. O grupo de Dilma Rousseff tinha que colocar em liberdade aqueles quatro marginais. Por quê? Eles iriam acabar falando, e então seria descoberta a base do Lamarca. O que eles fizeram? Sequestraram, 4 dias depois, o Cônsul japonês Nobuo Okushi, e colocaram em liberdade aquele pessoal. O grupo, depois, regozijou-se e falou que não havia delatado a ala de guerrilha. Sobrou, então, para quem? Para o Rubens Paiva. Interessava ao Grupo VPR, de Dilma Rousseff, executar Rubens Paiva. Ele, que seria o delator, deveria ser justicado. E a história daqui para frente... Estou à disposição. Comissão da Verdade, vamos conversar! Eu tenho dados! Ato contínuo, mais um feito do Grupo VPR, de Dilma Rousseff: sequestram o Embaixador suíço Giovanni Butcher, que ficou 40 dias sequestrado no Rio de Janeiro. Uma das figuras que tomou conta do cativeiro foi Alfredo Sirkis. Quarenta dias depois, em seguida de o Brasil ceder à exigência de trocar marginais – e esses foram para o exterior, para países comunistas –, o embaixador foi posto em liberdade. Mas, por ocasião do sequestro, o agente da Polícia Federal, Hélio Carvalho de Araújo, foi executado pelo Grupo VPR, do qual integrava Dilma Rousseff (Bolsonaro, 2014, p. 120).

Em 2013, a eleição do deputado Marco Feliciano (PSC-SP), pastor evangélico, à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara gerou forte repercussão. A escolha foi amplamente criticada por setores progressistas, em razão de declarações do parlamentar consideradas racistas e homofóbicas. Jair Messias, que também passou a integrar a comissão naquele ano, acusou o presidente anterior, deputado Domingos Dutra (PT-MA), de aprovar “tudo que é de mau contra a família, os bons costumes e o cristianismo” (Bolsonaro, 2013, p. 4864). Em contrapartida, celebrou a posse de seu aliado político:

[...] quero cumprimentar o novo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e dizer que lá não teremos mais milhões no Orçamento destinados a paradas gays; não veremos mais lançamentos de filmes pornográficos infantis, patrocinados pelo MEC, para passar em escolas do ensino fundamental, estimulando o homossexualismo nas escolas; não teremos mais seminários de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, para o público infantojuvenil, estimulando a pedofilia; não teremos mais parcerias com o MEC para confecção de kit gay (Bolsonaro, 2013, p. 4864).

Embora suas pretensões presidenciais fossem conhecidas nos bastidores políticos, foi apenas em abril de 2014 que Bolsonaro declarou publicamente, no plenário da Câmara, sua intenção de concorrer à presidência da República. Na ocasião, apresentou as principais propostas que comporiam sua plataforma:

Qual a cara da Direita, que é a minha cara? É a defesa da redução da maioridade penal; é uma política de planejamento familiar; é a defesa da família contra o kit gay, que está voltando agora via PNE e querem incluir a ideologia de gênero; é a revogação do Estatuto do Desarmamento, em que só o cidadão de bem foi desarmado, os bandidos continuam armados; é o fim da indústria de demarcação de terras indígenas, que sufoca a nossa agricultura; é o fim do Exame da Ordem; é o fim das cotas para concursos públicos e para qualquer vestibular, pois não podemos estimular o ódio racial em nosso País; é o fim da ideologia nas escolas, nos livros escolares, onde se ensina que ser capitalista está errado e ser socialista está certo; é o respeito e a valorização das nossas Forças Armadas, completamente desmoralizadas por uma comissão dita da verdade; é o fim desse malfadado, e que ainda não entrou em vigor, Marco Civil da Internet, em que está bem claro que os internautas têm que respeitar os direitos humanos; é uma política minha contra os direitos humanos que só defendem marginais em nosso País; contra o auxílio-reclusão dos presidiários que, se tiver que existir, que exista, mas para os familiares das vítimas; é o trabalho forçado nos presídios (Bolsonaro, 2014, p. 56).

Contudo, o Partido Progressista (PP), ao qual era filiado, optou por apoiar a candidatura de reeleição da presidente Dilma Rousseff. Sem o respaldo da legenda, Bolsonaro desistiu da candidatura e declarou apoio ao candidato Aécio Neves (PSDB). Ainda assim, sua fala em 2014 chamou atenção: “Muitos vão se surpreender com a quantidade de pessoas que se identificam com a Direita brasileira e com essas propostas” (Bolsonaro, 2014, p. 99). A eleição presidencial de 2018 confirmaria sua previsão.

A atuação em seu sexto mandato alterou significativamente sua posição política no cenário nacional. A estratégia de não priorizar mais exclusivamente os interesses de militares e policiais, apresentando-se, em vez disso, como defensor da moral, dos bons costumes e da família cristã tradicional brasileira, mostrou-se politicamente eficaz. Prova disso é que, nas

eleições de outubro de 2014, Bolsonaro obteve 464572 votos¹², tornando-se o deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro e o terceiro mais votado no Brasil.

Em discurso realizado na Câmara após a apuração dos votos, Bolsonaro, pela primeira vez, usou o nome de Deus para agradecer sua reeleição e a de seu filho Flávio ao Senado Federal. Também foi a primeira vez que mencionou Olavo de Carvalho, agradecendo o apoio que este lhe dedicou: “Queria agradecer aqui ao Sr. Olavo de Carvalho, que me citou em seu blog, dizendo que [...] votaria em mim. É um homem que representa mais do que a Direita, representa o direito em nosso País, representa a democracia e representa a verdade” (Bolsonaro, 2014, p. 58). Outro agradecimento foi dirigido ao aliado Marcos Feliciano, em razão do apoio prestado na eleição de seu filho Eduardo (Bolsonaro, 2014, p. 58).

Sobre os votos recebidos, afirmou:

Os quase meio milhão de votos que obtive, então, representam, sim, algo que eu prego aqui ao longo de 24 anos. E isso é motivo de orgulho para mim. E não é porque está dando certo a minha reeleição, é porque as minhas propostas, as minhas ideias, o que eu defendo é aquilo com que, cada vez mais, a população tem se identificado. E vamos continuar nessa mesma linha. O meu eleitor é, em grande parte, formado por aqueles que privam pela propriedade privada (Bolsonaro, 2014, p. 58)

Entretanto, divergimos, aqui, da análise apresentada pelo então deputado. Os votos recebidos nas eleições de 2014 não refletem, necessariamente, a continuidade de uma trajetória política construída ao longo de 24 anos. A análise das eleições anteriores revela que a média de votos obtidos por ele foi de pouco mais de 98000. Em 2010, por exemplo, Bolsonaro ocupou apenas a 11ª posição entre os candidatos mais votados no estado do Rio de Janeiro, com 120646 votos, número quase quatro vezes inferior ao registrado em 2014. O aumento expressivo no número de votos obtidos nessa eleição indica a incorporação de um novo eleitorado que, até então, não votava nele.

Esse público foi mencionado por Jair no discurso da vitória: “Deputado Marco Feliciano, **eu tive um grande apoio de evangélicos** no Rio de Janeiro, um apoio silencioso, em especial desses evangélicos que defendem a família, como V.Exa. muito bem defende aqui.” (Bolsonaro, 2014, p. 58, grifo nosso).

O crescimento significativo no número de votos recebidos, em nosso entendimento, resultou da estratégia que lhe proporcionou maior visibilidade na grande mídia: a priorização

¹² https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_cargo_consolidado=Deputado%20Federal&session=16808195730800. Acesso em: 1 de maio de 2025.

da defesa da pauta de costumes em seus pronunciamentos. Aliada a isso, podemos também mencionar o apoio explícito que ele passou a receber de lideranças evangélicas, como foi o caso do pastor Silas Malafaia. Essa exposição, por seu turno, possibilitou o chegada de sua mensagem a uma gama de eleitores que anteriormente não estavam no foco de sua ação parlamentar¹³.

No sétimo mandato (2015–2018), Jair Bolsonaro proferiu 148 pronunciamentos, com média anual de 37 intervenções. Contudo, 123 (83,1 %) ocorreram entre 2015 e 2016, último biênio do governo Dilma Rousseff; no primeiro ano do governo Temer, foram 21 manifestações, e em 2018, apenas quatro, em decorrência da campanha presidencial.

Observa-se uma queda nas pautas militares: termos relacionados à categoria foram mencionados apenas 199 vezes, 129 delas em 2016. Referências a “salário” caíram drasticamente, para apenas 19 ocorrências, redução de 98 % em relação ao primeiro mandato (989 menções). O uso da palavra “família” baixou para 27 citações, a segunda menor incidência de sua trajetória parlamentar.

Em contrapartida, houve aumento nas menções à religiosidade: “religião” foi citado 51 vezes, a segunda maior taxa entre seus mandatos, e “Deus” foi invocado 34 vezes. Por outro lado, referências a “esquerda” ou “comunismo” somaram apenas 24 registros, queda superior a 50 % em relação ao mandato anterior. Já os termos relacionados à homossexualidade, usados 65 vezes no quinto mandato, somaram 63 menções neste período, com 59 ocorrendo em 2015.

Ao realizar a leitura dos pronunciamentos de Bolsonaro, observamos que, desde o final do ano anterior, ele aderiu à corrente política que dizia não confiar na integridade das urnas eletrônicas. Nessa linha de atuação, em 2015, foi autor de uma emenda para instaurar o voto impresso, alegando que a medida visava “resgatar o que há de mais importante numa eleição democrática, que é a sua confiabilidade” (Bolsonaro, 2015, p. 54). Segundo o deputado, o voto impresso asseguraria ao eleitor que votou em Lula, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Jair Bolsonaro, ou qualquer outro candidato, que seu voto fora contado (Bolsonaro, 2015, p. 54).

O ex-capitão passou a sugerir fraude nas urnas eletrônicas e questionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), repetindo o discurso do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho:

¹³ Ao contrário do cenário observado em novembro de 2010, ao final de 2014 Jair Bolsonaro já se consolidava como uma figura política de projeção nacional. (Cassis, 2022, p. 183)

A fraude nas urnas eletrônicas está na boca de todos na rua, e esta Casa não fala em aprovar uma proposta de reforma política que vise ao voto impresso ao lado da urna eletrônica, para que ela possa ser auditada no momento da suspeita. Foi apenas para Presidente, mas pode ser que, em 2018, esse mesmo pessoal do PT, porque tudo é secreto no TSE, comece as sessões com meia dúzia de votos de legenda para o PT. Eles botarão mais de cem aqui dentro, e não teremos mais como mudar o Brasil. Estão aparelhando tudo! Tudo! (Bolsonaro, 2015, p. 24).

Contudo, não teve sucesso em sua empreitada. Apesar da emenda ao voto impresso ter sido aprovada no Legislativo, foi vetada pela presidente Dilma Rousseff.

Em relação à presidente, embora tenha saído vitoriosa na eleição anterior, não iniciou seu novo mandato em um ambiente político estável. Um dos setores que se mobilizavam contra o governo era o dos caminhoneiros, que, exigindo a redução do preço dos combustíveis, promoveram o bloqueio de rodovias em diversas regiões do país. Jair Bolsonaro, identificando nesse movimento mais uma oportunidade de atacar o Executivo, posicionou-se em apoio aos caminhoneiros: “No tocante aos caminhoneiros, que estão com esse problema agora, isso tem que ser resolvido. É um Governo que não dá atenção a eles, quer mais que eles se explodam” (Bolsonaro, 2015, p. 38).

O deputado mantinha-se fiel à retórica adotada em seu mandato anterior. Voltou a trazer à tona aquele que se tornara um dos principais temas de seus pronunciamentos: o chamado “kit gay”. Em março, utilizou seu tempo de fala na Câmara dos Deputados para atacar a presidente Dilma Rousseff, acusando-a de desrespeitar as crianças e a família (Bolsonaro, 2015, p. 33), além de reiterar a denúncia sobre uma suposta distribuição do referido material em escolas públicas.

Eu digo isso porque, em 2011, perante a bancada evangélica, ela falou que ia recolher aquele material conhecido como kit gay, porque era inadequado. Men-ti-ro-sa! Não é porque ela ficou presa 3 anos com Eleonora Menicucci, que declarou agora, em 2012, que continua fazendo sexo com homens e mulheres, que eu estou voltando a esse assunto. Não tenho a ver com a vida particular de ninguém. Nada! E não tenho nada a favor nem contra gay. A minha briga é contra o material homoafetivo que está chegando às escolas do ensino fundamental (Bolsonaro, 2015, p. 32).

Mais uma vez amparando-se na imunidade parlamentar, seus ataques tornaram-se cada vez mais incisivos:

Pelo amor de Deus, Dilma Rousseff! O discurso, nesta data, 1º de abril, cai perfeitamente na sua política mentirosa, que não cansa de atacar, de perseguir as famílias no Brasil. E de onde vem isso tudo? Vem do Plano Nacional de Promoção

da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Bolsonaro, 2015, p. 14).

Em outro momento, afirmou:

Posso até dizer aqui, se eu tiver imunidade, Sr. Presidente, por que Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia. Se me derem o direito de eu falar o que bem entender aqui, digo por que Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia no Brasil. Ou seja, se uma criança estiver num bordel sendo explorada, isso é pedofilia, mas, se um canalha qualquer, protegido pela Presidente da República, abusar sexualmente de uma criança, isso não é pedofilia. Se num bordel, então, houver crianças de 3 anos, 4 anos, 10 anos de idade sendo abusadas sexualmente, é pedofilia, mas se apenas um marginal estiver abusando delas, isso não é pedofilia para a Sra. Dilma Rousseff (Bolsonaro, 2015, p. 72).

Sem qualquer pudor na formulação de suas narrativas, direcionou sua retórica de “pânico moral” contra Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo:

o Haddad já está fazendo em São Paulo, em que paga 900 mil-réis para cada moleque que se declarar gay; curso de pós-graduação sobre diversidade sexual – eu queria saber que pipoca é essa desses cursos aqui —; valorização de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e travestis – que cultura, meu Deus do Céu!? Lei Rouanet? —; incentivar a produção cultural ligada à juventude LGBT; casas estudantis para travestis e transexuais – república gay. Cadê o Deputado Major Olímpio e o Capitão de São Paulo? Também cria o batalhão gay, para atender esse pessoal no local de consumo do seu produto de amor (Bolsonaro, 2015, p. 33).

Por diversas vezes, buscou associar o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma Rousseff a organizações criminosas atuantes no país. Em um de seus pronunciamentos, no qual expressou seu desprezo pelo repasse de recursos públicos a organizações não governamentais voltadas ao atendimento de menores infratores — política implementada pelo governo Dilma —, o deputado declarou:

[...] a vagabundagem no Brasil todo – o PCC, a ADA, o Comando Vermelho – está felicíssima com Dilma Rousseff, a mãe dos menores vagabundos, dos homicidas, dos traficantes e dos estupradores. [...] Um salve da quebrada para Dilma Rousseff! V.Exa. está de parabéns! Afinal de contas, V.Exa. defendeu os traficantes da Indonésia e defende o Estado Islâmico (Bolsonaro, 2015, p. 57).

Provavelmente com o intuito de atacar a figura da presidente Dilma Rousseff e de todos os que lutaram contra a ditadura militar, o parlamentar e militar da reserva utilizou a tribuna do Parlamento para homenagear uma das figuras mais controversas da história recente do país: o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em seu discurso, afirmou:

Sr. Presidente, depois de 83 anos, o Brasil perde um grande homem: o Coronel do Exército, da Arma de Artilharia, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi um herói que, desde jovem, esteve na linha de frente do combate à guerrilha em nosso País. Enfrentou maus brasileiros, verdadeiros doentes mentais que, treinados por Fidel Castro e financiados pela União Soviética, tentaram aqui implantar a ditadura do proletariado. Perseguido após a Lei da Anistia, que só valeu para os traidores, foi também um símbolo de resistência para a nossa juventude. Esperamos que o seu espírito e os seus valores encarnem nos brasileiros, civis e militares, neste momento em que os inimigos de ontem estão no poder hoje.

As declarações contra Dilma Rousseff, "crescentemente históricas e violentas" (Rocha, 2023, p. 23) desde 2010, assim como sua verborragia dirigida em vários momentos de sua trajetória política a membros do governo e outros atores políticos, podem ser vistas como parte de uma estratégia cuidadosamente planejada.

Já a presidência da Câmara dos Deputados foi duramente atacada por Bolsonaro até o ano de 2014. Segundo ele, ela submetia-se sistematicamente aos interesses do Poder Executivo. Chegou a exigir que o novo presidente da Casa adotasse uma postura de independência em relação ao governo federal. Em fevereiro de 2015, o deputado Eduardo Cunha foi eleito para o cargo e, em razão da forma como conduzia os trabalhos legislativos, passou a ser elogiado:

Bem-vindo, Sr. Presidente Eduardo Cunha! Parabéns a V.Exa. pelo trabalho que vem exercendo à frente desta Casa e que nos orgulha a todos! Pode contar com o nosso apoio. Enquanto V.Exa. mantiver a independência desta Casa, falando de igual para igual com o Poder Executivo pode ter certeza de contar com a maioria dos Parlamentares da Câmara (Bolsonaro, 2015, p. 69).

Pouco tempo depois, passou a pressionar o presidente da Câmara para dar encaminhamento aos pedidos de impeachment da presidenta Dilma Rousseff:

Sr. Presidente, eu faço um apelo a V.Exa., para que dê o devido desfecho aos pedidos de impeachment da Sra. Presidente. Assim, caso V.Exa. seja contra o encaminhamento do pedido de impeachment, nós podemos recorrer, o projeto tramita, e o Congresso, soberanamente e com apoio popular, poderá finalmente cassar essa mulher que nem deveria ter chegado à Presidência (Bolsonaro, 2015, p. 174).

Posteriormente, Eduardo Cunha acolheu um dos pedidos de impeachment. Meses depois, ele mesmo teria seu mandato cassado por seus pares na Câmara dos Deputados.

Marcada a data de votação do processo contra Dilma, Bolsonaro convocou policiais e bombeiros militares a comparecerem ao Congresso Nacional:

Quero dizer mais, Sr. Presidente, desde agora – eu não sou o Coronel Alberto Fraga, que é muito mais chegado a vocês do que eu –, que, no dia da votação do impeachment aqui, no final de abril, vocês todos têm que sitiar o Congresso Nacional e botar lá fora 50 mil pessoas ou mais! Aquele Parlamentar que, porventura, não votar pela saída dessa impostora e corrupta, Dilma Rousseff, vai ter problemas para sair do Congresso. Então, estejam todos aqui no final de abril para votar o impeachment de Dilma Rousseff! (Bolsonaro, 2016, p. 37).

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados votou e aprovou a instauração do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Ao declarar seu voto, o ex-capitão recorreu a uma retórica marcada por símbolos religiosos, militares e familiares:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim (Bolsonaro, 2016, p. 91).

Os pronunciamentos de Jair Bolsonaro, ao longo de sua trajetória parlamentar, foram marcados por uma estratégia discursiva baseada na retórica do ódio, direcionada a generais e ministros militares, presidentes da República, adversários políticos, pessoas em situação de pobreza e minorias sociais. A esse conteúdo de desumanização do outro, somou-se a mobilização do pânico moral, recurso que lhe permitiu emergir do ostracismo característico do chamado “baixo clero” da Câmara dos Deputados e alcançar projeção nacional, impulsionada por suas participações em programas populares de televisão. A partir de 2011, passou ainda a incorporar, de forma recorrente, o uso do nome de Deus e da religião em sua retórica.

Entre 2011 e 2018, utilizou a palavra “Deus” em seus pronunciamentos parlamentares 92 vezes, número superior à soma de menções feitas nos 20 anos anteriores (83). Em termos médios, as referências a Deus mais que dobraram entre os dois períodos, passando de 4,15 menções anuais (1991–2010) para 11,5 menções anuais (2011–2018). Fenômeno semelhante é observado quando se analisam os termos de cunho religioso em geral. O total de menções passou de 119 nos primeiros 20 anos de mandato para 170 nos últimos 8 anos. Proporcionalmente, houve um aumento aproximado de 265%, com a média anual saltando de 5,95 menções (1991–2010) para 21,25 menções (2011–2018).

Mutatis mutandis, o mesmo homem que afirmou que a polícia matou pouco no massacre do Carandiru; que declarou que, se a ditadura tivesse matado cerca de 300 mil pessoas, o Brasil estaria melhor; que lamentou o fato de Fernando Henrique Cardoso ter sobrevivido ao regime militar; que destilou seu ódio contra Dilma Rousseff e exaltou o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, iniciou seu pronunciamento em agosto de 2016 saudando o deputado Luís Carlos Heinze com um desejo de “paz de Cristo” (Bolsonaro, 2016, p. 45). Em certa ocasião, chegou a afirmar que, “como cristão”, acreditava que tudo o que acontecia com ele era “uma missão de Deus” (Bolsonaro, 2017, p. 49).

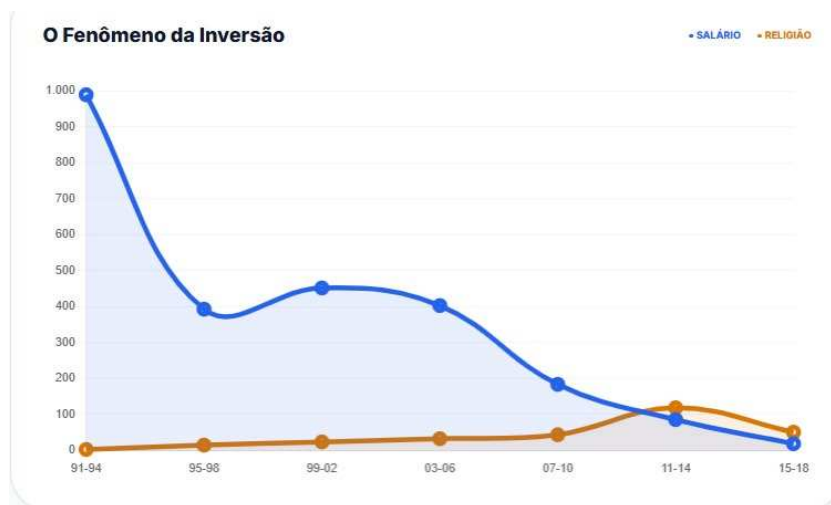
Compreendemos que as estratégias adotadas por Jair Bolsonaro tinham como objetivo principal a fidelização de sua base eleitoral. A retórica do ódio direcionada a ministros e comandantes militares dialogava diretamente com os militares de baixa patente, segmento que compunha seu nicho eleitoral desde sua chegada à Câmara dos Deputados, em 1991. Já a incorporação do pânico moral e o uso recorrente de expressões religiosas constituíram uma estratégia voltada, inicialmente, à atração, posteriormente à ampliação e, por fim, à fidelização de uma expressiva parcela do eleitorado composta por cristãos conservadores, tanto católicos quanto evangélicos.

Após anos como deputado federal, lançou novamente sua candidatura ao Palácio do Planalto em 2015: “estou me lançando como candidato à Presidência da República (Bolsonaro, 2015, p. 64). Graças a Deus, sou muito bem-vindo a qualquer lugar que eu tenha visitado no nosso Brasil” (Bolsonaro, 2015, p. 64). Apresentando-se como defensor da família, temente a Deus e salvador da pátria, foi eleito, em 2018, o 38º presidente do Brasil.

A seguir, disponibilizamos uma série de gráficos comparativos da frequência de palavras-chave que selecionamos nos discursos do parlamentar ao longo de seus mandatos. Essa ferramenta nos permite identificar de forma clara a mudança de prioridade nas pautas defendidas por Bolsonaro.

Os dados mostram um fenômeno de “gangorra”: enquanto as menções a salário dominavam o debate nos anos 90 (período de hiperinflação e estabilização), elas caíram drasticamente conforme a pauta moral e religiosa tomou o centro do palco a partir de 2011.

Gráfico 1 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos salário & religião

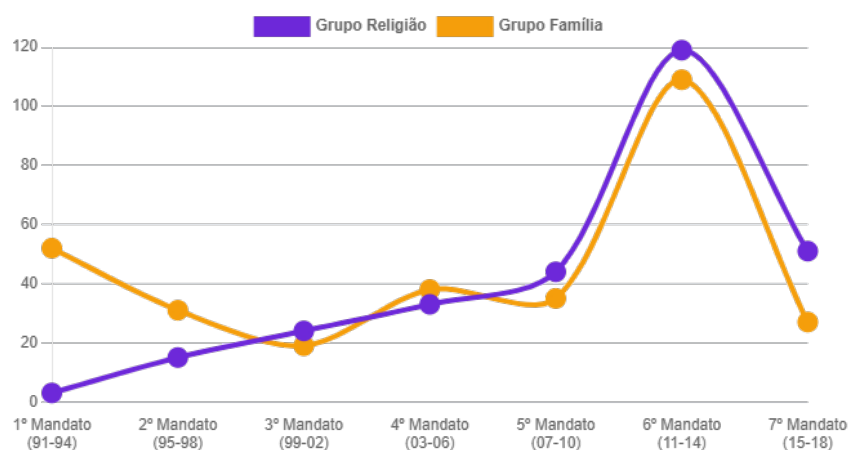


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Enquanto o 1º mandato foi esmagadoramente dominado por questões relacionadas ao salário da classe militar, os últimos mandatos mostram uma consolidação da pauta moral.

Historicamente, os temas de família e religião mantiveram-se em níveis baixos até o 6º mandato (2011-2014). Note como o crescimento de um grupo é quase sempre acompanhado pelo crescimento do outro, indicando uma pauta unificada.

Gráfico 2 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos religião & família

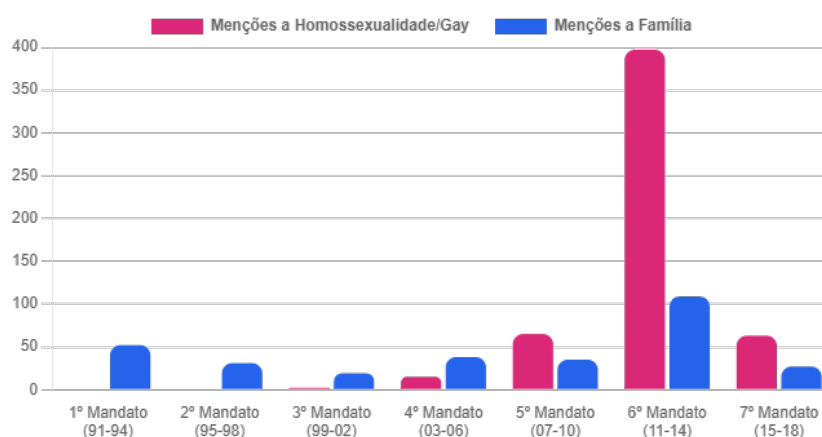


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Nos dados coletados, observamos que o termo "Família" possui uma trajetória histórica mais longa, enquanto "homossexualidade" (e termos correlatos como "gay") explode em volume de menções justamente no 6º mandato (2011-2014), coincidindo com o pico de menções ao tema da família. Isso sugere que a "defesa da família" no parlamento muitas vezes surge como uma reação direta ao debate sobre direitos LGBTQIA+.

Os dados sugerem que o conceito de 'família' foi utilizado por Bolsonaro como uma ferramenta de barreira retórica. O aumento das menções não reflete necessariamente um novo projeto de apoio familiar, mas sim uma reação à visibilidade e conquista de direitos da população homossexual.

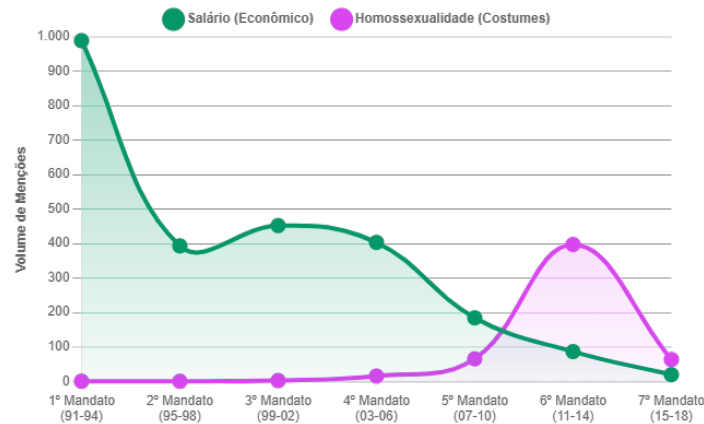
Gráfico 3 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos homossexualidade & família



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A análise revela um fenômeno de "substituição de prioridades" no discurso parlamentar de Jair Bolsonaro: enquanto as menções a salários e remunerações dominavam os anos 90 (período de hiperinflação e estabilização monetária), elas declinam drasticamente à medida que o debate sobre direitos LGBTQIA+ ganha tração na década de 2010. Este é um reflexo visual da transição do debate político brasileiro de questões puramente materiais para a chamada "guerra cultural".

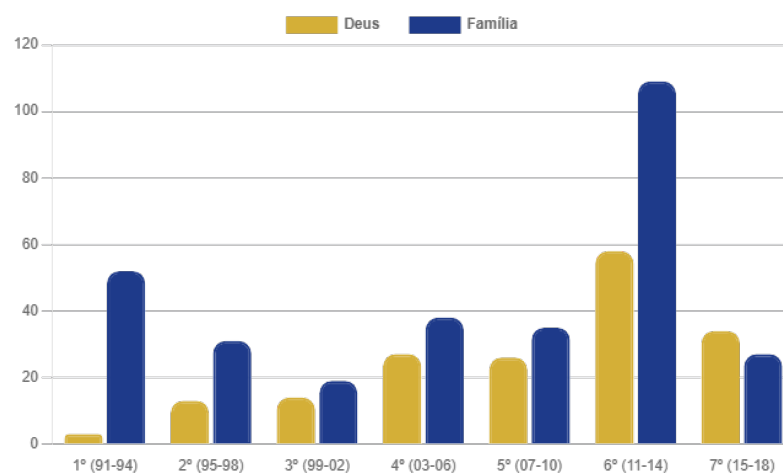
Gráfico 4 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos salário & homossexualidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A análise entre as palavras-chave “Deus” e “família” nos mostra um comportamento de crescimento correlacionado ao longo das décadas, atingindo seus respectivos ápices no 6º mandato (2011-2014). Diferente de outras pautas que entraram em declínio, a conexão “Deus e família” consolidou-se como o núcleo do discurso conservador do deputado no parlamento, servindo como uma base de valores unificada para responder a transformações de público-alvo dos discursos de Bolsonaro no período.

Gráfico 5 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos Deus & família



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Na análise comparativa entre palavras-chave dos grupos “religião” & “comunismo”, observamos que o termo Religião cresce de forma constante, servindo como uma ferramenta

de identidade parlamentar, enquanto o termo Comunismo ressurge de forma reativa e explosiva no 6º mandato (2011-2014). Diferente da relação "Deus" x "família", que é de cooperação, a relação aqui é de antagonismo discursivo, onde a religiosidade é frequentemente evocada como o antídoto moral às ideologias de esquerda, num movimento de "pânico moral" que marca a transição para a nova direita brasileira.

Gráfico 6 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos religião & comunismo

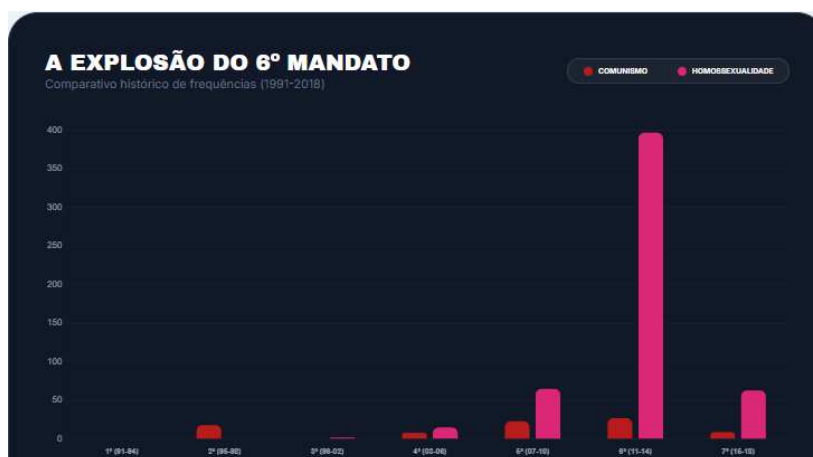


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A comparação entre as palavras-chave dos grupos “comunismo” e “homossexualidade” é particularmente interessante para a análise do discurso parlamentar de Bolsonaro, pois ambos os termos apresentam uma explosão de ocorrências no 6º mandato (2011-2014). Enquanto o termo "comunismo" é resgatado como uma ameaça ideológica do passado para rotular adversários, o grupo "homossexualidade" (que inclui termos como "gay" e "homossexuais") entra na pauta de forma defensiva e reativa a projetos de lei e decisões do STF sobre direitos civis. O gráfico destaca como esses dois temas convergem para criar a narrativa da "ameaça aos valores tradicionais".

A relação entre esses dois grupos de palavras não é apenas de crescimento simultâneo, mas de função retórica. O termo "homossexualidade" serve como o objeto de indignação moral, enquanto o "comunismo" serve como a justificativa ideológica para combater esse objeto. No 6º Mandato (2011-2014), essa dinâmica atinge seu ápice, sinalizando o nascimento de uma nova forma de oposição política baseada em valores morais e pânico ideológico.

Gráfico 7 - análise comparativa entre palavras-chave dos grupos comunismo & homossexualidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

1.3 Entre a Ideologia e o Pânico Moral: a construção discursiva de Jair Bolsonaro no Parlamento.

João Batista Libânio (2012) classifica os discursos de acordo com sua natureza. Com base no que é apresentado pelo autor, renomado teólogo e educador brasileiro, ao analisarmos os pronunciamentos de Jair Bolsonaro, é possível identificar diferentes tipos e naturezas discursivas ao longo de sua atuação parlamentar.

Nos primeiros mandatos, Bolsonaro utilizou seu tempo de fala no Parlamento para defender os interesses da categoria militar, em especial dos membros das Forças Armadas. Nesse contexto, seus pronunciamentos caracterizam-se como típicos do discurso representativo, uma vez que os militares, particularmente os de baixa patente, compunham sua principal base eleitoral. Em outras palavras, Bolsonaro recebeu a delegação simbólica de falar em nome desse grupo. Contudo, observa-se que o sentimento de pertencimento às Forças Armadas permaneceu presente em sua identidade política, mesmo após sua entrada na vida parlamentar. Por esse motivo, é possível também classificar seus discursos, nesse aspecto, como corporativistas. A defesa enfática que faz das instituições militares corrobora essa interpretação.

Em diversas ocasiões, ao longo dos 28 anos em que ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, Bolsonaro teceu elogios ao período da ditadura militar. Em uma de suas declarações mais controversas, chegou a afirmar: “Lamento que o regime não matou ninguém. Se tivesse matado uns 300 mil, os vagabundos que nos governam hoje estariam

enterrados ou desaparecidos, e o Brasil estaria muito melhor” (BRASIL, 1999, p. 2.829). Essa fala, entre outras nas quais expressa seus desejos políticos mais radicais, configura-se como exemplo de discurso idealista. De acordo com Libânio (2012, p. 185), esse tipo de discurso “não se refere ao que existe, ao real, mas àquilo que se desejaria que existisse. É mais fruto da vontade (discurso voluntarista) do que da análise”.

Multifacetado, Jair Bolsonaro também produziu discursos de natureza ideológica, tanto na preservação dos interesses dos militares quanto na defesa dos propósitos dos grupos políticos aos quais esteve vinculado. Alguns de seus pronunciamentos também podem ser classificados como pertencentes ao tipo exibitivo — como quando afirmou ter sido dele “o único voto contrário à PEC da Empregada Doméstica” (BRASIL, 2012, p. 43.032).

Entretanto, acima de todas essas classificações, os discursos de Bolsonaro se enquadram, de modo predominante, no que Libânio denomina “discurso do ator”. Ao longo de seus sete mandatos como deputado federal, Bolsonaro articulou sua fala de acordo com o papel que assumia em cada situação. Atuou como defensor dos militares e de suas esposas na luta por melhores salários, e das filhas solteiras desses militares na manutenção do privilégio da pensão. Representou o papel de defensor da soberania nacional ao se posicionar contra a demarcação de terras indígenas. Afirmava preocupar-se com a segurança pública quando defendia a esterilização de homens e mulheres de baixa renda. Assumiu o papel de guardião da moralidade institucional ao propor, em nome do combate à corrupção, o fechamento do Congresso Nacional. Vestiu a capa do herói da direita com sua retórica do ódio dirigida a representantes políticos da esquerda.

Foi ao assumir o papel de defensor da moral, dos bons costumes e da tradicional família cristã brasileira que Jair Bolsonaro alcançou o auge de sua projeção política. Para Lago (2022, p. 34), os discursos do ex-capitão são fundamentais, “pois, a despeito de não serem escutados ou devidamente compreendidos por seus adversários, comunicam-se com muita gente e calam fundo em parcela extremamente significativa do eleitorado”. Esse eleitorado depositou crédito nas denúncias feitas por Bolsonaro acerca de supostos planos da esquerda voltados à promoção da pedofilia e da homossexualidade. Foi esse discurso, calcado no “pânico moral”, que projetou o ator político Jair Bolsonaro ao centro da cena pública nacional.

Ao analisarmos os discursos de Jair Bolsonaro, a partir das tipificações apresentadas por Libânio (2012), é possível identificar diferentes tipos e naturezas discursivas ao longo dos seus 28 anos de atuação parlamentar.

Em seu primeiro mandato, Bolsonaro utilizou seu tempo de fala no Parlamento para defender os interesses da categoria militar, especialmente dos membros das Forças Armadas. Nesse sentido, seus pronunciamentos se enquadram no *discurso representativo*, uma vez que seus principais eleitores foram os militares, particularmente os de baixa patente. Ou seja, Bolsonaro recebeu deles a delegação para falar em seu nome. Contudo, observa-se que o sentimento de pertencimento às Forças Armadas permanece em Bolsonaro, mesmo após sua entrada na política. Dessa forma, seus discursos também podem ser classificados como *corporativistas*, dada a recorrente defesa das instituições militares, o que reforça essa perspectiva.

Durante os vinte e oito anos em que atuou na Câmara dos Deputados, Bolsonaro, em diversas ocasiões, elogiou o período da ditadura militar. Em uma de suas falas, chegou a afirmar: “não matou ninguém. Se tivesse matado uns 300 mil, os vagabundos que nos governam hoje estariam enterrados ou desaparecidos, e o Brasil estaria muito melhor” (Bolsonaro, 1999, p. 2.829). Esse tipo de declaração, em que o parlamentar expressa seus desejos, caracteriza o *discurso idealista*. Conforme Libânio (2012, p. 185), esse tipo de discurso “não se refere ao que existe, ao real, mas àquilo que se desejaria que existisse. É mais fruto da vontade (discurso voluntarista) do que da análise”.

Além disso, Bolsonaro proferiu *discursos ideológicos*, tanto na defesa dos interesses militares quanto na promoção das agendas políticas dos grupos aos quais esteve vinculado. Também é possível encontrar discursos de natureza *exibitiva*, como no caso em que afirmou ter sido dele “o único voto contrário à PEC da Empregada Doméstica” (Bolsonaro, 2012, p. 43.032). No entanto, acima de todos os tipos listados, seus pronunciamentos se caracterizam, sobretudo, pelo que Libânio (2012) denomina como *discurso do ator*.

Ao longo de seus sete mandatos como deputado federal, Bolsonaro modulou sua fala de acordo com o papel que representava em cada contexto. Atuou como defensor dos militares e de suas esposas na luta por melhores salários, bem como das filhas solteiras na manutenção do privilégio da pensão; como defensor da soberania nacional ao se opor à demarcação de terras indígenas; e como preocupado com a segurança urbana ao propor a esterilização de homens e mulheres de baixa renda. Assumiu a posição de defensor do decoro ao sugerir o fechamento do Congresso Nacional, sob o argumento de combater a corrupção. Alcançou seu auge político ao se posicionar como defensor da moral, dos bons costumes e da família cristã tradicional brasileira, ao denunciar supostos projetos da esquerda voltados à promoção da pedofilia e da homossexualidade. Foi, portanto, por meio do *discurso de pânico moral* que Bolsonaro atingiu sua maior projeção como figura política.

Para compreender o conceito de *pânico moral*, adotou-se como referencial teórico a obra de Stanley Cohen *Folk Devils and Moral Panics* (2022). Segundo o autor, a expressão *pânico moral* não implica que sua origem seja ilusória ou fantasiosa, tampouco que envolva reações histéricas ou delirantes. O fenômeno resulta de um exagero quanto ao alcance e à gravidade de determinado fato — seja na forma como é tratado por diferentes fontes, seja por comparação com outras situações mais relevantes. Ainda conforme Cohen, o rótulo de *pânico moral* surge da recusa, por parte de agentes de esquerda, liberais ou radicais, em atribuir a devida importância às questões tradicionais e de cunho moral. Esses atores, além de negar tais preocupações, buscam “rebaixar valores tradicionais e preocupações morais” (Cohen, 2022, p. viii, tradução nossa).

O sociólogo sul-africano elenca sete categorias que costumam ser alvo de pânicos morais:

1. Jovens, homens da classe trabalhadora, violentos;
2. Violência escolar: bullying e massacres;
3. Drogas “erradas”: consumidas por pessoas “erradas” em lugares “errados”;
4. Abuso infantil, rituais satânicos e registros de pedófilos;
5. Sexo, violência e a culpabilização da mídia;
6. Fraudes no auxílio social e mães solteiras;
7. Refugiados e solicitantes de asilo: “inundando” o país e “sobrecarregando” os serviços públicos.

É possível identificar, nos discursos de Jair Bolsonaro, ações que podem ser interpretadas como tentativas de construção de pânicos morais. No caso específico da pauta da redução da maioria penal, recorrentemente defendida em seus pronunciamentos, observa-se uma correspondência com a categoria “Jovens, Homens da Classe Trabalhadora, Violentos”, conforme proposta por Stanley Cohen. Apresentada como uma medida de combate à criminalidade, a proposta tinha como alvo principal os adolescentes oriundos das camadas socioeconômicas mais vulneráveis. Adaptando a tipologia sugerida por Cohen ao contexto brasileiro, a versão bolsonarista desse pânico moral poderia ser denominada “Jovens, Pobres, Violentos”.

Outros dizem que as cadeias estão cheias demais. Meu Deus do céu! Eu prefiro a cadeia cheia de vagabundos ao cemitério cheio de inocentes. E vou mais além: esses jovens têm noção do que estão fazendo, Sr. Presidente. Sabe por quê? Eles não

cometem crime na favela e na comunidade, porque lá tem a pena de morte para ele. Então, ele vem cometer crime no asfalto, nos shoppings, nos bairros residenciais, porque tem a cobertura dos defensores dos direitos humanos do nosso País (Bolsonaro, 2013, p. 9731).

Em 1998, o então deputado afirmou: “Não podemos continuar com essa maioria aos 18 anos, a qual tem que ser imediatamente reduzida para 16 anos, tendo em vista que a maioria dos bandidos no País tem exatamente a idade de 16 ou 17 anos” (Bolsonaro, 1998, p. 6242). Já em 2002, relatou ter conhecimento de um “menorzão” de São Paulo, chamado Batoré, que teria cometido mais de quinze homicídios. “É justo ele continuar praticando assassinatos e ficar impune até completar 18 anos de idade?” (Bolsonaro, 2002, p. 28648).

Em 2003, o assassinato de uma jovem ocorrido em São Paulo chocou o país. Bolsonaro aproveitou-se da repercussão do caso para retomar a defesa da redução da maioria penal:

Esse monstro de São Paulo, de 16 anos, que assassinou 2 jovens já era responsável por 1 homicídio. Caso tivesse sido preso, não teria cometido o duplo homicídio que abalou todos nós e o Brasil. [...] Quem afirma que esses estupradores, assassinos e sequestradores, esses marginais de 16 ou 17 anos podem ser recuperados deveria contratá-los quando deixam a FEBEM e voltam para as ruas (Bolsonaro, 2003, p. 61567).

Segundo o parlamentar, havia um "clamor popular" pela aprovação da proposta:

Não podemos ficar dando ouvidos a entidades que defendem direitos humanos no País, pois sabemos que só defendem os direitos de marginais. [...] O apelo que fazemos é nesse sentido, meus colegas: aprovar o mais rápido possível a redução da maioria penal, um clamor da sociedade, um clamor de todo pai e mãe responsável. Não podemos continuar dando ouvidos a defensores de direitos humanos de marginais (Bolsonaro, 2003, p. 62720).

O crime teve ampla repercussão na mídia, que entrevistou Bolsonaro sobre sua proposta. Foi durante uma dessas entrevistas que Bolsonaro ofendeu a deputada Maria do Rosário (PT-RS), afirmando que não a estupraria por ela não merecer. O deputado usou a exposição para ganhar capital político e pressionar o Congresso Nacional:

Há duas semanas estive em São Paulo, onde participei de movimento organizado pelo Sr. Ari Friedenbach, pai de Liana, brutalmente assassinada por um marginal de 16 anos. Embora a questão, para os familiares envolvidos, seja emocional, para nós ela vem de longa data, pois desde 1993 apresentamos propostas sobre o assunto de interesse da população. Portanto, esperamos que seja votado pelo Congresso (Bolsonaro, 2003, p. 66315).

Outro episódio que gerou comoção nacional foi a morte do menino João Hélio, de apenas seis anos, em 7 de fevereiro de 2007, também amplamente noticiada pela mídia. Mais uma vez, Bolsonaro se aproveitou do impacto do crime na opinião pública para reforçar seu discurso: “Adotando medida de força, num momento que não é de emoção, porque vivemos constantemente em emoção, em especial no Rio de Janeiro, poderemos colocar um ponto final na questão e reduzir a maioria penal, que [...] será muito bem aceita pela sociedade.” (Bolsonaro, 2007, p. 4106).

O tema voltou à agenda do ex-capitão em 2013. Em abril daquele ano, um estudante foi assassinado com um tiro na cabeça, em frente à sua residência, após entregar o celular ao assaltante que era menor de idade. Em apoio à candidatura de Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2014, Bolsonaro afirmou que a redução da maioria penal seria uma “forma de inibir a criminalidade ainda na fase juvenil”, mencionando que “92% da população” apoiava a proposta (Bolsonaro, 2014, p. 58). Em 2015, declarou:

Se um menor de 14, 15, 16, 17 anos pegar em armas, assaltar, roubar, assassinar, justicar, para o PT isso é bacana, isso é válido, mas quando um outro menor qualquer estupra, sequestra e mata nos dias de hoje, ele não sabe o que está fazendo. É a política do PT: pela causa tudo é válido, pode-se matar, sequestrar (Bolsonaro, 2015).

O pânico moral associado à categoria “Abuso Infantil, Rituais Satânicos e Registros de Pedófilos” também foi mobilizado por Bolsonaro para sustentar sua defesa da redução da maioria penal. Em um de seus discursos, fez referência a um caso de estupro infantil ocorrido em São Carlos (SP):

Um pai, ouvindo o choro do filho, saiu a procurá-lo. Encontrou-o em um matagal vizinho, completamente nu. Ele acabara de ser estuproado por um menorzão de 15 anos. Duas horas depois, a polícia prendeu o marginal, que alguns preferem chamar de adolescente. [...] Se aquele marginal soubesse que poderia ser condenado a até 30 anos de cadeia – infelizmente, não podemos falar em pena de morte no Brasil —, com toda a certeza não cometeria esse abuso contra um garoto indefeso, de apenas 3 anos de idade (Bolsonaro, 2006, p. 7300).

Nos pronunciamentos do parlamentar, também é possível identificar posicionamentos que se ajustam à categoria “Fraudes no Auxílio Social e Mães Solteiras”. Isso se manifesta em dois momentos: primeiro, na proposta de laqueadura como forma de combate à violência, baseada na ideia de que mulheres pobres geram filhos que se tornariam marginais: “Precisamos urgentemente proporcionar meios para que mais e mais menores abandonados deixem de povoar este País. Eles serão apenas mais mão-de-obra não-especializada no

mercado; serão os delinquentes (sic) de amanhã” (Bolsonaro, 1991, p. 21916). Em segundo lugar, nas críticas aos programas sociais dos governos Lula e Dilma, especialmente ao Bolsa Família: “Essa massa, que cresce, que é incentivada a ter mais filhos, a viver na ociosidade, fruto do trabalho de quem produz para jogar para o Bolsa Família” (Bolsonaro, 2011, 10422).

A categoria “Refugiados e Solicitantes de Asilo: Inundando Nosso País, Sobrecarregando Nossos Serviços” também pode ser adaptada à retórica bolsonarista em relação à ocupação de terras indígenas: “Esses grandes espaços vazios poderiam ser ocupados estrategicamente por excesso populacional de países do Primeiro Mundo.” (Bolsonaro, 1995, p. 11680).

Apesar dessas tentativas de construção de pânico morais, nenhuma dessas pautas foi efetivamente consolidada como tal. A principal razão para isso foi a ausência de apoio efetivo da mídia, que não se engajou em sua amplificação simbólica e política como aliada de Bolsonaro.

Em diversas ocasiões, Bolsonaro manifestou sua insatisfação com a escassez de espaço que lhe era concedido na grande mídia para a divulgação de seus discursos parlamentares e das pautas que defendia. Diante dessa limitação, o ex-capitão recorria à distribuição de boletins informativos nas portas dos quartéis e nas caixas de correspondência das residências da vila militar de Brasília. Além disso, utilizava como canais de divulgação o programa *A Voz do Brasil* e a TV Câmara. No entanto, por mais que insistisse, nenhum desses meios oferecia as condições necessárias para que seus discursos gerassem pânico moral.

Esse cenário começou a se transformar quando Bolsonaro passou a adotar com veemência a pauta dos costumes. Paralelamente, observava-se que setores da esquerda, embora engajados na defesa de demandas históricas de grupos minoritários, mostravam-se reticentes em reconhecer como legítimas as questões tradicionais e as preocupações morais de parcelas expressivas da população. Nesse contexto, a crise política e institucional vivenciada pelo Estado criava condições propícias para a construção de um ambiente hostil a grupos marginalizados e a práticas culturais consideradas desviantes (Cohen, 2022). Bolsonaro, provavelmente de forma deliberada, soube explorar esse cenário a seu favor.

Sua ousadia para apresentar uma, digamos, “versão alternativa” da realidade claramente não tinha par com a dos seus tempos de “sindicalista da caserna”. Ainda assim, ela foi se constituindo aos poucos. Mirando um novo filão, lançava suas tragédias e, com boa resposta do público desde o início (com o “kit gay”), preparava outras. Bolsonaro já era um político experiente. Passava a ter notoriedade e espaço. Além de idiosincrasias, tinha traquejo e voz. Tentava sentir o vento e se adiantar em relação às tendências. Segundo o que minhas investigações sugerem, tinha mais planejamento e estratégia do que se costuma pensar (Cassis, 2022, p. 159).

A narrativa por ele construída em torno do chamado “kit gay” e das acusações de que o governo incentivava a homossexualidade entre crianças encontrou ressonância em um público sensível às pautas tradicionais e às preocupações morais. A mídia de massa, por sua vez, construiu na figura do ex-capitão um personagem cuja retórica exacerbada possibilitou a ampliação de sua audiência, alcançando um número crescente de telespectadores, ouvintes e leitores. Essas narrativas conquistaram espaço significativo na mídia, o que foi decisivo para a consolidação de um pânico moral.

O papel central da mídia ao incorporar as denúncias de Bolsonaro em sua agenda conferiu ao parlamentar o protagonismo que ele almejava desde o início de sua carreira política. Para solidificar essa posição, Bolsonaro adotou como estratégia a elaboração de diferentes versões da narrativa sobre o “kit gay” ao longo dos anos. A esse recurso, somou-se a retórica do ódio direcionado à esquerda e as constantes denúncias sobre uma suposta tentativa de implantação do comunismo no país¹⁴.

Na perspectiva de determinados atores políticos e religiosos, a preservação dos valores da família cristã tradicional brasileira exigiria a implantação de uma ideologia oposta àquela defendida pelos setores progressistas.

Muitas das reações ao se ouvir a palavra “ideologia” estão intimamente relacionadas à associação que se faz dela com o marxismo (Mannheim, 1972). No entanto, o termo foi originalmente cunhado pelo filósofo Destutt de Tracy, na França do século XVIII, para designar uma área específica de estudos (Deffacci, 2008). O caráter pejorativo frequentemente atribuído à palavra tem origem nas críticas de Napoleão Bonaparte, que passou a chamar de “ideólogos” os intelectuais que se opunham a seus projetos imperiais (Oliveira; Almeida, 2017).

Nesta pesquisa, adotamos o conceito de ideologia desenvolvido por Karl Mannheim, o qual, em sua obra *Ideologia e Utopia* (1972, p. 81), afirma que “existem dois significados distintos e separáveis do termo ‘ideologia’ – o particular e o total”. Segundo o autor, ideologia particular, associada ao plano psicológico, tem como referência analítica o indivíduo; já a ideologia total busca reconstruir a visão de mundo compartilhada por um grupo social. A ideologia tende à dissimulação e tem como finalidade a manutenção do *status quo* (Oliveira; Almeida, 2017). Há ainda uma distinção fundamental entre ideologia e utopia:

¹⁴ “Após 2014 e 2015, até questões de natureza sexual passaram a ser utilizadas como pretexto para denunciar um suposto “roubo da liberdade” orquestrado pelos chamados “vermelhos”. (Cassis, 2022, p. 236).

enquanto a primeira se vincula a um pensamento conservador, voltado à preservação da ordem vigente, a utopia representa uma tentativa de ruptura com o sistema de pensamento ideológico, ao propor uma nova concepção de mundo (Mannheim, 1972; Oliveira; Almeida, 2017).

À luz dessas definições, os discursos de Jair Bolsonaro no Parlamento brasileiro podem ser compreendidos como manifestações de uma ideologia particular, uma vez que se caracterizam, de forma recorrente, pela presença de inverdades deliberadas, disfarces e estratégias de dissimulação. Mannheim ressalta que o caráter e as condições de vida do indivíduo influenciam de maneira decisiva suas opiniões, percepções e formas de interpretar a realidade. Nesse contexto, as ideias e representações articuladas pelo parlamentar configuram-se como aquilo que Mannheim (1972) denomina encobrimentos, conscientes ou semiconscientes, da verdadeira natureza de uma situação, cujo reconhecimento seria incompatível com seus interesses políticos ou ideológicos.

A natureza dos discursos de Bolsonaro pode ser analisada com base em três tipos de mentalidade ideológica apresentados por Mannheim.

O primeiro tipo, quando o parlamentar atua na defesa dos interesses de seus ex-companheiros das Forças Armadas, assumindo, por vezes, a postura de um “sindicalista dos militares”, e se posiciona contra a criação do Ministério da Defesa, a redução da maioria penal, a implantação da pena de morte, o controle de natalidade das camadas menos favorecidas da população, entre outras pautas. Nesses casos, é possível inferir que seus pronunciamentos correspondem àquilo que Mannheim (1972, p. 219) descreve como um caso em que o indivíduo, enquanto sujeito pensante e formulador de ideias, encontra-se impedido de reconhecer a desconexão entre suas concepções e a realidade objetiva, devido ao conjunto de pressupostos e axiomas historicamente e socialmente determinados que estruturam seu pensamento.

O segundo tipo manifesta-se em suas declarações favoráveis à ditadura militar, ao fechamento do Congresso Nacional e à exaltação de torturadores, mesmo sendo ele um deputado federal eleito democraticamente. Tal postura alinha-se ao que Mannheim (1972, p. 219) denomina mentalidade hipócrita, caracterizada por uma situação histórica em que o sujeito, embora disponha de condições para perceber a incoerência entre suas manifestações e suas práticas, opta por ocultar tal contradição, motivado por interesses vitais e razões de ordem emocional.

Por fim, ao mobilizar a pauta dos costumes em seus discursos, por exemplo, ao disseminar narrativas sobre a suposta existência de um “kit gay” ou ao insinuar que o governo federal estaria promovendo a pedofilia e a homossexualidade entre crianças, Bolsonaro adota uma postura ideológica que se aproxima do que Mannheim (1972, p. 219) classifica como mentalidade baseada no logro consciente. Nesse caso, a ideologia não se configura como autoilusão, mas como uma mentira deliberada, voltada ao engano intencional de terceiros.

Particularmente, os discursos de Bolsonaro tornam-se mais inflamados a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. Durante os governos Lula e Dilma, foram implementadas diversas medidas e aprovadas leis com o objetivo de ampliar os direitos e melhorar as condições sociais de grupos historicamente marginalizados. Tais ações correspondem ao conceito de utopia em Karl Mannheim, pois buscavam romper com as amarras da ordem vigente, transcender a realidade estabelecida e, uma vez concretizadas, tinham o potencial de subverter, parcial ou integralmente, a estrutura social em vigor (Mannheim, 1972; Oliveira; Almeida, 2017).

Os pronunciamentos de Bolsonaro caracterizam-se como ideológicos por estarem voltados à defesa do status quo. O parlamentar sempre demonstrou resistência a mudanças e às conquistas de grupos sociais que não fossem vinculados aos interesses militares. Contudo, visando sua sobrevivência política e a projeção nacional, foi capaz de se reinventar: emergiu, então, como o defensor da moral, dos bons costumes e da família tradicional brasileira. A partir desse momento, incorporou referências religiosas ao seu discurso ideológico particular, o que fortaleceu seu vínculo com setores conservadores e progressivamente mais à direita no espectro político. Esses grupos, partilhando de uma forma específica o que Mannheim (1972) chama de *weltanschauung*, elevaram o ex-capitão à condição de “mito”.

2 O RESSURGIMENTO DA NOVA DIREITA E A EMERGÊNCIA DA GUERRA CULTURAL NO BRASIL

Neste capítulo, examinamos o ressurgimento da nova direita no Brasil a partir de 2013 e a consolidação da guerra cultural como eixo de mobilização política no período subsequente. Para isso, partimos de uma breve contextualização das crises e protestos no cenário internacional da época, de modo a situar o caso brasileiro em tendências mais amplas de instabilidade econômico-política e reconfiguração do conflito público. Em seguida, analisamos o ciclo de mobilizações iniciado em junho de 2013 e seus desdobramentos, destacando as condições que favoreceram a reorganização de atores, discursos e repertórios à

direita. Por fim, discutimos a guerra cultural como categoria analítica e como gramática política, articulando contribuições teóricas e interpretações da literatura sobre o papel de mídias digitais, disputas morais e estratégias de produção de consenso. Nesse contexto, consideramos também como atores políticos, em especial Olavo de Carvalho e Jair Bolsonaro, investiram em canais e redes de comunicação para ampliar a circulação de suas mensagens e consolidar bases de apoio.

2.1 Das Jornadas de junho ao impeachment: ruptura e reconfiguração política

O tema desse estudo possui as singularidades que tratamos nessa pesquisa e, ao mesmo tempo, situa-se num arco maior da conjuntura político-econômica mundial. A crise econômica iniciada em 2008, a partir do colapso da bolha imobiliária nos Estados Unidos, resultou na quebra de bancos tradicionais e em milhões de americanos perdendo suas casas. Seus efeitos se espalharam pelos mercados globais, atingindo a Europa e os Estados Unidos e gerando um cenário comparável ao da crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Com o objetivo de evitar um colapso ainda maior, governos ocidentais injetaram trilhões de dólares em recursos públicos para impedir a insolvência de instituições financeiras, principalmente entre o final daquele ano e 2009.

Nesse cenário, uma das consequências mais significativas foi a denominada Grande Recessão. Milhões de pessoas nos Estados Unidos, na Europa e em outras regiões do mundo tiveram seu poder de compra reduzido drasticamente. A crise fez uma parcela expressiva da população perder emprego, casas e economias. Muitos se sentiram desamparados pelos seus governantes enquanto assistiam o socorro que eles prestavam às instituições financeiras. Esse ambiente acabou por gerar um sentimento de insatisfação popular com os políticos que estavam no poder, indiferentemente se eram de direita ou esquerda. E a resposta da população foi dada nas urnas: nos Estados Unidos, o democrata Barack Obama substituiu o republicano George W. Bush na Casa Branca; no Reino Unido o Partido Trabalhista saiu derrotado pelos conservadores; Na França, o conservador Nicolas Sarkozy foi derrotado pelo socialista François Hollande; na Espanha os socialistas perderam o poder para os conservadores; na Itália, o primeiro-ministro conservador Silvio Berlusconi renunciou; na Grécia a esquerda substituiu a centro-direita no poder que, pouco depois, derrotou a esquerda, reassumindo o controle do país.

Nesse contexto, a austeridade adotada pelos governos para enfrentar a crise, resultou na perda de emprego de centenas de milhares de pessoas. Segundo a BBC Brasil, a taxa de

desemprego global foi de 5,4% em 2008 para 6% em 2009. Na Espanha, a taxa atingiu de 26% em 2013, porém, entre os jovens até 25 anos, o desemprego atingia 56%. Na Grécia o desemprego atingiu aproximadamente 30% da população em 2013. Mathias Alencastro (2022) destaca que a falta de perspectivas profissionais para a juventude europeia, diante da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, provocou a perda de espaço do discurso político moderado dos partidos tradicionais. A promessa do eterno progresso foi quebrada. Os anos posteriores a 2008 aumentaram a desigualdade social, com a maioria dos empregos sendo gerados com baixos salários e poucos com salários altos. Desiludida, a população tomou as ruas em manifestações contra o sistema político-econômico vigente em países da Europa e nos Estados Unidos.

Diante desse quadro, em maio de 2011, o movimento dos Indignados ocupou as ruas da Espanha, questionando os partidos tradicionais e clamando por mais representação política e uma democracia mais robusta. Também denominado Movimento 15-M, foi uma mobilização popular que surgiu como resposta à crise econômica, aos níveis recordes de desemprego, às denúncias de corrupção e às políticas de austeridade implementadas pelo governo espanhol. Nesse contexto, grupos de manifestantes ocuparam praças públicas, promovendo protestos e assembleias, com apoio decisivo da internet e das redes sociais para coordenação e difusão. Do ponto de vista dos manifestantes, toda a classe política, independente da orientação ideológica, atendia, em última análise, aos interesses das grandes corporações e do capital financeiro. Para os participantes dos protestos, essa mesma classe política negligenciava as necessidades básicas da população, como emprego, moradia, segurança, saúde e transporte público.

Em paralelo, nos Estados Unidos, naquele mesmo ano, também havia um clima crescente de indignação com a falta de responsabilização dos envolvidos na crise de 2008 e em virtude do socorro bilionário dado aos bancos, enquanto inúmeras famílias perdiam suas casas em decorrência da execução das hipotecas por instituições financeiras. No dia 17 de setembro, manifestantes passaram a ocupar o Zuccotti Park, em Nova York, dando início ao movimento que ficou conhecido como Occupy Wall Street. Durante o protesto, popularizou-se o slogan “Nós somos os 99%”, que tinha como objetivo destacar as disparidades sociais e de renda entre o 1% mais rico da população, grupo esse favorecido pelas políticas de socorro às grandes instituições financeiras após a crise de 2008, e o restante.

Operando de forma descentralizada, o Occupy Wall Street não tinha uma liderança formal, com suas decisões sendo tomadas através da realização de assembleias, buscando-se o consenso entre os manifestantes. Assim como no caso do movimento dos Indignados, na

Espanha, as redes sociais tiveram papel central na convocação e organização dos protestos. Em novembro, o acampamento no Zuccotti Park foi desmobilizado pela polícia, mesmo assim o movimento contribuiu para colocar a questão da desigualdade de renda no centro do debate público nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, em regiões fora do eixo europeu e norte-americano, a insatisfação social também impulsionou grandes mobilizações. No Oriente Médio e no Norte da África, uma onda de manifestações teve início em dezembro de 2010, processo que ficou conhecido como Primavera Árabe. Os protestos evidenciaram que a insatisfação social não se restringia ao Ocidente. Embora muitos países da região não tenham sido diretamente atingidos pela crise financeira global, enfrentavam graves problemas internos como desemprego elevado, pobreza, inflação e corrupção. Esse conjunto de fatores alimentava, principalmente entre os jovens, o anseio por transformações sociais e políticas. Assim como havia ocorrido nos protestos na Europa e nos Estados Unidos, plataformas como Facebook e o Twitter tiveram papel central na articulação das manifestações, inclusive ao facilitar a circulação de informações e a mobilização em contextos de forte controle estatal.

Enquanto isso, no Brasil, o clima de otimismo dominava a população desde meados da primeira década do século XXI. O país, assim como grande parte da América Latina, foi beneficiado pelo superciclo das *commodities*, principalmente em virtude da demanda chinesa, que elevou seus preços no mercado internacional. Esse cenário amenizou os efeitos da crise sobre a economia doméstica e levou o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a afirmar que o “tsunami” que atingia a Europa e os Estados Unidos em razão da Grande Recessão seria, aqui, apenas uma “marolinha”.

Nesse ambiente, o país vivenciava um período considerável de avanços sociais graças a políticas governamentais eficazes e ao impulso desse superciclo, incluindo o surgimento de uma nova classe média e redução significativa da miséria e da pobreza.

Entre 2001 e 2013, o Brasil cresceu e redistribuiu renda. Fruto da estabilidade inflacionária, do aumento do salário-mínimo, da expansão do crédito e das políticas sociais, esse período foi marcado pela mobilidade ascendente de milhões de brasileiros. Economistas, jornalistas, políticos e marqueteiros viram na ascensão econômica dessa população a emergência de uma “nova classe média”, definida na releitura de estatísticas nacionais e tornada alvo de intervenções governamentais e de mercado (Kopper; Damo, 2018, p. 336).

Tal conjuntura permitiu ao presidente Lula alcançar níveis recordes de popularidade. Reportagem da *Folha de S. Paulo*, publicada em 28 de março de 2008, indicava que 58% dos entrevistados avaliavam o governo como ótimo ou bom. Essa elevada aprovação popular de

Lula contribuiu para que Dilma Rousseff, a candidata por ele indicada, fosse a vitoriosa na disputa presidencial de 2010. Porém, a partir do ano seguinte, o país entrou em período de turbulência política, econômica e social.

Podemos afirmar que 2011 é o ano em que Bolsonaro deixa de priorizar as pautas relacionadas aos militares e passa a se posicionar como defensor da moral e dos bons costumes, temas muito caros dentro do conservadorismo. Com um discurso inflamado contra o projeto de lei que visava criminalizar a homofobia e denunciando a suposta existência do que ele chamou de “kit gay”, o parlamentar ganhou projeção nacional e passou a ser convidado a participar em diversos programas populares de rádio e televisão. Em março daquele ano, ao ser entrevistado no quadro “O povo quer saber” do programa televisivo CQC, da Rede Bandeirantes, o então deputado fez declarações interpretadas por diversos setores da sociedade como homofóbicas e racistas. Parlamentares vinculados à esquerda, como Manuela D’Ávila e Jean Wyllys, criticaram publicamente suas falas. A OAB/RJ ingressou como um pedido de abertura de processo por quebra de decoro, afirmando que as declarações eram incompatíveis com a função parlamentar, e órgãos do governo federal emitiram notas oficiais condenando a fala do então deputado.

Em reação a esses movimentos, em abril daquele ano, grupos de extrema direita, como Carecas do Subúrbio, Ultra Defesa, Resistência Nacionalista e Kombat RAC, organizaram um ato em apoio a Jair Bolsonaro, a quem viam como porta-voz das pautas que eles mesmos defendiam. Reunidos na avenida Paulista, os manifestantes afirmavam que o parlamentar era o único que se posicionava claramente contra o que eles chamavam de “ditadura gay”. Contudo, no mesmo dia e local, integrantes de movimentos LGBTQIA+, feministas, negros e anarquistas reivindicavam direitos que, embora em ascensão no debate público, ainda avançavam lentamente em termos institucionais. Esses movimentos de orientação à esquerda eram também críticos aos governos, incluindo a gestão federal do Partido dos Trabalhadores. A barreira policial que separava os manifestantes de extrema direita e os defensores dos direitos das minorias simbolizava a divisão nacional que se tornaria evidente anos depois. O ato pode ser visto também como uma mudança de paradigmas da sociedade brasileira ao considerarmos que as bases da extrema direita “perderam a vergonha” e levaram para o público o discurso que até então era realizado apenas no privado. Serviu também para marcar o desejo manifestado por alguns grupos de tomar as ruas e mostrar a sua insatisfação contra a classe política e expressar quais eram as suas pautas.

Outras mobilizações importantes que ocorreram em 2011, evidenciaram ainda mais a capacidade das redes sociais de articular e mobilizar pessoas. Entre esses eventos podemos

citar a Marcha da Maconha, que reivindicava a legalização da droga; o “Churrascão da Gente Diferenciada”, protesto bem-humorado surgido no Facebook em resposta à resistência dos moradores de Higienópolis, bairro nobre de São Paulo, à construção de uma estação de metrô na região. Esse último contou com a presença de centenas de participantes e, para Conrado Corsalette (2023, p. 43), demonstrou que a internet poderia transcender o ambiente virtual e se integrar ao espaço urbano. No dia 7 de setembro, ocorreu o Grito dos Excluídos, quando milhares de pessoas tomaram as ruas, em diferentes cidades do país, para exigir justiça social, emprego, melhorias nas áreas de educação e saúde. Já em novembro, ocorreu a Marcha contra a Corrupção, com os manifestantes exigindo o fim do voto secreto na Câmara e no Senado e a punição de políticos envolvidos em escândalos de desvio de dinheiro público. Convocada por meios das redes sociais, essa manifestação que foi apresentada por seus organizadores como apartidária.

Essas experiências de mobilização abriram caminho para os protestos de 2013, que começaram em Porto Alegre e se espalharam por Natal e Goiânia, chegando a São Paulo. Organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), o ato contra o acréscimo de vinte centavos nas tarifas de transporte público da capital paulista reuniu cerca de duas mil pessoas em 6 de junho, em frente ao Teatro Municipal. O protesto terminou em confronto, com a polícia utilizando gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os manifestantes.

Em 11 de junho, cenas de violência tomaram as ruas de São Paulo, com ônibus incendiados e apedrejados, estações de metrô danificadas, vitrines de lojas quebradas e bancos depredados através de ações dos grupos *black bloc*. A cobertura televisiva em horário nobre passou a criticar duramente as manifestações, e a população, influenciada por esse discurso e pelas imagens de depredação, voltou-se contra os protestos.

Dois dias após esses eventos, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram editoriais criminalizando as manifestações, exigindo repressão enérgica e isentando a polícia de críticas quanto ao uso excessivo da força. Em resposta, a violência policial se intensificou contra os manifestantes, resultando em inúmeras prisões e centenas de feridos, inclusive jornalistas desses próprios veículos. Essa repressão exacerbada evidenciou o despreparo da Polícia Militar paulista e a incapacidade dos governos municipal e estadual de dialogar com as pessoas que ocupavam as ruas da capital paulista. Essa situação provocou uma mudança na percepção pública: os protestos passaram a ser vistos como legítimos. O episódio de 13 de junho pode ser visto como um daqueles eventos que, para Reinhart Koselleck (2014, p. 21), “representam reviravoltas singulares, que estabelecem e liberam, irreversivelmente, forças que estavam represadas”.

Em 17 de junho de 2013, ocorreram as maiores manifestações até então, com atos em diversas cidades do país e centenas de milhares de pessoas tomando as ruas. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, mobilizações expressivas também ocorreram em capitais como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre e Vitória (Reys, 2014, p. 27–28). A capacidade de mobilização assustou a classe política e favoreceu a mudança de percepção pública sobre os atos. Com o aumento do apoio popular, cresceu a adesão às manifestações, o que também se refletiu em mudanças no discurso político e na cobertura da mídia de grande circulação, que passou a enfatizar o civismo e a pauta anticorrupção.

O que era uma reação ao aumento das tarifas do transporte coletivo, logo se transformou em cobrança por melhorias em outros serviços públicos como saúde e educação. Os manifestantes exigiam que suas vozes fossem ouvidas, e desejavam uma participação mais ativa nas decisões tomadas pela classe política. Porém, em meio a esse conjunto heterogêneo de reivindicações, passaram a se destacar as agendas defendidas por setores conservadores, entre as quais a redução da maioria penal, o retorno dos militares ao poder, o combate ao comunismo e à “ditadura gay”.

Os protestos, que inicialmente tinham um caráter de esquerda foram, aos poucos, se transformando. Muitos participantes se declaravam apartidários e afirmavam que a classe política, de forma geral, não os representava. As palavras de ordem passaram a ser dirigidas contra gestores municipais e estaduais, contra os membros do Congresso Nacional e da administração federal. Nesse contexto, o clamor popular se configurava como um grito contra quase todas as instituições de poder, salvo o Judiciário e o Ministério Público. No caso desses dois últimos, o apoio se dava, principalmente, em decorrências do julgamento ação penal 470 no STF, que investigou o esquema de corrupção que envolvia pagamento a parlamentares para que votassem a favor dos projetos encaminhados pelo governo ao Congresso Nacional. A condenação dos políticos envolvidos, muitos com destaque no cenário nacional, pode ser vista como um marco no combate à corrupção.

Em 20 de junho, o Movimento Passe Livre anunciou que não convocaria novas manifestações em virtude do recrudescimento das ações dos grupos radicais de direita. Beneficiando-se da falta de uma liderança unificada e da variedade de questões abordadas, esses grupos conseguiram controlar a narrativa, direcionando suas críticas ao Partido dos Trabalhadores e a outros setores ligados à esquerda. Os partidos de oposição à presidente Dilma Rousseff incorporaram o discurso anticorrupção e aumentaram as investidas contra o governo (Borba, 2014; Gohn, 2014). A estratégia produziu efeitos concretos: em 27 de julho,

pesquisa do instituto Datafolha, indicou que, em apenas três semanas, a aprovação da presidente caiu de 57% para 30% (Borba, 2014, p. 32).

Para Marcos Nobre (2022, p. 16 -118), em junho de 2013 a política perdeu o controle da política, prevalecendo um cenário de confusão institucional, com o sistema se mostrando incapaz de reagir a essa inesperada perda de controle. De modo geral, a resposta das instituições políticas revelou rejeição a reformas estruturais e resistência à inclusão de novas vozes emergentes — vindas tanto de uma nova direita quanto de uma nova esquerda.

Para compreender plenamente as manifestações de junho de 2013, Maria da Glória Gohn (2014, p. 18) destaca a importância de analisar os meses que as antecederam. Segundo a autora, os telejornais da mídia nacional oferecem um panorama dos fatores de ordem mais ampla que motivaram a revolta que levou milhares de brasileiros às ruas, especialmente ao se identificarem e se unirem ao movimento protagonizado pelos jovens. Entre esses fatores, sobressaem os elevados gastos com os estádios da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações, prevista para junho de 2013. Tais megaeventos, financiados com recursos públicos, contrastavam com a precariedade dos serviços de transporte, educação, saúde e segurança.

Além disso, é importante considerar que, por rejeitarem lideranças hierárquicas e centralizadoras, os manifestantes não apresentavam a predominância de uma única ideologia ou utopia (Gohn 2014, p. 13). Entre eles havia feministas, anarquistas, defensores da causa animal, representantes de movimentos estudantis, jovens da periferia, integrantes da classe média, pessoas de direita e de esquerda, entre outros. O que os unia era, sobretudo, um sentimento coletivo de insatisfação, desencanto e indignação diante da situação ético-política dos líderes e representantes eleitos, das prioridades definidas pelas administrações públicas e dos impactos das políticas econômicas sobre a sociedade.

Diversos fatores agravantes reforçavam esse cenário: a persistência da desigualdade social, a inflação, acusações de corrupção, o clientelismo político, a tramitação da PEC 37 — chamada de “PEC da Impunidade” por restringir o poder investigativo do Ministério Público —, a sensação de impunidade, um sistema político obsoleto que não representava os interesses da população, a criminalização de movimentos sociais (especialmente rurais e indígenas), o projeto de lei conhecido como “cura gay” e a presença de políticos com histórico de denúncias em cargos de destaque (Gohn, 2014, p. 18). Podemos afirmar também que as políticas progressistas apoiadas pelo governo federal, particularmente aquelas que beneficiavam a comunidade LGBTQIA+, não eram apoiadas por setores significativos da sociedade brasileira, principalmente entre os evangélicos e católicos conservadores.

Nesse contexto, sobrepunha-se entre esses grupos o repúdio à política institucional e aos partidos e políticos tradicionais, expresso principalmente pelo grito de “sem partido” que ecoava nas manifestações. De acordo com Gohn (2014, p. 19), além dos fatores internos, o contexto global também exerceu impacto nas manifestações: como nos protestos dos Indignados, na Espanha, e no Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, os manifestantes expressavam uma profunda sensação de falta de representatividade política.

Muito em virtude de o Partido dos Trabalhadores estar à frente do governo federal há mais de uma década, uma parte significativa dos cartazes e palavras de ordem nas manifestações de 2013, passaram a ter como alvo Lula e Dilma. Esse cenário criou uma sensação de antipetismo entre a sociedade. Contudo, para Nobre (2022), o traço comum não se limitava ao antipetismo. De acordo com o autor, tanto os movimentos globais de 2011 quanto as manifestações de junho de 2013 caracterizaram-se, sobretudo, pelo seu caráter antissistema. Ainda assim, Nobre ressalta que o fenômeno é complexo demais para explicações simplistas, com causas possivelmente impossíveis de compreender integralmente.

A força política que se transformara em movimento antissistema, surgida a partir das manifestações de junho de 2013, passou então a criar condições para impedir o restabelecimento do controle político pelo sistema tradicional (Nobre, 2022, p. 119). Em março de 2014, em Curitiba, uma ação conjunta de procuradores da República e da Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, revelando suspeitas de corrupção na Petrobras, a maior empresa estatal do país. As investigações mostraram que a companhia fora politicamente loteada, com diretorias ocupadas por indicados de partidos aliados ao governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT). A Lava Jato tornar-se-ia, assim, a principal arma da força antissistema para desestabilizar o status quo político.

Mesmo diante das investigações, Dilma Rousseff venceu Aécio Neves, candidato do PSDB, nas eleições presidenciais de 2014. Contudo, o lado derrotado questionou oficialmente a legitimidade da apuração dos votos. As mobilizações contra o resultado da disputa foram marcadas para 1º de novembro, primeiro sábado após o pleito. Segundo Limongi (2023, p. 59), poucos compareceram, apesar da intensa mobilização nas redes sociais. A exceção foi São Paulo, onde, embora o número de participantes não tenha sido expressivo, destacaram-se bandeiras do PSDB lado a lado com faixas pedindo intervenção militar.

A direita controlou o protesto. Subiram ao caminhão de som o cantor Lobão (que reivindicou o direito à “recontabilidade” [sic] dos votos), Eduardo Bolsonaro (que fez questão de mostrar o revólver que trazia na cintura e afirmar que, se candidato, seu pai “teria fuzilado Dilma”), entre outros. Para dar tom científico à arenga, Ricardo Molina, perito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) — o

mesmo perito que nunca deixou de estar à disposição em casos rumorosos —, garantiu que as urnas eletrônicas são fraudáveis. “Qualquer um que não é analfabeto sabe disso.” (Limongi, 2023, p. 59).

Entendemos que a atitude de Aécio Neves ao contestar o resultado eleitoral abriu um perigoso precedente e alimentou grupos que buscavam desestabilizar o sistema político. Para Angela de Castro Gomes (2019, p. 179), o questionamento do resultado da eleição gerou uma crise política que se somou à crise social-econômica que já havia levado ao “colapso dos serviços de educação, saúde e segurança pública”. Jair Bolsonaro fez inúmeras referências a esse episódio para justificar seu discurso questionando a inviolabilidade das urnas eletrônicas e de descrédito da legitimidade do sistema eleitoral brasileiro.

Apesar da vitória nas urnas, encerrou seu primeiro mandato com a economia em desaceleração, queda do nível de emprego e da renda dos mais pobres. Com alguns anos de atraso em relação à Europa e aos Estados Unidos, os efeitos da Grande Recessão atingiam o Brasil. Segundo o cientista político Fernando Limongi (2023, p. 66), a situação agravou-se com a Lava Jato, cujas investigações depreciaram as ações da Petrobras na medida em que avançavam as acusações e prisões. Em fevereiro de 2015, pesquisa do instituto Datafolha revelou que grande parte da população acreditava que a presidente tinha conhecimento dos ilícitos e permitiu a corrupção na estatal.

Em resposta a esse cenário, o governo elaborou um pacote de medidas de combate à corrupção para enviar ao Congresso Nacional. Entretanto, o clima de instabilidade aumentava. No dia 15 de março de 2015, ocorreram manifestações em todo o país, organizadas por diferentes grupos através das redes sociais. Milhares de pessoas vestidas de verde e amarelo foram às ruas para pedir o fim da corrupção. Havia também aqueles que pediam a saída da presidente Dilma Rousseff e gritavam palavras de ordem contra o PT e o ex-presidente Lula. Outros carregavam faixas e cartazes pedindo a volta dos militares ao poder.

Três dias depois, em 18 de março, o governo lançou seu pacote de combate à corrupção em cerimônia no Palácio do Planalto. Paralelamente, o Ministério Público Federal (MPF) concluiu suas próprias “Dez Medidas contra a Corrupção”, propostas quase idênticas às do Executivo. Ainda assim, “os mentores da Lava Jato se recusaram a ser sócios do governo. A decisão foi fruto de um cálculo político” (Limongi, 2023, p. 68).

Embora fosse impossível, dentro do Estado democrático de direito, que a primeira instância do Judiciário promovesse reformas políticas, a Lava Jato tornou-se, para muitos eleitores, a última instância de recurso político, vista como único meio institucional de expressar insatisfação (Nobre, 2022, p. 16). O apoio popular às investigações de Curitiba foi

intenso. Com ampla cobertura da grande mídia, o juiz Sérgio Moro e os procuradores federais foram alçados ao status de heróis nacionais. Quanto mais apoio a “República de Curitiba” recebia, menos apoio popular tinha o governo federal. Para Marcos Nobre (2022, p. 16), “a Lava Jato mirou suas baterias para derrubar o governo Dilma Rousseff”. República de Curitiba foi uma expressão cunhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela faz alusão à República do Galeão, um gabinete de oposição ao governo de Getúlio Vargas que havia sido montado no aeroporto do Rio de Janeiro em 1954 pela oposição, Ministério Público Militar, Procuradoria-Geral da Justiça Militar e por setores da imprensa.

No início de 2016, o clima de insatisfação com o governo Dilma aumentava e aconteceram novos protestos pedindo o *seu impeachment*. Amplificadas por grupos de direita, as manifestações na avenida Paulista tinham o apoio da FIESP. Sob a liderança de Paulo Skaf, a instituição deu amplo suporte aos manifestantes, disponibilizando banheiros químicos, servindo refeições e dando apoio logístico e acolhimento aos acampados em frente à sua sede. A entidade ainda lançou e financiou uma grande campanha publicitária, com anúncios em tv e jornais de circulação nacional defendendo a saída da presidente Dilma. Durante as manifestações era inflado um enorme boneco de um patinho amarelo, em uma referência de que o empresariado não iria “pagar o pato” pelos erros do governo do PT.

No dia 13 de março, milhões de brasileiros, trajando verde e amarelo, mais uma vez tomaram as ruas de diversas cidades para exigir a saída de Dilma. O antipetismo e a aversão à presidente destacavam-se entre os cartazes e faixas exibidos pelos manifestantes com frases como “Vamos banir os comunistas”, “O PT é o partido mais corrupto da história mundial” e “Dilma é filha da puta, sim”. Enquanto os carros de som repetiam palavras de ordem clamando por intervenção militar, o juiz Sérgio Moro era celebrado como “super-herói” no combate à corrupção. Em Brasília, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, lidava com as acusações de corrupção na operação Lava Jato. Pressionado e temendo por sua posição, exigiu o apoio dos deputados do PT na votação na Comissão de Ética que poderia levar à cassação de seu mandato, em contrapartida não colocaria em pauta os pedidos de impeachment de Dilma. Uma vez que o governo não cedeu à pressão, Cunha deu prosseguimento ao processo de perda de mandato da presidente.

Dilma teve o processo de impeachment autorizado pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, num dia em que a imagem de uma Esplanada dos Ministérios dividida ao meio por grades de ferro entrou para a história do país. De um lado, defensores do governo, a maioria de vermelho. De outro, seus opositores, a maioria de verde e amarelo. E um muro no meio para evitar conflito. [...] A economia tinha entrado em recessão por motivos que incluíam erros diretos do Palácio do Planalto.

A relação com o Congresso tinha derretido por falta de habilidade política da própria presidente. O impeachment foi consumado. E o PT, depois de treze anos, deixou o governo (Corsalette, 2023, p. 66-67).

Após a saída de Dilma, o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) tomou posse. Logo surgiram protestos “Fora Temer”, organizados por movimentos de esquerda, enquanto grupos de direita mantinham manifestações em apoio à Lava Jato. Em maio de 2017, Michel Temer e o senador Aécio Neves foram acusados de corrupção. A Câmara barrou as acusações contra Temer, e o Senado manteve o mandato de Aécio. No mesmo mês, sindicalistas ocuparam a Esplanada dos Ministérios em protesto contrários às medidas econômicas liberais implantadas pelo novo governo. A repressão ordenada por Temer deixou saldo de oito presos e cerca de cinquenta feridos. Um ano depois, em 2018, uma greve dos caminhoneiros paralisou o país por dez dias.

Contudo, ainda que o PT tenha caído e o ex-presidente Lula tenha sido preso pela Lava Jato, a força que surgiu em 2013, que Marcos Nobre (2022) classificou como antissistema, assumiu novas e mais radicais dimensões. O discurso anticorrupção passou, cada vez mais, a ser acompanhado de pedidos por intervenção militar. Se o Facebook fora central para as mobilizações de junho de 2013, agora o WhatsApp tornava-se a principal ferramenta de articulação da extrema-direita, servindo de base para o crescimento de um novo — e ao mesmo tempo velho — protagonista da política brasileira: Jair Messias Bolsonaro.

2.2 A extrema-direita no Brasil e no mundo contemporâneo

A existência de grupos políticos considerados ideologicamente como direita radical não é uma novidade do século XXI. Segundo o cientista político holandês Cas Mudde (2022, p. 26-37), após a Segunda Guerra Mundial, é possível identificar quatro ondas de movimentos de extrema direita. A primeira, entre os anos 1945 e 1955, caracterizou-se pelos movimentos neofascistas, que nada de novo apresentavam. Esses grupos ressentiam-se de apoio popular e sofriam forte repressão dos governos estabelecidos.

A segunda onda, definida por Mudde como “populismo de direita”, estendeu-se de 1955 a 1980. Nesse período observou-se o surgimento de vários partidos e políticos de direita que se caracterizavam muitos mais por uma oposição às elites do que a uma ideologia. Esses grupos combinavam ideias e pessoas da extrema-direita neofascista com a nova direita radical. Entre suas pautas principais estavam o combate à imigração na Europa e, nos Estados

Unidos, o anticomunismo do movimento macartista e a oposição a dessegregação racial com o fortalecimento da Ku Klux Klan e do chamado Conselho dos Cidadãos.

A terceira onda, ocorrida entre as décadas de 1980 e 2000, representou a consolidação política da extrema-direita no contexto europeu do pós-guerra, quando seus partidos passaram a ocupar, de forma constante, cadeiras nos parlamentos nacionais. De acordo com Mudde (2022, p. 34-36), as principais formações dessa etapa combinavam nativismo, autoritarismo e populismo, apresentando-se como autênticas representantes do “povo” contra as elites políticas e as minorias étnicas. Essa nova retórica, ao mesmo tempo nacionalista e antipolítica, conferiu respeitabilidade institucional a partidos que antes se encontravam à margem do sistema democrático.

O fenômeno não se limitou à Europa. Nesse mesmo período, movimentos e partidos de extrema-direita começaram a adquirir maior visibilidade em países como Israel e Índia, articulando agendas nacionalistas, religiosas e securitárias. Nos Estados Unidos, embora políticos ultraconservadores tenham buscado consolidar uma base semelhante no interior do Partido Republicano, a extrema-direita permaneceu, segundo Mudde, “às margens da política”, ainda sem expressão partidária significativa, mas já com crescente influência sobre o discurso público e a opinião popular.

A quarta onda, que teve início no ano 2000, foi impulsionada por três eventos de grande impacto: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a crise econômica global de 2008 e a crise dos refugiados de 2015 na Europa Ocidental. Esses episódios abalaram as democracias ocidentais de uma forma geral, fragilizando suas estruturas políticas e culturais e permitindo o avanço da extrema-direita. De acordo com Mudde, a principal característica dessa onda é que a extrema-direita se torna normalizada e consolidada no debate público, com a mídia passando a tratar suas demandas como legítimas; partidos tradicionais adotam políticas que antes eram exclusivas da direita radical; e aumenta o número de coalizões entre partidos conservadores e extremistas, mesmo em países com uma tradição democrática bem estabelecida.

O autor ainda aponta que, nesse cenário, os partidos de extrema direita aumentaram consideravelmente sua popularidade, começaram a ter presença em países que antes os rejeitavam e cresceram em número de membros a ponto de se tornarem os maiores partidos. A “nova direita” do século XXI ultrapassa os limites do eixo europeu, ganhando terreno nos Estados Unidos, na Ásia e na América Latina. Essa direita atual, marcada pelo autoritarismo, nacionalismo, moralismo conservador, populismo e xenofobia, representa a expressão mais brutal de um processo mundial de deslegitimação do pluralismo (Fernandes, 2022, p. 12).

Nos Estados Unidos, Donald Trump foi eleito para seu primeiro mandato em 2016 e, embora derrotado nas eleições seguintes, retornou à Casa Branca em 2024 ao vencer Kamala Harris, candidata do Partido Democrata. Na Índia, Narendra Modi consolidou-se no poder com o partido de direita radical Bharatiya Janata Party (BJP), enquanto em Israel Benjamin Netanyahu manteve-se como primeiro-ministro aliado a partidos de extrema-direita. No Brasil, Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 com um discurso reacionário e a favor da preservação dos valores da família tradicional brasileira defendidos por ele desde sua atuação no Parlamento brasileiro, conforme apresentamos no primeiro capítulo.

Especificamente sobre o caso brasileiro, a socióloga Ângela Alonso (2019, p. 67-68) recorda que,

A árvore ultraconservadora [...] não é nova. Aufere votos desde o fim do regime militar. Enéas abriu a linhagem em 1989 e, em 1994, foi o terceiro mais votado à Presidência. Fez menos sucesso em 1998, mas seu legado frutificou em 2002, quando o evangélico Garotinho levou Deus e a pátria ao terceiro lugar, com respeitáveis 17%. Em 2006, o democrata cristão Eymael manteve acesa a chama, com um jingle inesquecível. Voltou, em 2010, ladeado por novos campeões da moral e dos costumes, Levy Fidelix e Pastor Everaldo, que se reapresentaram em 2014. A trajetória eleitoral desse campo teve baixos e altos, como aliás a esquerda, mas é consistente e ininterrupta. Bolsonaro emergiu desse mundo paralelo, abissal, longamente desconsiderado por intelectuais e mídia, movimentos e partidos de esquerda. Todos cegos para as raízes sociais nas quais se plante. São milhões de brasileiros (Alonso, 2019, p. 67-68).

O início da segunda década dos anos 2000 foi marcado por uma onda de manifestações populares que se espalhou pelo Brasil e por diversas partes do mundo. De modo geral, os partidos de esquerda e, no caso brasileiro, destacamos o Partido dos Trabalhadores, demonstraram dificuldade em responder de forma eficaz às demandas políticas e sociais apresentadas pelos amplos seguimentos da sociedade que ocupavam as ruas. Essa incapacidade de comunicação, de compreensão política e de leitura do momento histórico criou condições favoráveis para que grupos de extrema-direita se apropriassem das ruas e dos discursos de contestação.

No caso das chamadas Jornadas de junho, ocorridas em 2013, Marcos Nobre (2022, p. 134-135), critica a tese segundo a qual os protestos teriam sido capturados pela direita. Para o autor, essa linha de raciocínio é falha, pois devemos levar em conta que aquela direita que sequestrou as pautas das manifestações não pode ser confundida com a direita tradicional. Trata-se, antes, de uma “nova direita”, com perfil antissistema e características já observadas nos protestos globais iniciados em 2011. Essa direita insurgente, portanto, não aparece de forma súbita, mas como expressão de um processo mais amplo de reorganização ideológica

em escala transnacional. Conforme argumenta Nobre, Junho de 2013 marcou o momento em que

as forças da política oficial simplesmente perderam o controle do processo. [...] Pior, abriram a porta para a extrema direita, que não apenas hackeou eleitoralmente o movimento muito mais amplo das “novas direitas” como as próprias instituições, encontrando nesse momento, pela primeira vez desde a redemocratização, a oportunidade de implantar seu projeto autoritário (Nobre, 2022, p. 18).

Apesar das teses defendidas por alguns analistas que associam as Jornadas de junho de 2013 ao surgimento da extrema-direita, Marcos Nobre (2022, p. 136) e Carlos Melo (2019, p. 220) discordam dessa interpretação. Os dois autores não veem naquele ano de 2013 o “ovo da serpente”, mas sim a eclosão pública de um processo que vinha se gestando ao menos desde o início dos anos 2000, em sintonia com a quarta onda descrita por Mudde. Esse período permitiu que os grupos de extrema direita desenvolvessem uma massa crítica significativa, o que facilitou perceber nas manifestações de 2013 uma oportunidade para confrontar diretamente o sistema político vigente (Nobre, 2022, p. 18). Para amparar a posição de que a direita radical brasileira não é um fenômeno dos anos 2000, convém rememorar o estudo clássico de Antônio Flávio Pierucci (1987), *As bases da nova direita*. Nele, o sociólogo analisa a “nova direita” urbana de São Paulo dos anos 1980, formada principalmente por ativistas janistas e malufistas. Contudo, podemos afirmar que houve reformulação doutrinária dentro desse grupo desde então.

Nesse processo de reconfiguração das direitas, a ascensão da internet teve um papel crucial. À medida que as redes digitais se expandiram, grupos de classe média e alta começaram a formar militâncias em torno de pautas liberais e antiestatistas, promovendo a ideia de um Estado mínimo e a priorização do direito de propriedade. Esse rearranjo doutrinário significou a alteração de algumas pautas defendidas pela direita radical do final do século passado quando, segundo Pierucci (1987), predominavam visões estatistas e intervencionistas. Em sua maior parte compostas por jovens universitários e profissionais liberais, essas redes se organizaram em fóruns e comunidades online para traduzir e compartilhar textos, debater conceitos e teorias, criar grupos de estudo e estabelecer conexões, moldando uma identidade coletiva em defesa da liberdade de mercado como princípio fundamental da organização da economia e da sociedade (Fernandes, 2022, p. 24).

A partir de 2013, segundo Ronaldo Almeida (2019, p. 40), intensificou-se uma sinergia entre agentes sociais, uma fusão de valores culturais e uma concentração de forças

políticas que definiram o que tem sido chamado de “onda conservadora”. Esses agentes observaram que Junho de 2013 ofereceu

um potencial político ainda pouco explorado: a oposição radical à presença do Estado na economia, a aversão a altos impostos e baixos retornos por parte do setor público; a indignação com a corrupção, cujo noticiário banalizava; o medo nas ruas, com o aumento da violência e a expansão do crime organizado. A oposição ao modo petista de ser e fazer política – assim como toda a esquerda –, com suas verdades e arrogância tradicionais (Melo, 2019, p. 220).

Essas situações foram habilmente exploradas pelos grupos de extrema-direita, em um primeiro momento através de postagens no Facebook e, em seguida, dominando as pautas nas ruas. Coletivos da direita radical como o Revoltados OnLine, MBL, Movimento Vem pra Rua, entre outros, passaram a comandar as convocações para os protestos de forma bem articulada.

Sobre as características desses grupos, Leila Milli Fernandes escreve que

o “Vem pra rua” [...] diz não ter bandeira política e que seu objetivo é dar voz a população para que o governo passe a respeitar a vontade do povo que é contrária as práticas de corrupção, falta de ética e impunidade, o “MBL - Movimento Brasil Livre” que também dizem não se identificar com nenhum partido “Nosso movimento defende a República e o liberalismo econômico e atualmente não existe nenhum partido liberal no Brasil”. Eles são liberais e conservadores, defendem a privatização de serviços básicos como a educação e a saúde e a diminuição do peso do Estado na sociedade. E por fim o grupo “Revoltados OnLine” que se dizem contrários à corrupção e pedem o impeachment de Dilma Rousseff, dizem querer “banir o petismo e o bolivarianismo no país”. [...] eles defendiam que apenas a intervenção militar daria jeito no país. Agora, parte do grupo diz acreditar que o militar Jair Bolsonaro, conhecido por discursos polêmicos contra homossexuais e em prol da redução da maioridade penal, seria o mandatário ideal (Fernandes, 2022, p. 25-26).

A população vivia no início da segunda década dos anos 2000 um sentimento de revolta por conta das denúncias de corrupção envolvendo políticos e dinheiro público, primeiro com o caso do Mensalão em 2011 e, a partir de 2014, com os desdobramentos da Operação Lava Jato e os escândalos relacionados à Petrobrás. A elevação dos índices de desemprego e da inflação também contribuiu para uma posição crítica ao governo. As manifestações realizadas em diversas cidades brasileiras, impulsionadas pela Operação Lava Jato, contribuíram para a difusão de uma narrativa que atribuía à corrupção política e partidária a principal causa dos problemas enfrentados pelo país (Gomes, 2019, p. 179-180). A extrema-direita soube como usar esse sentimento e direcioná-lo contra a presidente Dilma e o Partido dos Trabalhadores.

Nesse ambiente de descrença institucional e polarização crescente, Boris Fausto (2019, p. 136) identifica múltiplos fatores para o retrocesso político à direita: o colapso dos grandes partidos da redemocratização, o desemprego, a insegurança urbana e a cisão social provocada por debates sobre costumes e moralidade. Nesse cenário, a pauta moral, revelou-se elemento crucial. Ângela Alonso (2019, p. 56–57), mostra que grupos conservadores encontraram eco social ao denunciar a “corrupção dos costumes” e combater políticas progressistas associadas ao “esquerdismo comportamental”. Essa fusão entre ética política e moralização pública fortaleceu o antipetismo e deu a Bolsonaro a oportunidade de se apresentar como o antípoda da esquerda e defensor da família tradicional.

A partir desse cenário, a moralização da política e a sacralização de valores tradicionais consolidaram-se como eixos estruturantes do discurso político de Bolsonaro e de seu grupo ideológico. Segundo Ronaldo de Almeida,

Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar e, de outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível a essas questões. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças das últimas décadas concernentes à sexualidade, gênero e reprodução. Ele encampou o combate à chamada “ideologia de gênero”, espectro que assombra os cristãos mais religiosos, sobretudo os situados à direita e ao centro, o que gerou, durante a campanha, uma espécie de pânico moral pela suposta “ameaça à família tradicional”. Pela corrupção praticada e pela suposta imoralidade de certas propostas, era frequentemente dito por evangélicos eleitores de Bolsonaro que “o PT era uma ameaça, um perigo” (Almeida, 2019, p. 46-47).

Decisões tomadas pelos governos de esquerda enquanto estiveram no poder também contribuíram para o fortalecimento da direita. O crescente sentimento antipetista, seja motivado pelos discursos anticorrupção, seja pela defesa de uma pauta de costumes conservadora, agregou eleitores de diferentes extratos sociais no Brasil. O inimigo a ser derrotado, mais uma vez, era a esquerda, o comunismo e o marxismo.

Ainda que o avanço dessas pautas tenha surpreendido parte da sociedade, Carlos Melo (2019, p. 215) observa que a direita radical, mesmo quando parecia inativa e sem referências claras, nunca havia desaparecido do cenário político. Bolsonaro, nesse contexto, tornou-se o rosto e a voz desse grupo, defendendo abertamente posturas tradicionais e se posicionando firmemente contra as mudanças sociais e comportamentais da sociedade contemporânea. Em suas falas na Câmara, ele reafirmou um pensamento que criticava e desafiava as liberdades civis e os direitos individuais, tornando-se o maior porta-voz dessa linha de pensamento.

Para Ângela de Castro Gomes (2019, p. 182-186), em diversos aspectos, Jair Bolsonaro insere-se em uma tradição de “lideranças personalistas de direita” que atravessa

décadas na história política brasileira. Entre esses atores políticos, que antecederam o Golpe de 1964, alguns considerados muito populares e agressivos, estão Plínio Salgado e a AIB, Getúlio Vargas e o Estado Novo, Carlos Lacerda e Jânio Quadros. Segundo a autora, esse histórico é fundamental para compreender de que maneira o ex-capitão se beneficiou de um “conjunto de valores, crenças, linguagens e símbolos”, amplamente reconhecidos pela população e consolidados na política conservadora no país (Gomes, 2019, p. 182).

A autora destaca, porém, que Bolsonaro não apenas repete essa tradição: ele a transforma. Esse processo acontece quando ele constrói um discurso de indignação, que tem uma retórica mobilizadora do apoio político e da legitimação da violência. Ao agir assim, dá um sinal de alarme positivo, na esfera pública, a atitudes e sentimentos que, apesar de já se manifestarem no espaço privado, não eram até então apresentados como exemplos válidos de conduta cidadã.

Bolsonaro reativou, assim, elementos clássicos da tradição política da direita brasileira: a exaltação da família, da moral, do combate à corrupção e do anticomunismo, mas o fez de maneira inusitada. Ao expressar e encenar, de maneira clara e sem timidez, os preconceitos e ressentimentos sociais que formam esse imaginário, ele se apresentou como um “homem comum” capaz de dizer o que o povo pensa, transformando discursos que antes eram reprováveis em virtudes políticas (Gomes, 2019, p. 189). Essa encenação da autenticidade quebra as regras do discurso público e legitima, no âmbito político, uma linguagem caracterizada pela vulgaridade, pelo confronto e pela simplificação moral da realidade.

Essa atitude de a exposição pública de comportamentos e discursos que antes eram mantidos em segredo, possui os principais traços da quarta onda da direita radical, mencionada por Mudde. Ficou para trás a fase em que a “nova direita” evitava se nomear como direita; preferindo rótulos como “centro”, o que dificultava sua identificação pública (Pierucci, 1987). No século XXI, o discurso político começa a se organizar em torno da lógica binária do “nós contra eles”. Na perspectiva da direita radical, o “nós” simboliza os valores da família tradicional, a preservação dos bons costumes e a defesa das “pessoas de bem”. Diferentemente, o “eles” é associado à esquerda, retratada como inimiga da fé, promotora da desconstrução da família e supostamente interessada em corromper a inocência das crianças. Essa linguagem redutora transforma a disputa política em uma batalha moral, mudando diferenças de opinião em uma luta espiritual pela defesa de um modo de vida visto como legítimo.

A atual extrema-direita brasileira encontrou, no campo religioso, um terreno fértil para validar suas agendas morais e sua linguagem de resistência à modernidade, haja vista que, de acordo com Francisco Iglésias (1971, p. 113), “a ideologia da tradição apegase quase sempre à Igreja, aos valores religiosos”. Destacamos que os valores tradicionais defendidos por essa direita radical configuram, conforme a concepção apresentada pelo autor, um legado no qual o catolicismo desempenhou o papel de fundamento orientador da política e da moral.

A grande consequência da dessacralização da cultura e do naturalismo [...] seria o abandono da fé, a pretensão de reforma social, com nova estruturação de classes, uma consciência reivindicativa antes ausente, nova ideia de poder, que leva à luta por ele de parte de amplas camadas da população, antes excluídas (Iglésias, 1971, p. 114)

Todavia, a conformação da chamada “nova direita” no século XXI transcende os limites dessa tradição confessional. A incorporação de segmentos evangélicos e neopentecostais, em conjunto com setores católicos conservadores, resultou na constituição de uma direita radical contemporânea de caráter explicitamente cristão e conservador. Nesses grupos, a fé tem sido instrumentalizada para sustentar uma narrativa política de salvação nacional. Por meio da apropriação de símbolos e rituais religiosos, constrói-se um enquadramento destinado a conferir legitimidade à ideia de que vivemos em uma sociedade em decadência moral, ameaçada por forças externas e internas que supostamente atentam contra os chamados valores cristãos.

Jair Bolsonaro, fez um uso constante dessa retórica em seus pronunciamentos no Parlamento a partir da ascensão de Dilma Rousseff à presidência do país. A ligação entre religião e política tem como fim intensificar o aspecto emocional do discurso reacionário, convertendo diferenças de opinião em batalhas espirituais do bem contra o mal. Nesse embate do “nós contra eles, a religião realiza uma ontologização do opositor: “eles” deixam de ser adversários contingentes e passam a ser concebidos como o mal em essência.

No interior dessas comunidades, a extrema-direita se serve de uma linguagem religiosa que sacraliza sua própria cosmovisão e demoniza seus adversários políticos e culturais. Essa retórica de defesa da família, proteção das crianças e combate à ideologia de gênero serve como um marco identitário que distingue os justos dos pecadores. Ao empregar essas classificações morais, o discurso simplifica e esvazia o debate público, facilitando ~~uma~~ a adesão emocional. Assim, ao invocar a vertente religiosa das emoções coletivas, como o apego a valores e tradições, se alimentando de medos e ressentimentos, explorando a narrativa do “nós contra eles” e trabalhando com palavras como “família”, “segurança”, “patriotismo”.

converte a política em um terreno de militância moral. Retirado o debate da esfera da política e colocado na esfera religiosa, consolida-se no público a ideia de que apoiar determinados candidatos ou partidos é uma questão de fé salvífica.

Em ambos os casos, tanto no evangelismo quanto no catolicismo conservador, essa retórica cria uma sacralização do político, o que fortalece lideranças carismáticas. As instituições vêm obtendo inegável êxito em moldar as concepções conservadoras de seus fiéis, especialmente em torno da defesa da chamada família tradicional, vista como ameaçada pela suposta “onda de relaxamento dos costumes” vivida nos últimos tempos (Fausto, 2019, p. 141-142). Para muitos desses fiéis, que se sentem desamparados frente às incertezas do mundo contemporâneo, essas lideranças são vistas como guias morais e defensores, frequentemente descritos como alguém que “fala verdades” e “defende Deus e a família”. O discurso religioso não só confere uma legitimidade simbólica ao projeto político da extrema-direita, mas também funciona como um catalisador de coesão e mobilização afetiva, fortalecendo as dinâmicas de inclusão e exclusão que moldam as identidades políticas atuais.

Para Sérgio Abranches (2019, p. 20-21), o processo de construção das identidades políticas contemporâneas fundamenta-se em sentimentos de inclusão e exclusão, que se traduzem facilmente na percepção de pertencer, ou não, a determinado grupo. Segundo o autor esse tipo de polarização emocional tem motivações de natureza instintiva, as quais são posteriormente trabalhadas e manipuladas de forma estratégica por atores políticos que possuem uma agenda própria, mais clara e definida do que a de seus grupos de seguidores. Dessa forma, o conteúdo programático do partido e/ou do candidato perde valor frente à sua representação identitária. O candidato não se preocupa em apresentar um programa político. O importante é se posicionar de forma contrária ao outro lado e deixar claro essa posição para o seu grupo.

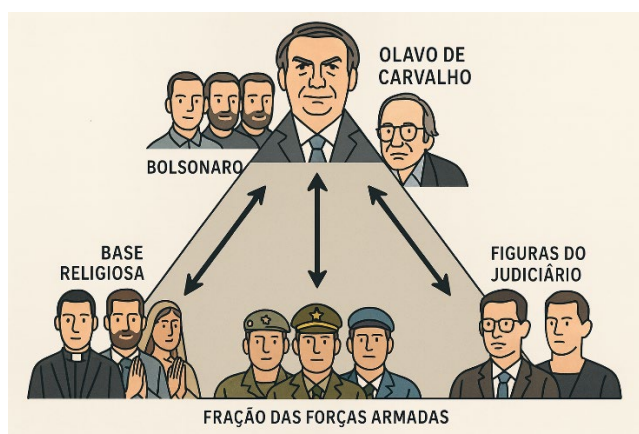
Angela Alonso (2019, p. 62-63) observa que essa retórica não é propriamente conservadora, mas reacionária. É justamente por esse motivo que demonstra eficácia e obtém reconhecimento social. Diferentemente das utopias de esquerda, que projetam um futuro incerto, o discurso reacionário propõe um retorno a um passado idealizado, marcado por valores, costumes e hierarquias que se opõem à modernidade. Essa retórica é reacionária porque “deseja a volta a todo o passado superado e que a ordem conservadora destruída ou ameaçada de destruição seja mantida” (Rodrigues, 1978-1988, p. 138).

Para a autora, diante da concorrência entre múltiplos sistemas de crenças e modelos de comportamento laicos e cosmopolitas, muitos indivíduos experimentam sentimentos de desconexão, desorientação e vulnerabilidade. Buscam, assim, a proteção e o amparo

simbólico de uma figura patriarcal. Esses indivíduos encontraram essa figura em Jair Bolsonaro. Ele, que se apresenta como um homem comum, trabalhador, preocupado com a família. Ele que não tem medo de expressar seus sentimentos. Seus discursos trazem aquilo que eles desejam falar. Ele não quer mudanças, assim como seus seguidores. Entre o público que o escuta e idolatra, muitos optam, de forma racional, por adotar valores tradicionais como referência para orientar sua vida privada e manifestam o desejo de vê-los também refletidos na condução do mundo público (Alonso, 2019, p. 68).

Segundo Ruy Fausto (2019, p. 158;160), Bolsonaro insere-se em um movimento autocrático de alcance global, com o qual manteve diferentes formas de contato e afinidade ideológica. Ainda que essa relação tenha se estabelecido, em grande medida, de modo indireto, a figura central desse arranjo, especialmente no plano das ideias, foi, e continua sendo, Olavo de Carvalho. Lembremos aqui que o ex-capitão cita Olavo em seu discurso da vitória na eleição de 2014. Ainda de acordo com o autor, no vértice superior dessa estrutura simbólica, situam-se Bolsonaro, seus filhos e o pensador que os orienta; na base, encontra-se a fração das Forças Armadas que o apoia. Em um dos vértices laterais, está a base religiosa, composta por líderes e fiéis; no outro, determinadas figuras do Judiciário que se dispõem a colaborar com o projeto de poder.

Figura 1: Triângulo de influências políticas



Fonte: imagem criada com o auxílio de inteligência artificial

A ascensão da extrema-direita no Brasil é, portanto, parte de um fenômeno global que mescla o retorno a práticas autoritárias e nacionalistas com novas táticas de comunicação e mobilização emocional. Jair Bolsonaro, portanto, aparece como o representante nacional de uma estratégia política que se sustenta na raiva do povo, no ressentimento social e na saudade

de um passado idealizado. Sua trajetória ilustra como a retórica reacionária, sustentada por princípios religiosos e morais, se transforma em um poderoso mecanismo de legitimação política, capaz de unir diferentes segmentos da sociedade contra um inimigo comum, seja a esquerda, o Estado ou a própria modernidade.

A consolidação desse campo político não deve ser considerado como a perpetuação de velhas bandeiras conservadoras, mas como a conversão destas em um projeto de poder que alia antipolítica, culto à personalidade e exploração simbólica da fé. Dessa maneira, o discurso do campo político ligado a Jair Bolsonaro incorpora os aspectos fundamentais da quarta onda da direita radical, conforme identificado por Cas Mudde: a normalização de práticas autoritárias, a recusa do pluralismo e a fusão entre o sagrado e o político. Nesse contexto, a extrema-direita brasileira surge não apenas como uma alternativa nas urnas, mas como um movimento cultural e identitário que transforma os parâmetros do debate público e coloca em xeque as fundações democráticas estabelecidas desde a redemocratização.

2.3 Guerra cultural e novas direitas: de Hunter a Olavo de Carvalho

A expressão “guerra cultural” tem sido frequentemente utilizada para se referir aos conflitos simbólicos e morais presentes na política contemporânea brasileira, especialmente nas disputas entre grupos da esquerda e da extrema-direita. O termo foi cunhado pelo sociólogo norte-americano James Davison Hunter em seu livro *Culture Wars: The Struggle to Define America*, publicado em 1991. Segundo a tese defendida pelo autor, os Estados Unidos vivenciam uma espécie de realinhamento político em que as antigas divisões, particularmente aquelas estruturadas em torno da crença religiosa dos seus cidadãos (por exemplo, católicos x protestantes; cristãos x judeus), deixaram de ser centrais. Em substituição, teria surgido uma clivagem nova, sustentada nas visões morais incompatíveis sobre a ordem social. Fruto das transformações sociais, o conflito transpassa a esfera moral e simbólica e passa a constituir uma disputa sobre quem tem o poder para definir o que é “bom”, “verdadeiro” e “americano”.

Ao se referir aos grupos envolvidos nesse confronto, Hunter (1991) não os caracteriza pela tradicional divisão “direita” e “esquerda”, ou “católicos” e “protestantes”. Segundo o autor, o que distingue os lados em disputa são os diferentes estilos de autoridade moral que defendem. Nesse sentido, propõe a divisão entre “ortodoxos” e “progressistas”. No primeiro grupo, estão aqueles que acreditam numa ordem moral objetiva, transcendente e estável, fundada em Deus, na tradição, na lei natural e textos sagrados, a qual deve ser preservada pela sociedade. Já no segundo grupo, a moral é concebida como histórica, contextual e mutável; a

autoridade moral vem da experiência humana, da razão crítica e da adaptação a novos tempos. É importante destacar que, segundo o autor, é possível encontrar representantes de ambas as posições entre praticantes de diferentes religiões, bem como entre indivíduos seculares.

A fim de explicar onde ocorre essa guerra, Hunter (1991, p. 53-55) distingue dois níveis: a cultura privada e a cultura pública. A primeira refere-se ao universo de sentidos que organiza a vida cotidiana das pessoas. Ela inclui regras implícitas, valores familiares e hábitos. Também abrange as explicações para o sofrimento e a alegria, e as narrativas que ajudam a entender as etapas da vida, como nascimento, adolescência, casamento, trabalho e morte. Essa cultura dá identidade e orientação ao indivíduo. Já a segunda é o conjunto de símbolos, narrativas e valores que organizam a vida da comunidade ou nação como um todo. Ela envolve mitos de origem, rituais cívicos, ideais políticos e leis. Também inclui parâmetros de cidadania e padrões morais que são frequentemente disputados, sendo onde se define, de forma mais ampla, “quem somos” enquanto país e “como devemos viver juntos”. De acordo com a tese do sociólogo norte-americano, as elites culturais desempenham importante papel na sua formação e manutenção.

Nesse sentido, enquanto as pessoas comuns participam da construção de seus próprios mundos privados, são as elites que criam os conceitos e definem os símbolos públicos, o que vai ao encontro do pensamento de Antonio Gramsci (2023, v. 1, s. p.), para quem “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido *lato*); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Para Hunter, os intelectuais acadêmicos, embora cruciais, desempenham um papel mais abstrato, com suas discussões raramente acessíveis ao público em geral. Em contraste, os “trabalhadores do conhecimento” mais práticos, como especialistas em políticas públicas, jornalistas e ativistas, têm um impacto maior, pois suas ideias e símbolos são mais comuns e acessíveis. No entanto, essas elites frequentemente não formam uma voz unificada, com desacordos sobre a identidade nacional e questões públicas, o que pode, por vezes, gerar polarização.

Hunter faz referência à teoria de Gramsci, segundo a qual, em períodos de transformação social, surge uma divisão entre intelectuais e outras elites culturais. Essa divisão dá origem ao que o filósofo italiano classificou como “intelectuais tradicionais” e “intelectuais orgânicos” (Gramsci, 2023). Os “tradicionais” são os herdeiros das ideias e valores do passado, e sua legitimidade deriva do apelo à continuidade histórica. Já os “orgânicos” representam as novas e dinâmicas fontes de reforma social progressiva. Hunter descreve a guerra cultural como uma disputa direta e visível entre ortodoxos e progressistas,

ambos buscando moldar os valores e normas da sociedade. Por outro lado, Gramsci vê a hegemonia cultural como um processo contínuo e estrutural em que a classe dominante estabelece sua visão de mundo ao longo do tempo, mas também permite espaço para desafios e possíveis transformações.

Esses grupos se enfrentam, segundo Hunter, em temas públicos como aborto e direitos reprodutivos; sexualidade, família, educação sexual; feminismo e papéis de gênero; direitos da população LGBTQIA+; currículo escolar, religião nas escolas, censura/arte; política racial e multiculturalismo. Na guerra cultural, essas pautas se transformam em símbolos identitários, e os debates entre as posições antagônicas se tornam batalhas em busca de legitimação moral.

A atual guerra cultural se desenvolveu nesse contexto como uma luta para estabelecer novos acordos sobre o caráter e o conteúdo da cultura pública americana. Nos termos de Gramsci, é a liderança da aliança ortodoxa que desempenha o papel dos intelectuais tradicionais, enquanto a liderança da aliança progressista desempenha o papel dos intelectuais orgânicos, ambos lutando para estabelecer suas próprias interpretações do passado americano e articular uma agenda para o futuro dos Estados Unidos (Hunter, 1991, p. 63, tradução nossa).

Nesse contexto, o controle das instituições que produzem sentido social (igrejas e organizações religiosas; mídia e indústria cultural; universidades e escolas; tribunais e sistema político; movimentos sociais e *think tanks*, que são, em termos bem diretos, instituições de pesquisa e formulação de ideias voltadas a influenciar políticas públicas, debates públicos e tomada de decisão) torna-se central na guerra cultural e consequentemente pelo domínio da hegemonia.

De acordo com Hunter, a guerra cultural intensifica a polarização na sociedade, uma vez que os conflitos são percebidos como existenciais, já que ortodoxos e progressistas não discutem apenas “o que funciona”, mas “o que é certo” na opinião de cada grupo. Para o primeiro a moral vem de uma fonte transcendente, externa e objetiva (Deus, a Bíblia, a tradição, a lei natural); mesmo sujeito a interpretação e nuance, o padrão final não é criado pelo indivíduo; e, por isso, a moral é vista como não negociável em seus fundamentos. Já para os progressistas, a moral é histórica, contextual e revisável; entre os religiosos, a fé e a Bíblia são lidas como símbolos inspiradores, não códigos finais; entre os seculares, a autoridade pode vir de razão crítica, ciência, pragmatismo e, muitas vezes, da experiência pessoal/autenticidade; assim, a moral tende a ser aberta, fluida e sujeita a debate contínuo.

Se, por um lado, as guerras culturais podem revitalizar o debate público, por outro, tendem a corroer o pluralismo, favorecer a demonização do adversário e enfraquecer a coesão social. Cada lado pinta o outro como ameaça à democracia, à liberdade ou à decência moral e,

em um ambiente onde há mais facilidade de acesso à mídia e disponibilidade de material para atacar o outro, a escalada do conflito é ampliada e o tom se torna mais violento. Nesse contexto, os dois lados dizem representar a maioria; os dois tentam monopolizar símbolos de legitimidade; os dois acusam o outro de intolerância e controle totalitário; os dois exageram o perigo do adversário; e, e os dois, em alguma medida, escorregam para a bigotria social. O autor alerta que tais condições são propícias para a formação de uma sociedade em que grupos passam a viver em universos morais paralelos, compartilhando pouca linguagem comum,

Para Hunter, a guerra cultural é o novo eixo estruturante da política americana moderna e, portanto, para compreender eleições, leis e conflitos sociais, é essencial olhar para essa disputa por autoridade moral. Questões como papel da mulher, aborto, direitos de homossexuais, violência doméstica, ilegitimidade, creches e educação sexual não são apenas temas isolados: funcionam como gatilhos simbólicos que irradiam para os outros campos. Contudo, de acordo com o autor, o conflito sobre família é quase o “coração” do embate cultural: “pode haver muito mais na guerra cultural contemporânea do que a luta pela família, ainda assim, não há dúvida de que as questões disputadas no âmbito da vida familiar são centrais para a luta maior e talvez decisivas para outras batalhas que estão sendo travadas” (Hunter, 1991, p. 176, tradução nossa).

Na guerra cultural está em disputa o que deve ser considerado como família e qual visão moral deve orientar a sociedade. Na visão ortodoxa, a família “correta” seria a forma tradicional/nuclear, associada a casamento heterossexual, papéis diferenciados de gênero e autoridade parental. Ela seria essencial para a harmonia social e para a transmissão de valores. Já os progressistas enxergam a família tradicional como construção histórica ligada a desigualdade, especialmente para mulheres. Esse grupo defende que família deve ser entendida de modo mais amplo; reconhece formatos diversos (pais solteiros, uniões sem casamento oficial, uniões homoafetivas etc.) e busca garantir igualdade entre os gêneros nos papéis desempenhados no núcleo familiar.

Segundo Hunter (1991), quando conservadores falam em “família tradicional”, estão defendendo um ideal burguês do século XIX: família nuclear patriarcal, com homem provedor, mulher centrada no lar, infância idealizada e domesticidade como refúgio do mundo industrial. Eles veem as mudanças (divórcio, trabalho feminino, novas uniões, pluralização afetiva etc.) como sinais de decadência moral e desintegração institucional. Já os progressistas as enxergam como correções de injustiças antigas e adaptação legítima à realidade social. Para Hunter (p. 177, tradução nossa), “a disputa em torno da família, na verdade, reflete

diferenças fundamentais nas suposições e visões de mundo dos grupos em conflito. A questão não é saber se a família está em decadência ou sobrevivendo; antes, a disputa é sobre o que constitui a própria família em primeiro lugar”.

Os temas relacionados à família também são objeto de confronto entre os dois grupos nas discussões sobre propostas de lei, programas governamentais e decisões administrativas, com ambos os lados querendo definir o que o Estado deve fazer. Hunter destaca ainda que, por ser “microcosmo” da ordem social, a luta pela família é luta pela alma pública da América. Nesse contexto, o que então está em disputa não é só como as pessoas vivem intimamente, mas quais princípios morais terão legitimidade pública e estatal.

A educação é outro grande campo de batalha da guerra cultural. A escola pública não vira conflito apenas por detalhes pedagógicos, mas porque ela transmite identidades coletivas, valores morais e uma visão de nação. No que Hunter chama de questão escolar está em disputa quem tem autoridade legítima para definir currículo, valores e propósito da educação. De acordo com o autor, entre os temas principais do conflito nessa área estão: currículo e livros didáticos, especialmente quando abordam religião, moralidade, família, sexualidade, raça ou identidade nacional; orações e práticas religiosas na escola, e a disputa sobre se isso viola ou não a neutralidade estatal; clubes estudantis de leitura bíblica/oração e direito de acesso igual aos espaços escolares; educação sexual, aborto, homossexualidade, etc.; e quais autores/valores devem ser considerados como cultura comum.

De um lado, atores “ortodoxos” (especialmente setores religiosos conservadores) enxergam a escola como capturada por uma moral secular/humanista e defendem o direito dos pais, o retorno a valores tradicionais e limites ao relativismo moral; de outro, atores “progressistas” concebem a escola como um espaço de pluralismo, inclusão e emancipação, entendendo intervenções religiosas como ameaça à neutralidade democrática. Nesse embate, livros didáticos passam a ser tratados como “objetos sagrados” ou como “ameaças morais”, a depender do grupo que os interpreta, e ambos os lados acusam o outro de promover doutrinação. O conflito se intensifica porque a escola é compreendida como espaço de formação de caráter, e não apenas de desenvolvimento de competências, e o currículo acaba se tornando uma espécie de “mapa” da nação desejada, indicando qual passado é celebrado, quais valores são ensinados e quais identidades são reconhecidas como legítimas.

Hunter mostra que essas disputas também acontecem a temas relacionados ao ensino superior. Nesse contexto ele cita, por exemplo, acusações dos conservadores sobre a existência de uma suposta hegemonia liberal no meio acadêmico, os debates sobre o “politicamente correto”, os códigos de fala e o que seria censura ou proteção de minorias,

além das controvérsias em torno de ações afirmativas, políticas de diversidade, critérios de mérito e do choque entre o “cânone clássico ocidental” e propostas de currículos multiculturais ou de estudos de gênero e raça. A universidade, segundo o autor, torna-se símbolo de uma luta mais ampla sobre que tipo de elite cultural e intelectual conduzirá o país. De modo análogo, na educação básica, grupos que dizem defender liberdade escolar frequentemente recorrem a proibições e censuras quando um conteúdo ameaça sua visão moral, enquanto grupos que defendem o pluralismo, por vezes, buscam impor uma ortodoxia secular e tratar discordâncias como ilegítimas; assim, embora ambos os lados afirmem desejar uma escola “neutra”, “neutralidade” significa coisas opostas para cada visão moral. O resultado é que a educação se converte em um espaço em que a sociedade tenta resolver, por meio de crianças e jovens, conflitos e questões para as quais os adultos não conseguem construir consenso.

Se referindo às mídias de massa e às artes, Hunter afirma que elas não apenas “refletem” a realidade social: elas selecionam, moldam e definem o que conta como realidade pública. Ao decidir que histórias entram no noticiário, que livros são publicados, que filmes/músicas recebem espaço e que obras são expostas, essas instituições filtram a percepção coletiva e exercem um poder cultural enorme — muitas vezes sem perceberem, mas cada vez mais de forma deliberada. Por essas razões, é inevitável que mídia e artes se tornem um dos campos centrais da guerra cultural.

Hunter argumenta que esse embate se manifesta, de um lado, como disputa pelo controle institucional dos “meios de expressão” (redes de TV e rádio, indústria cinematográfica, mercado editorial, gravadoras, museus e órgãos estatais de fomento) e, de outro, como disputa simbólica sobre o próprio significado de liberdade de expressão: o que pode ser considerado como arte, entretenimento legítimo, notícia justa ou, ao contrário, obscenidade e blasfêmia? Segundo o autor, embora haja exageros, existem evidências de viés liberal/progressista entre elites midiáticas e culturais, o que gera um terreno desigual: enquanto um lado “defende território já conquistado”, o outro tenta reconquistá-lo. Daí decorrem estratégias como campanhas contra redes e estúdios, pressão política, boicotes e a criação de um ecossistema cultural próprio (mídias religiosas/conservadoras, editoras, música gospel, rádio e TV alternativas).

Ao mesmo tempo, as controvérsias em torno de obras e conteúdo considerados “escandalosos” expõem camadas mais profundas do conflito: primeiro, o desacordo sobre o que é arte ou informação; depois, o conflito filosófico-jurídico sobre o que merece proteção como “expressão”, fazendo de cada caso público um laboratório moral em que esses

significados são disputados. O objetivo do autor não é arbitrar quem “tem razão estética”, mas mostrar que cada lado opera com critérios morais distintos sobre o que torna algo arte e onde se localizam os limites entre crítica cultural, blasfêmia e pornografia.

Na guerra cultural, conforme destacado por Hunter, mídia e artes são arenas privilegiadas porque tocam no que cada comunidade considera sagrado. Para os ortodoxos, certas imagens e temas violam fronteiras do sagrado e ameaçam a ordem moral; para progressistas, restringir essas expressões significa atacar a autonomia, a criatividade e a crítica social. Assim, a disputa em torno de uma fotografia, de um filme ou de uma exposição é, em última instância, uma disputa sobre qual visão moral tem legitimidade para definir o espaço público.

O judiciário é outra frente de batalha na guerra cultural, já que controlar quem interpreta a Constituição é extremamente estratégico, uma vez que muitas controvérsias morais são decididas nos tribunais. Grupos conservadores e progressistas enxergam nomeações judiciais como uma forma de ganhar a disputa, já que há a possibilidade de, se você perder na arena cultural direta, tentar vencer com uma interpretação legal favorável à sua causa. A judicialização vira, então, um modo de transformar cultura em política pública, especialmente em temas como família, sexualidade, religião na esfera pública e educação.

O último grande campo de batalha apresentado por Hunter é o da política eleitoral. O autor afirma que a guerra cultural define o contexto moral das campanhas: ela fornece os grandes temas, as palavras-de-ordem e os limites do debate. Muitas eleições acabam sendo uma encenação direta da guerra cultural. Ele ressalva que isso não acontece com a mesma força em toda eleição: fatores locais, crises econômicas/externas ou peculiaridades pessoais podem reduzir o peso do conflito cultural. Em geral, quanto mais alto o cargo, mais a disputa cultural entra no jogo.

Visando mobilizar alianças durante a campanha, os candidatos se utilizam da guerra cultural. Segundo Hunter, em campanhas presidenciais dos anos 1980 nos Estados Unidos, temas como aborto, religião pública, família, patriotismo, crime, educação e valores morais apareceram como marcadores simbólicos que sinalizaram a qual lado cultural o candidato pertencia. A lógica é menos convencer com políticas detalhadas e mais ativar identificação moral do eleitorado. As lideranças políticas, num ambiente polarizado e mediado pela televisão, tendem a se valer cada vez mais da retórica e da performática, adotando *slogans*, frases curtas, gestos simbólicos. Por fim, Hunter destaca que a guerra cultural é usada por políticos para obter vantagem eleitoral e, simultaneamente, reconfigura a própria política eleitoral como arena de disputa cultural. O conflito cultural fornece o vocabulário e estabelece

os parâmetros do debate; quase todo candidato precisa se posicionar dentro dele. No fim, segundo o autor, há uma relação de simbiose: políticos usam os símbolos do conflito para seus objetivos, mas o sistema eleitoral também serve como instrumento para expandir as agendas das alianças culturais. O resultado é o enfraquecimento do debate democrático e o aprofundamento das fissuras em relação à cosmovisão de ortodoxos e progressistas.

Contudo, alguns críticos afirmam que não há guerra cultural, porque as pesquisas de opinião mostram pouca polarização e uma maioria no “meio-termo” quando, por exemplo, são questionadas se são favoráveis ou não ao aborto. Hunter reconhece que a maioria dos americanos não é extremista e que há grande variedade de posições intermediárias, mas mostra que existem “núcleos duros” tradicionalistas e permissivistas, com visões morais, religiosas e políticas claramente divergentes, que servem de base para os movimentos e partidos (Hunter; Zanon, 2022). O autor afirma que os críticos, ao reduzirem o conceito de cultura a atitudes individuais, ignoram a sua dimensão estrutural e institucional, constituída por sistemas de símbolos, discursos, organizações, elites e campos de produção cultural. Nesse contexto, segundo Hunter, a guerra cultural se manifesta entre minorias altamente engajadas (algo como 5–7% em cada extremo) e elites organizadas produzem um discurso público mais polarizado do que a população em geral, enquadram questões em termos rígidos e mobilizam recursos, empurrando comunidades ambivalentes para escolhas binárias. Hunter conclui afirmando que a guerra cultural não é uma guerra total, mas um conflito recorrente, episódico e muitas vezes localizado, que atravessa instituições e comunidades e continua a moldar a vida pública norte-americana por meio do embate entre visões rivais de bem, verdade e autoridade moral.

Nas últimas décadas, a guerra cultural se tornou tema central entre políticos, pensadores e influenciadores ligados à nova direita no mundo de forma geral e na América do Sul em particular. Atualmente, são esses grupos que se dedicam com maior intensidade ao estudo, reflexões e elaboração de práticas relacionadas ao conflito cultural. Entre esses pensadores sul-americanos destaca-se Agustín Lage, para quem a esquerda teria como estratégia principal a desconstrução das identidades, fragmentando a sociedade e criando condições favoráveis à consolidação de uma hegemonia cultural progressista. Partidário da tese de que os metacapitalistas financiam o lobby favorável a temas defendidos pela esquerda, acredita que essa aliança seria a face do novo capitalismo:

É mais razoável entender, em todo caso, que se a aliança entre metacapitalistas e esquerdistas culturais foi forjada, é porque esses últimos não ameaçam seriamente a ordem econômica atual e, portanto, não representam perigo para o patrimônio

material dos primeiros (em que ponto a revolução dos homossexuais se torna uma ameaça real aos interesses econômicos dos metacapitalistas que financiam o lobby LGBT?) (Laje, 2023, p. 296).

De acordo com os “gramscianos de direita” (Saidel, 2024), a nova esquerda adotou como estratégia de conquista da hegemonia, a transferência dos antagonismos existentes com a direita na economia para a cultura. Ampliando as causas em disputa bem como os sujeitos políticos, dando voz por exemplo, a negros, mulheres, indígenas e à população LGBTQIA+. Nesse contexto, a luta de classes é substituída por conflitos envolvendo questões de identidade, raça, gênero, sexualidade e meio ambiente.

Segundo Laje, a família é a instituição que reproduz a ordem capitalista, moldando as subjetividades relacionados ao sistema, inclusive na classe trabalhadora e, por essa razão, o seu colapso seria o grande objetivo da esquerda. A nova revolução socialista exigiria então uma revolução sexual, pois dessa forma seria possível mudar o sujeito, a família e o Estado. Para o autor, a esquerda estaria favorecida nesse contexto, uma vez que, segundo ele, o capitalismo contemporâneo traz em si a promessa de libertação sexual como ideologia. Nesse ambiente associativo entre a nova esquerda e os metacapitalistas, prazer, desejo e sexualidade viram mercadorias, e a própria transgressão passam a ser rotina, integrando-se à lógica do consumo.

Laje faz duras críticas à direita, que, na sua opinião, teria ignorado o campo cultural, permitindo que a esquerda o dominasse. O autor critica também os liberais por não darem a devida importância ao conflito, e os conservadores por reduzirem a disputa a questões estritamente morais e religiosas. Para superar esse cenário, é necessário que a guerra cultural seja vista como estratégica para as pretensões de poder da nova direita. Nesse sentido, Laje defende a criação de “aparelhos privados de hegemonia”, capazes de articular diferentes correntes do espectro direitista no combate à “desconstrução cultural” promovida pela esquerda. Assemelhando-se ao grupo “ortodoxo” de Hunter, essa direita não estaria forjada em uma fé comum, mas em núcleo em defesa de valores associados à família tradicional, do posicionamento contrário ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”, da oposição ao globalismo e da defesa da liberdade religiosa e educacional, entre outros temas.

No Brasil, a guerra cultural assume traços autoritários e práticas discursivas contra a alteridade, fruto do legado de um conservadorismo que tem longa história no país e das práticas abusivas da ditadura militar (Machuy; Schneider; Seixas, 2024; Cruz, 2023). Suas raízes podem ser encontradas no *Orvil*, documento produzido pelo Exército em que toda oposição é apresentada como ameaça comunista permanente, e na Doutrina de Segurança

Nacional, que justificava a permanência dos militares no poder em virtude de uma suposta ameaça comunista. Em parte da literatura, a guerra cultural é descrita como operando por antagonismos (nós x eles) e por dinâmicas de deslegitimação do adversário. No Brasil, Olavo de Carvalho (1947–2002) é apontado como o mentor ideológico dessa nova direita.

Carvalho concluiu apenas o Ensino Médio. Autointitulado filósofo, não obteve sucesso em suas tentativas de inserção no espaço acadêmico. Assumindo o papel de único portador da verdade, atacava universidades e intelectuais, acusando-os de ignorância, má-fé e decadência moral. Apesar de crítico da grande mídia, durante anos foi articulista de grandes jornais de circulação nacional. Considerado aquilo que Gramsci classificou como “intelectual orgânico”, foi um genuíno organizador de cultura, e não um mero produtor de ideias, menos pela originalidade de seu pensamento e mais pela capacidade que tinha de organizar a dominação por meio da cosmovisão compartilhada na extrema-direita (Bianchi, 2021; Calil, 2021). Astrólogo e católico, era um conservador tradicionalista, crítico da modernidade, defendia valores absolutos, hierárquicos e a centralidade da civilização judaico-cristã. Portador de um discurso anticomunista, antiliberal, antissistema, anti-intelectual, elitista e armamentista, além de adepto do culto ao líder, afirmava ter sido escolhido por Deus e atribuía seu sucesso a um acesso privilegiado à verdade.

Por meio de múltiplas estruturas de comunicação, sites, blogs, cursos de filosofia, redes de editoras e canais digitais, Olavo difundiu sua cosmovisão reacionária. Adotando uma retórica do ódio, transformou adversários em inimigos a serem aniquilados. Crítico do multiculturalismo e das políticas de direitos humanos, seu discurso ofereceu coerência ideológica e estilo de combate para a nova direita que busca dominar as instituições, combinando linguagem agressiva e certeza absoluta. Carvalho também pregava que os Estados Unidos eram o modelo de combate moral na defesa da família e dos “bons costumes”. Igrejas evangélicas neopentecostais e setores do catolicismo conservador passaram a adotar pautas defendidas pelos “ortodoxos” norte-americanos, como o antiaborto, a defesa da família, a crítica à chamada “ideologia de gênero” e a proposta de escolas sem partido.

Em 2009, criou o Curso Online de Filosofia, com a meta de formar uma elite intelectual olavista para atuar como multiplicadora de sua visão de mundo. Nele, os alunos eram orientados a abandonar opiniões próprias, a se “purificar” da suposta doutrinação marxista e a aceitar que Carvalho não discute teorias, mas simplesmente mostra a verdade (Wink, 2023). Importante destacar que, também em 2009, pela primeira vez Bolsonaro mencionou uma suposta distribuição de livros didáticos que visariam promover a homossexualidade. Podemos afirmar que as teorias conspiratórias e *fake news* difundidas por

Olavo de Carvalho influenciaram a mudança de pautas dos discursos do ex-capitão a partir de então. Temas como fraude nas urnas eletrônicas e políticas públicas associadas à pedofilia foram replicados em seus pronunciamentos no Parlamento: primeiro com a denúncia da suposta existência do “kit gay” e da ameaça comunista e, após a eleição de 2014, com a denúncia de fraude nas urnas eletrônicas. Os ataques desferidos contra o PT, Lula, Dilma e a esquerda de forma geral se configuram como desdobramentos do combate à ameaça comunista difundida por Carvalho.

Na leitura atribuída a Carvalho, a ‘guerra cultural’ aparece como disputa contra uma suposta infiltração da esquerda em instituições culturais e educacionais. O autor defende que a construção de consenso à direita exigiria investimento em “aparelhos privados de hegemonia”. Nesse contexto, Márcio Tavares (2021) observa que o discurso teve forte apelo junto a um público formado por militares e civis reacionários e com visão positiva da ditadura; setores da classe média insatisfeitos com as políticas de inclusão promovidas pelo governo federal; fundamentalismos religiosos neopentecostais mobilizados contra o que chamam de “ideologia de gênero”; além de grupos neoliberais que articulam moralismo conservador. Ainda segundo o autor, essa composição multifatorial configura um reacionarismo que se torna visível a partir de 2013 e encontra, na guerra cultural, um repertório comum para atacar direitos, minorias e instituições democráticas. Jair Bolsonaro, que ganhou notoriedade na mídia tradicional em torno do episódio do “kit gay”, teria seguido a orientação de Carvalho buscando fortalecer seus “aparelhos privados de hegemonia”. Explorando o crescente sentimento antipetista presente após as manifestações de junho, criou sua própria página no Facebook, ampliando a circulação de seus posicionamentos e sua base de apoio.

Entendemos que o ciclo inaugurado em 2013 contribuiu para reordenar o espaço político brasileiro, ampliando a visibilidade de discursos e organizações à direita e favorecendo a construção de novas formas de mobilização. Nesse contexto, a guerra cultural se consolida como um enquadramento capaz de articular diferentes agendas, como anticorrupção, pautas de costumes e críticas a instituições, em uma narrativa comum de disputa por valores e por autoridade moral. A literatura discutida indica que essa dinâmica não se limita ao plano eleitoral: ela envolve a ocupação do campo cultural e comunicacional, com especial destaque para o uso de mídias digitais e para a formação de redes na sociedade civil, os chamados “aparelhos privados de hegemonia”. Assim, o ressurgimento da nova direita no pós-2013 pode ser compreendido não apenas como mudança de preferências políticas, mas como reorganização de repertórios, identidades e estratégias de produção de

consenso. Nesse processo, acreditamos que a cosmovisão de Olavo de Carvalho foi assimilada por Jair Bolsonaro, o que contribuiu de forma decisiva para o seu posicionamento junto ao eleitorado cristão conservador.

3 A MORALIZAÇÃO DA DISPUTA ELEITORAL E A ASCENSÃO DO VOTO RELIGIOSO

Na realização da pesquisa, observamos que, ao longo dos anos, o chamado voto religioso passou a adquirir maior relevância nas disputas eleitorais. Desde a redemocratização, o número de políticos vinculados a denominações religiosas vem crescendo, o que contribui para o fortalecimento da Frente Parlamentar Evangélica nas discussões de temas que lhe são caros no interior do Congresso Nacional.

Atualmente, um levantamento rápido nas redes sociais acerca da relação entre religião e política pode suscitar a falsa impressão de que as lideranças evangélicas, em sua totalidade, assumem posições conservadoras e apoiam candidaturas de direita. Tal percepção, não raras vezes, conduz a uma interpretação unilateral do fenômeno, na medida em que desconsidera não apenas o pluralismo religioso existente no interior do próprio campo evangélico, mas também a diversidade de interesses, estratégias e orientações políticas que o atravessa.

Neste capítulo, apresentamos como determinadas lideranças evangélicas e católicas se posicionaram eleitoralmente ao longo das disputas presidenciais ocorridas entre 1989 e 2010. Como se verá, nesse período, tanto os apoios eleitorais quanto os discursos mobilizados por essas lideranças passaram por mudanças significativas.

O realinhamento político e as inflexões discursivas identificados em nossa pesquisa podem ser compreendidos como expressões de um pragmatismo político orientado pela defesa de interesses que extrapolavam a esfera estritamente religiosa. Nesse sentido, a possibilidade de obtenção de vantagens econômicas, as disputas por poder e a busca por protagonismo no interior do campo evangélico também se configuram como elementos centrais para a compreensão das transformações observadas. Desse modo, a análise desses reposicionamentos discursivos e da alternância de apoio a candidatos de diferentes vertentes políticas exige que se leve em conta esse conjunto mais amplo de fatores ao longo do período examinado.

Observamos que, em razão do destaque que determinadas lideranças, como o pastor Silas Malafaia, conquistaram na mídia nos últimos anos, o pluralismo de ideias no interior do campo religioso acaba, muitas vezes, obscurecido. Tal situação contribui para a impressão de

que o pensamento político defendido por essas líderes religiosos seriam homogêneos e integralmente conservadores. Contudo, é preciso destacar que no interior do campo evangélico, há também autoridades progressistas que, talvez por não contarem com a mesma projeção na mídia tradicional e nas redes sociais, acabam tendo seus discursos menos difundidos.

De modo semelhante, no interior da Igreja Católica, historicamente vinculada a diversos movimentos populares e pautas progressistas, também emergem atores de orientação conservadora que, por meio das redes sociais, acumulam milhões de seguidores e passam a ocupar posição relevante no cenário político.

Esse entendimento é compartilhado por Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes (2013, p. 14), que afirmam que, embora alguns grupos tenham maior visibilidade midiática nos debates sobre aborto e direitos da população homossexual, há também diversos atores evangélicos e católicos que se alinham a pautas progressistas, especialmente em defesa dos direitos humanos e da cidadania. Esses grupos atuam em conselhos, fóruns e organizações, ocupando espaços de liderança e participação pública.

Cumprir destacar, contudo, que a crescente relevância do voto religioso se encontra estreitamente vinculada à centralidade assumida pela pauta dos costumes. Tal agenda adquire visibilidade como reação às reivindicações formuladas por grupos e movimentos ligados a minorias sociais que, historicamente reprimidos durante a ditadura militar, passam, com o advento da Nova República, a demandar maior reconhecimento, direitos e espaço no debate público. Muitas dessas demandas, por sua vez, foram incorporadas à agenda estatal, convertendo-se em objeto de discussão e de implementação de políticas públicas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse contexto, essa agenda relacionada aos costumes adquiriu particular proeminência na eleição de 2010, na disputa entre Dilma Rousseff, Marina Silva e José Serra, sobretudo em razão do debate em torno da descriminalização do aborto. Mais uma vez, observamos a divisão no apoio das lideranças religiosas entre os três principais candidatos. A partir de então, essa pauta passa a conformar de maneira ainda mais decisiva o terreno das disputas políticas..

Na parte final deste capítulo, analisaremos como o discurso em defesa desses valores é mobilizado por Jair Bolsonaro, em articulação com políticos e demais lideranças vinculadas ao que se pode caracterizar como conservadorismo religioso, convertendo-se em importante instrumento de mobilização eleitoral desse segmento do eleitorado.

3.1 Evangélicos e eleições presidenciais (1989–2006): demonização, inflexões discursivas e rearranjos políticos

A partir da década de 1980, com a abertura política e a reorganização do espaço público, movimentos culturais e sociais até então reprimidos passaram a pautar reivindicações relativas a gênero, raça, meio ambiente, cultura, entre outras. Esses grupos compreendiam que suas demandas também eram políticas e, por isso, passaram a buscar reconhecimento, justiça e participação na discussão dos temas que lhes eram caros.

Concomitantemente a esse alargamento do repertório de reivindicações, observou-se o crescimento do número de fiéis cristãos não católicos na população e o aumento da presença evangélica na esfera político-institucional, caracterizada, de acordo com Livia Reis (2024, p. 18-19), pela busca de maior representatividade e protagonismo. Parte das lideranças evangélicas temia que a esquerda aproveitasse os ares de liberdade advindos do fim da ditadura militar para emplacar pautas como a descriminalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ainda segundo a autora, o uso dos meios de comunicação de massa por segmentos evangélicos, em especial pela vertente pentecostal, foi determinante para ampliar a visibilidade de suas pautas e de seus valores morais.

Nesse cenário de redemocratização, chegou-se a projetar uma possível secularização do debate público e o fortalecimento da laicização do Estado. Contudo, a ascensão evangélica reforça a avaliação de Gabriella Leal e Larissa Matos (2021), segundo a qual, no Brasil, a secularização foi frequentemente tratada como uma imposição teórica, sem confirmação na prática social. Como exemplo, pode-se citar o encontro de líderes da Assembleia de Deus com Tancredo Neves, às vésperas de sua eleição. Na ocasião, os pastores propuseram três medidas para enfrentar a crise econômica e social então vivenciada pelo país: o estreitamento das relações do Brasil com Israel; a retirada, das cédulas, de símbolos associados a cultos afro-brasileiros; e a instituição do Dia Nacional de Jejum e Oração (Rocha, 2024, p. 63).

Esse episódio contribui para explicitar a ideia defendida por Leal e Matos (2021), segundo a qual, no contexto brasileiro, a religiosidade constitui uma realidade socialmente enraizada. A depender das circunstâncias sociais, políticas e econômicas vividas pelos indivíduos e pelo país, é na religião que muitos buscam esperança para o cotidiano e sentido para a vida. Não se trata, portanto, de mero simbolismo, mas de uma dimensão constitutiva da experiência humana.

A intensificação dessa presença no espaço público torna-se ainda mais evidente com o crescimento acelerado do pentecostalismo na década de 1980, tendo a Igreja Universal do

Reino de Deus como um de seus principais expoentes. Esse processo ampliou a ocupação da esfera pública tanto por meio de investimentos expressivos em rádio e televangelismo quanto pelo ingresso na política partidária (Villasenor, 2013, p. 157). Segundo Paul Freston (2001, p. 17), quase metade dos deputados protestantes eleitos desde 1986 manteve vínculos com a mídia, atuando como apresentadores de programas ou como proprietários de emissoras, com trânsito frequente entre carreira midiática e atividade política.

À luz desses elementos, esse novo contexto social dificulta a plena secularização do debate público-político, na medida em que a ação organizada de grupos religiosos passa a ocupar com maior intensidade a esfera pública. Para Rezende e Lopes Júnior,

A partir do momento em que o contexto social brasileiro começa a avançar, contando com uma forte ação organizada de grupos e instituições religiosas nos espaços públicos, a presença e participação da religião na esfera pública torna-se mais evidente, isto é, ocorre uma —publicização— cada vez mais crescente do religioso no campo político. Assim, a ideia de que o espaço público deveria estar totalmente destituído de conotações religiosas — como pré-requisito para a igualdade e liberdade de seus cidadãos — começa a enfraquecer diante de tais acontecimentos, dado que a cena contemporânea enseja casos em que o esvaziamento do modelo liberal leva a uma abertura do político pela penetração do religioso (Rezende; Lopes Júnior, 2021, p. 3).

Do ponto de vista institucional, uma das expressões centrais desse processo foi, durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988, a primeira formação da chamada Bancada Evangélica no Congresso Nacional: um grupo pluripartidário composto por 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal (Rezende; Lopes Júnior, 2021, p. 12). Seu objetivo era fazer valer suas pautas e valores no debate público-político. Para Reis e Cunha,

Nesse momento, os pentecostais mergulharam na arena política, instigados, como seus pares em 1932, pelo temor de que a Igreja Católica ampliasse seus privilégios por meio do processo de redação da nova Carta Magna. [...] a formação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional foi percebida também como um ato de afirmação de um grupo religioso que se via, na década de 1980, em crescimento numérico e geográfico, em franca conquista no campo econômico-financeiro, vivenciador de um momentum no contexto da redemocratização do país (Reis; Cunha, 2024, p. 34).

Para além desse marco inaugural, a literatura também enfatiza que a inserção evangélica na política não se dá em sentido único. De acordo com Valmir Nascimento (2018, p. 49-50), trata-se de um processo de mão dupla. De um lado, setores evangélicos buscam se posicionar no campo político por meio de pressão, mobilização interna e defesa de uma agenda moral orientada a resguardar valores éticos associados a temas sensíveis, como família e sexualidade, em consonância com uma teologia cristã conservadora. De outro, observa-se

um movimento inverso: ao reconhecerem o peso eleitoral desses grupos e a redução da antiga resistência de suas lideranças à participação institucional, atores do sistema político passam a incorporá-los em chapas e agremiações partidárias, frequentemente privilegiando a presença de pastores. Ainda de acordo com o autor, a cada ciclo eleitoral torna-se recorrente a candidatura de ministros e líderes religiosos com vistas à ocupação de cargos públicos. Em outros casos, organizações religiosas oferecem respaldo a partidos ou candidatos alinhados às suas diretrizes morais e espirituais.

Como desdobramento desse processo, observa-se, a partir do final da década de 1980, o crescimento do número de candidatos ligados ao segmento evangélico que conseguem se eleger, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Tal sucesso eleitoral pode ser atribuído ao processo de formação de lideranças promovido pelas igrejas pentecostais e à mudança do discurso dirigido aos fiéis, substituindo-se o lema *crente não se mete em política* por *irmão vota em irmão*.

Essa mudança de comportamento, que já vinha sendo encaminhada, encontra [...] explicações diversas: seja a partir do fato de que os pentecostais passaram a adotar métodos mais rigorosos e eficazes de seleção e representação institucional/corporativa de seus candidatos (isso, em relação às maneiras mais soltas de organização dos históricos); seja pela necessidade explícita de os evangélicos em querer moralizar a política ou pelo conjunto dos interesses materiais do segmento em potencializar o seu poder político, econômico e midiático (Rezende; Lopes Júnior, 2021, p. 12).

Nesse quadro, também se diversificam os motivos que levam lideranças religiosas a ingressar na política. Entre os fatores que impulsionam pastores e outros atores vinculados ao segmento evangélico a disputar cargos eletivos estão a preocupação em evitar a aprovação de políticas percebidas como ameaças à instituição familiar, como a descriminalização do aborto e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; a ampliação da visibilidade das igrejas no espaço público, favorecendo sua inserção no debate político; a demanda por maior paridade de status em relação à Igreja Católica; a busca por maior liberdade religiosa e pela preservação dos direitos de livre credo já conquistados, em contextos percebidos como ameaçadores; e o fortalecimento de lideranças internas às igrejas, associado à construção e ao incremento de legitimidade no interior das próprias organizações religiosas (Nascimento, 2018, p. 49-50).

Quando o foco se desloca para as eleições presidenciais, essa dinâmica ganha ainda maior centralidade. A participação de lideranças religiosas e a importância do voto evangélico crescem a cada pleito, levando os candidatos a disputar o apoio de representantes das igrejas

evangélicas, em especial das neopentecostais. A busca por esses votos cria um cenário favorável para que candidatos e lideranças religiosas estabeleçam acordos voltados ao benefício mútuo.

É nesse contexto que se consolida, sobretudo entre denominações neopentecostais, um modo específico de intervenção eleitoral. A influência e o poder de negociação de lideranças, grupos e movimentos evangélicos sobre os candidatos à presidência no Brasil têm mostrado uma curva ascendente desde a primeira eleição direta após a redemocratização. A Igreja Universal foi precursora de uma prática hoje adotada por diversas denominações pentecostais e neopentecostais: a promoção, nos cultos, de um discurso político-religioso que transmite a visão do grupo e reforça uma linguagem facilmente assimilada e compartilhada por fiéis e ouvintes. Nesse discurso, aquele que recebe o apoio dos líderes religiosos é frequentemente apresentado como alguém ‘escolhido por Deus’. Em contrapartida, o adversário é construído como o candidato do diabo. A disputa eleitoral é, assim, apresentada como um campo de batalha espiritual entre o bem e o mal, e o fiel é instado a participar dessa batalha, derrotando satanás por meio do voto.

Essa lógica aparece de forma nítida já no pleito de 1989, quando as primeiras eleições diretas após a redemocratização foram marcadas por uma disputa antagônica entre esquerda e direita. Parlamentares e lideranças evangélicas desejavam que o candidato fosse “um homem de Deus”, mas o nome de sua preferência não conseguiu se candidatar (Villasenor, 2013, p. 50). Diante disso, a alternativa encontrada para atender a seus interesses foi Fernando Collor de Mello. À época, o líder da IURD, bispo Edir Macedo, chegou a declarar que “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (Cruz, 2009, p. 50). A partir dessa formulação, se Deus havia escolhido Collor como seu candidato, era nele que os fiéis deveriam votar.

Essa tomada de posição teve como contraponto imediato a construção de Lula como ameaça religiosa e política. Na disputa do segundo turno contra Collor, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, foi alvo de acusações, por parte de algumas lideranças evangélicas, de ser a personificação de satanás, o anticristo, o comunista que fecharia igrejas caso fosse eleito. Essa campanha de promoção do medo, somada ao apoio de setores tradicionalmente ligados à direita, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a grande mídia, contribuiu para a vitória de Collor.

Nos pleitos seguintes, embora o cenário político se reconfigure, o padrão de alinhamento eleitoral se mantém. Nas eleições de 1994, mais uma vez sem a possibilidade de ter um candidato evangélico disputando a presidência da República, membros da IURD e

outras lideranças evangélicas apoiaram o candidato governista Fernando Henrique Cardoso. Os ataques a Lula e ao PT continuaram; dessa vez, porém, miravam sua ligação com o catolicismo e o apoio que o candidato recebia de representantes das religiões afro-brasileiras. Fernando Henrique, identificado como o pai do Plano Real e o responsável pelo controle da inflação, foi eleito no primeiro turno.

Em 1998, ainda que o apoio a Fernando Henrique permanecesse oficial, observa-se uma inflexão relevante no registro discursivo. FHC continuava sendo o candidato apoiado pelas lideranças evangélicas. Contudo, verificou-se uma redução da demonização de Lula. Para Marcelo Pereira da Cruz (2009, p. 51), aquela eleição marcou “um momento de transição, quando a Igreja [IURD] se aproximou de Lula, demonstrando simpatia e respeito pelo candidato”, apesar de, mais uma vez, se propagar o boato de que ele fecharia igrejas caso fosse eleito. Fernando Henrique foi reeleito, vencendo a disputa, novamente, no primeiro turno.

É justamente a partir desse “momento de transição” que se torna possível compreender a reviravolta de 2002. Nesse pleito, observou-se uma mudança significativa no discurso promovido pelas principais lideranças evangélicas do país. Uma articulação conduzida pelo bispo Carlos Rodrigues, coordenador político da Igreja Universal e filiado ao Partido Liberal do Rio de Janeiro, resultou na aliança entre IURD, PL e PT. Lula convidou, para compor a chapa presidencial como vice, o senador José Alencar (PL-MG), empresário mineiro de grande projeção e crítico da política econômica de FHC. Além do apoio da IURD, Lula também obteve o endosso de outra importante liderança evangélica: o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que defendeu o candidato petista contra a campanha de medo e pânico promovida por seu principal concorrente, o senador José Serra (PSDB-SP). O pastor atribuiu a Lula um discurso de confiança na capacidade dos brasileiros de superar a crise e sustentar o sonho de construir uma nação maior, mais equilibrada e igualitária. Não houve, naquele contexto, discursos que o apresentassem como o “anticristo” ou que apontassem o risco de fechamento de igrejas em caso de vitória petista.

Além das alianças institucionais, o próprio comportamento eleitoral do segmento ajuda a explicar a vitória de 2002. Cabe destacar, nesse ponto, a votação recebida por Anthony Garotinho (PSB), que, no primeiro turno, ficou em terceiro lugar. Evangélico, Garotinho obteve ampla votação no segmento, construindo alianças dentro da Assembleia de Deus e da Igreja Universal. No segundo turno, apoiou Lula, e parte significativa de seus votos foi transferida para o petista. Lula venceu José Serra no segundo turno, e Malafaia foi indicado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do novo governo.

O alinhamento entre Lula e lideranças evangélicas não se limitou a 2002, mantendo-se também na disputa seguinte. Na campanha à reeleição, em 2006, Lula voltou a contar com o apoio de Silas Malafaia e de outras lideranças ligadas à Assembleia de Deus, como o pastor Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus. A IURD de Edir Macedo e do bispo Marcelo Crivella também manteve apoio ao presidente. Entre os fiéis, as políticas sociais implantadas pelo governo petista, especialmente os programas de transferência de renda e as ações de combate à fome, com destaque para o Bolsa Família, influenciaram o voto em Lula. Com um discurso de respeito à fé, ele obteve, pela primeira vez, maioria dos votos no segmento evangélico.

Como contrapartida, esse apoio também se traduziu em benefícios e canais de interlocução institucional. Em seu primeiro mandato, Lula sancionou lei que facilitava a legalização e o funcionamento das igrejas, desburocratizando a abertura de templos. Manteve também a imunidade tributária prevista na Constituição de 1988, isentando as igrejas do pagamento de tributos como IPVA e IPTU. Além disso, convidou lideranças para participarem do governo, como foi o caso de Silas Malafaia, já mencionado.

No segundo mandato, essa aproximação se intensifica e assume um perfil mais estruturado. A relação de Lula com os parlamentares da Bancada Evangélica estreitou-se ainda mais, com muitos dos partidos desses políticos compondo a base governista. Em 2007, o presidente sancionou a Lei 11.635, que instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. O governo também ampliou o valor destinado à publicidade na TV Record, empresa ligada à Igreja Universal. A Universal obteve, ainda no segundo mandato de Lula, a concessão para seu canal de notícias na TV aberta, a Record News.

Podemos observar que, embora Lula tenha sido demonizado por algumas das principais lideranças evangélicas nas campanhas de 1989, 1994 e 1998, houve uma mudança substantiva nesse discurso a partir do pleito de 2002. Lula não foi, em momento algum, apresentado como o “escolhido por Deus”, mas passou a ser descrito como um líder capaz de, nas palavras de Silas Malafaia, conduzir o povo brasileiro à superação da crise então instalada.

Essa mudança contribui para esclarecer o repertório religioso acionado naquele período, que se manteve circunscrito a pautas historicamente associadas ao segmento evangélico, como a oposição ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ainda assim, não se observavam ataques sistemáticos ao Partido dos Trabalhadores ou ao presidente Lula sob a acusação de promover a destruição de valores morais. Ao contrário, a Igreja

Universal chegou a adotar uma postura mais flexível em relação a esses temas, o que facilitava a atuação de seus representantes junto a um governo de centro-esquerda.

É nesse contexto mais amplo de rearranjos discursivos e alianças políticas que também se insere a atuação parlamentar de Jair Bolsonaro no período. À época, ele ainda não mobilizava o pânico moral como eixo central de ataque a Lula, ao PT ou à esquerda de modo mais abrangente, chegando inclusive a declarar apoio a Lula na disputa contra José Serra. Em seus pronunciamentos no Parlamento, mantinha o foco em pautas como a preservação de privilégios da classe militar, a redução da maioria penal e a defesa de um programa nacional de controle de natalidade, com laqueaduras e vasectomias para pessoas com mais de 21 anos, apresentado como estratégia para conter o crescimento populacional, reduzir desigualdades sociais e combater a violência. Também permanecia crítico às demarcações de terras indígenas, evocando o risco à soberania nacional, e se posicionava contra as propostas do governo do PT voltadas à ampliação de direitos ou benefícios para outros segmentos da população.

Esse quadro começou a se alterar ao longo do segundo mandato de Lula, momento em que o deputado passou a intensificar o uso da imunidade parlamentar para atacar adversários e elogiar o regime militar. Sua retórica tornou-se progressivamente mais abertamente antipetista e antiesquerdista, sobretudo diante da proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade e da ascensão de Dilma Rousseff como principal candidata à Presidência da República. Paralelamente, as eleições de 2010 evidenciaram as dificuldades enfrentadas por Dilma para preservar o apoio das principais lideranças evangélicas. A aliança construída com Lula em 2002 começava, então, a se desfazer, ao mesmo tempo em que o discurso religioso adquiria centralidade crescente no debate público e político.

3.2 A moralização da disputa eleitoral: aborto e voto religioso na eleição de 2010

A descriminalização do aborto constituiu um dos principais eixos do debate eleitoral durante a campanha presidencial de 2010. A pauta assumiu centralidade nos discursos dos candidatos e nas manifestações de lideranças evangélicas e católicas, convertendo-se em um dos temas mais sensíveis da disputa. Nesse contexto, o apoio religioso distribuiu-se de forma dividida entre os três principais postulantes à Presidência, evidenciando a relevância que as pautas de costumes adquiriram no processo eleitoral.

Nesse contexto, Marina Silva (PV), convertida à Assembleia de Deus nos anos 1990, contava com o apoio da Assembleia de Deus do Plano Piloto, liderada pelo pastor Sóstenes

Apolo da Silva, bem como de lideranças do Ministério Internacional da Restauração, do Conselho Internacional de Pastores e Ministros do Estado de São Paulo, da Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias e, durante parte da campanha, também do pastor Silas Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Ministério Vitória em Cristo. Posteriormente, contudo, Malafaia retirou seu apoio e passou a integrar a campanha de José Serra (PSDB), após acusá-la de sustentar uma posição ambígua em relação à descriminalização do aborto.

Serra, por sua vez, além de contar com o apoio de Malafaia, recebeu a adesão da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, presidida pelo pastor José Wellington Bezerra, bem como de diversas lideranças religiosas. Também declararam apoio à sua candidatura a Igreja Mundial do Poder de Deus, presidida pelo apóstolo Valdemiro Santiago; a Igreja Renascer em Cristo, liderada pela bispa Sônia Hernandez e pelo apóstolo Estevam Hernandez; e as igrejas Brasil para Cristo, Bola de Neve e Batista Brasileira, entre outras.

No caso de José Serra, Vital e Lopes (2013, p. 75) chamam atenção para um aspecto particularmente relevante das disputas eleitorais: os processos de ocultamento e revelação seletiva, isto é, os mecanismos de poluição e purificação estratégica tanto das próprias candidaturas quanto das candidaturas adversárias. Segundo os autores, quando ocupou o cargo de ministro da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso,

incrementou uma bem-sucedida política de prevenção e tratamento da Aids baseada na intensa troca com diversos atores do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais. Travestis e Transexuais (LGBT), e instituiu, em 1999, a primeira versão da Norma Técnica a respeito do atendimento dos casos de aborto estabelecidos pela lei. No entanto, se observarmos o modo como as articulações e composições políticas se conformaram, nos aspectos e defesas acionados nos discursos, o candidato José Serra, foi forjado, sobretudo, na fala de religiosos, como o candidato contrário ao aborto – esse teria sido, por exemplo, a justificativa para a mudança de lado do pastor Silas Malafaia (Vital; Lopes, 2013, p. 75).

Ainda de acordo com Vital e Lopes, tal operação discursiva possibilitou que o candidato fosse apresentado como um nome contrário à descriminalização do aborto e, por essa via, se tornasse apto a reunir o apoio de setores conservadores da sociedade.

Dilma Rousseff (PT), por sua vez, também contou com o apoio de diversos grupos e lideranças religiosas. Entre eles, destacavam-se a Convenção das Assembleias de Deus presidida pelo bispo Manoel Ferreira, bem como lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Sara Nossa Terra, da Igreja do Evangelho Quadrangular, de igrejas batistas, da Brasil para Cristo e da Igreja Metodista. Sua candidatura recebeu, igualmente, apoio de lideranças católicas.

Entretanto, diferentemente do êxito alcançado pelos articuladores da campanha de José Serra, a candidatura de Dilma Rousseff não conseguiu desfazer a imagem de que seria favorável à revisão da legislação sobre o aborto. Ao longo da disputa eleitoral,

A trajetória do PT e da candidata, bem como alguns encaminhamentos do Governo Lula eram recorrentemente utilizados como combustível aos que tentavam colar em Dilma a imagem de “abortista”. Vídeos de pastores, padres, bispos e outras lideranças religiosas em tom apoteótico e revelador lembravam o PLC 122/2006 (que criminaliza a homofobia), entrevistas anteriores de Dilma (onde ela se coloca favorável à descriminalização do aborto), o PNDH-3 (3º Programa Nacional de Direitos Humanos) e questões que não afetam uma moral sexual cristã (descriminalização da maconha e reforma agrária). Acionando *pânicos morais* através dessas demandas, os vídeos sempre traziam como imagens do absurdo casais gays se beijando ou abraçados, travestis e transexuais em festas ou na Parada Gay e imagens (reais ou não) de embriões após a realização do aborto. Todos estes elementos, ao longo das produções, eram articulados em uma única estrutura que responsabilizava o PT, o Governo Lula e a candidata Dilma pelas propostas e ações (Vital; Lopes, 2013, p. 76).

Entre os primeiros a se manifestar contra Dilma esteve o bispo de Guarulhos, dom Luiz Gonzaga Bergonzini. Em 1º de julho, o religioso publicou a carta “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, posicionando-se contra o voto na candidata do Partido dos Trabalhadores. No texto, defendia que, embora houvesse distinção entre as esferas política e religiosa, a Igreja deveria se pronunciar sempre que princípios cristãos fossem considerados ameaçados. Nessa direção, apresentava a defesa da vida desde a concepção como um valor inegociável e associava o PT, especialmente a candidatura de Dilma Rousseff, a propostas contrárias à doutrina católica, sobretudo em relação ao aborto. O documento, assim, enquadrava o voto como uma escolha moral e religiosa, orientando os fiéis a rejeitarem candidaturas identificadas com tais pautas.

Em resposta a esse movimento, Dilma Rousseff e os articuladores de sua campanha evitaram um enfrentamento direto com o bispo, optando por uma estratégia de contenção de danos diante da centralidade que o aborto assumiu na disputa eleitoral. Nesse contexto, a candidata empenhou-se em negar que defendesse a descriminalização do aborto, ao mesmo tempo em que sustentava que a posição do bispo não expressava oficialmente a CNBB. Paralelamente, sua campanha procurou conter o desgaste eleitoral decorrente da associação entre sua imagem e essa pauta moral. Para tanto, investiu em uma reaproximação com o eleitorado religioso, adotando discursos mais cautelosos e buscando reconstruir sua imagem pública perante católicos e evangélicos.

Como parte dessa estratégia de reaproximação com o eleitorado mais conservador, Dilma lançou, em agosto, a “Carta aberta ao Povo de Deus”, por meio da qual buscou

dialogar com o eleitorado cristão em um discurso conciliador e moralmente moderado. No documento, atribuiu ao Congresso Nacional a responsabilidade de deliberar sobre temas sensíveis, como aborto, formação familiar e uniões estáveis, evitando assumir compromisso direto com mudanças legislativas. A carta constituiu, assim, mais uma peça da estratégia de contenção do desgaste político provocado pela crescente centralidade das pautas morais e religiosas na campanha presidencial.

No mesmo mês, lideranças da Regional Sul 1 da CNBB apoiaram a distribuição de um panfleto que orientava o voto católico a partir da defesa incondicional da vida, apresentando o aborto como eixo central da disputa eleitoral. O documento associava a descriminalização da prática a uma ameaça moral e social, mobilizando argumentos religiosos, constitucionais e jurídicos, como a inviolabilidade do direito à vida e o Pacto de São José da Costa Rica. Desse modo, procurava deslegitimar candidaturas vinculadas a posições favoráveis à revisão da legislação sobre o aborto.

Para Vital e Lopes (2013, p. 83-84), esse panfleto e a carta do bispo de Guarulhos apresentavam características convergentes. Ambos se somavam a um terceiro documento, assinado pela Comissão em Defesa da Vida das Dioceses de Guarulhos e Taubaté e por integrantes da Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1 da CNBB. A análise desses textos evidencia, ainda de acordo com os autores, uma estrutura argumentativa bastante próxima não apenas da mobilizada pelo bispo em sua carta, mas também daquela acionada por lideranças evangélicas em vídeos difundidos nas redes sociais. Em todos esses materiais, recupera-se um histórico de ações do PT e do governo com o objetivo de sustentar a interpretação de que ambos integrariam um movimento mais amplo, do qual também fariam parte instituições feministas e agências internacionais, voltado, segundo seus formuladores, a “introduzir a cultura da morte” no Brasil.

Paralelamente, um vídeo postado no YouTube pelo pastor Paschoal Piragine Júnior ganhou grande repercussão. Nele, o pastor, então presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba, posicionava-se contra o PT no contexto eleitoral. Em sua fala, afirmava que lideranças evangélicas e católicas estariam mobilizadas para impedir a eleição de parlamentares comprometidos com pautas como a legalização do aborto e o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, associando especialmente essas propostas ao PT. Além disso, mencionava a expulsão de deputados federais do partido por terem se manifestado contra o aborto. Embora declarasse não orientar diretamente o voto em candidatos específicos, Piragine afirmava que seu objetivo era indicar aos fiéis em quais candidatos não votar.

Segundo Vital e Lopes (2013, p. 85-86), o vídeo não se distinguiu propriamente pela originalidade de seu conteúdo, uma vez que posicionamentos semelhantes também foram formulados por outras lideranças evangélicas no mesmo contexto eleitoral, a exemplo de Silas Malafaia. Sua centralidade, contudo, decorreu da expressiva circulação que alcançou e das condições específicas de sua produção, uma vez que foi gravado durante uma pregação religiosa. Esses elementos lhe conferiram maior legitimidade e capacidade de repercussão entre diferentes lideranças evangélicas no país. Ademais, o episódio é apresentado como indicativo do acirramento da disputa, em um cenário marcado pela intensa circulação de vídeos, postagens e manifestações por e-mail e redes sociais, o que revela a mobilização de distintos atores políticos e religiosos junto às suas respectivas bases.

À medida que a discussão sobre a descriminalização do aborto se consolidava como um dos principais pontos do debate eleitoral, as pesquisas de intenção de voto mostravam que a diferença favorável a Dilma, em relação à soma dos votos dos demais candidatos, vinha caindo sistematicamente, eliminando a possibilidade de que a disputa pela presidência fosse decidida no primeiro turno. Analistas indicavam que o voto religioso havia sido decisivo na consolidação desse cenário. Ainda assim, a realização do segundo turno não pode ser explicada exclusivamente por esse fator. Outros elementos também parecem ter contribuído para esse desfecho, como a maior identificação de determinados setores com a candidatura de Marina Silva e o apelo de sua trajetória, as denúncias de corrupção envolvendo uma assessora direta de Dilma e a aceitação de propostas mais populares de Serra, como a criação de um 13º pagamento e o reajuste do Programa Bolsa-Família (Vital; Lopes, 2013, p. 88).

Já no contexto do segundo turno, a campanha de Dilma passou a operar com uma estratégia mais claramente reativa. De acordo com reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* à época, diante da retração do apoio religioso à candidata, o PT passou a considerar a retirada da pauta do aborto de seu programa como estratégia para conter perdas eleitorais. O texto também destacava a mobilização de parlamentares petistas identificados com o campo religioso, com o objetivo de reverter a imagem negativa de Dilma entre eleitores cristãos. Nesse enquadramento, a controvérsia em torno do aborto aparecia como elemento central do desgaste sofrido pela campanha no período posterior ao primeiro turno.

Nos dias imediatamente posteriores ao primeiro turno, a questão da descriminalização do aborto permaneceu no centro dos debates. Vital e Lopes (2013, p. 94-95) destacam que, em 6 de outubro, no ambiente em que se reuniram lideranças ligadas à campanha de José Serra, circularam panfletos assinados pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira que atacavam o PNDH-3 e conclamavam a uma “reação nas urnas”. No mesmo contexto, a Comissão

Brasileira Justiça e Paz, vinculada à CNBB, divulgou nota criticando o uso da religião nas eleições, embora seu secretário-geral tenha afirmado que Dilma Rousseff teria se posicionado de forma mais clara que Serra na controvérsia em torno do aborto. No dia seguinte, Dilma buscou ampliar sua aproximação com o eleitorado religioso ao receber apoio de congregações católicas em Belo Horizonte e ao reiterar, em encontro com o pastor Waguinho, seu compromisso de não promover alterações na legislação sobre o aborto. Na mesma data, dom Odilo Pedro Scherer reforçou a legitimidade da presença do tema nos debates políticos, ao defender que a questão do aborto dizia respeito ao valor conferido à vida humana.

A busca pela conquista do voto religioso e conservador manteve-se presente nos programas eleitorais de rádio e televisão de ambos os candidatos. Serra apresentava-se como o candidato que defendia os valores da família brasileira, os valores cristãos e o respeito à vida. Dilma, por sua vez, agradecia a Deus pelos votos recebidos e pela oportunidade de continuar na disputa.

Ao mesmo tempo, alguns padres e pastores se posicionavam, durante celebrações religiosas, contrariamente a Dilma e favoravelmente a Serra. Nesse cenário, Dilma esteve presente em uma missa na Basílica de Nossa Senhora Aparecida e, no mesmo dia, reuniu-se com lideranças católicas e evangélicas para tratar da estratégia eleitoral.

Em continuidade a esse movimento, no dia 13 de outubro foi divulgado o “Manifesto de cristãos e cristãs evangélicos/as e católicos/as em favor da vida e da vida em abundância”, documento subscrito por lideranças católicas e evangélicas em apoio à candidatura de Dilma Rousseff. O manifesto apresentava a petista como a opção mais próxima de um projeto de país socialmente mais justo e igualitário, ao mesmo tempo em que criticava o uso da religião como instrumento de condenação eleitoral. Nesse sentido, o texto buscava enquadrar o apoio a Dilma não apenas em bases confessionais, mas também a partir de uma leitura social e política da realidade brasileira.

Na sequência, a candidata petista publicou a “Mensagem de Dilma”, na qual buscava responder a críticas e boatos da campanha eleitoral. Afirmava defender a convivência entre religiões e a liberdade religiosa, dizia ser pessoalmente contrária ao aborto e declarava que, se eleita, não tomaria a iniciativa de alterar a legislação sobre o tema. Também sustentava que não pretendia promover medidas contrárias à família, relativizava o PNDH-3 como uma carta de intenções em revisão e prometia respeitar a liberdade de crença e os direitos constitucionais. Ao final, apresentava sua candidatura como comprometida com a vida, a paz, a justiça social, o respeito, a prosperidade e a convivência entre as pessoas. Para Vital e Lopes

(2013, p. 100), esse documento “representa um movimento claro de adesão de Dilma a valores conservadores”.

Dias depois, durante um comício político da candidata do PT, no qual diferentes lideranças religiosas estavam presentes, pessoas entoaram um cântico religioso e houve uma reza coletiva do Pai-Nosso. O episódio classificado por alguns jornalistas como um culto ecumênico.

No interior dessa disputa, dois importantes líderes evangélicos situaram-se em posições antagônicas. Enquanto Edir Macedo apoiava a candidatura de Dilma Rousseff, passou a questionar publicamente as razões do apoio de Silas Malafaia a José Serra, sobretudo após vir a público a informação de que Mônica Serra, esposa do candidato, teria afirmado ter realizado um aborto em momento anterior. Malafaia, em resposta, afirmou que o que movia o líder da IURD era ganância por poder político, econômico e religioso. Entre os católicos, a disputa também se fazia presente, com setores ligados à Renovação Carismática dividindo o apoio entre os dois candidatos.

Vital e Lopes (2013, p. 104) destacam que os casos mencionados, somados às próprias articulações que cada candidatura foi capaz de reunir em seu entorno, evidenciam que os confrontos em jogo remetiam não apenas às questões diretamente ligadas ao cenário eleitoral, mas também a disputas mais amplas. Malafaia, Macedo, Manoel Ferreira, José Wellington, Valdemiro Santiago, entre outras lideranças evangélicas, embora frequentemente mobilizassem discursos semelhantes e, em certas circunstâncias, atuassem de forma convergente, disputavam espaço em termos de visibilidade pública e influência sobre os fiéis. De modo análogo, bispos da Igreja Católica, vinculados a distintas correntes internas do catolicismo e articulados a diferentes interlocuções para além da própria instituição, também operavam a partir de uma percepção bastante nítida de seus aliados e adversários, tanto no interior quanto fora da Igreja. Nesse contexto, vale notar que, segundo fontes do jornalista, tais disputas tenderiam a repercutir inclusive nas eleições da CNBB realizadas no ano seguinte.

À medida que a campanha avançava, contudo, a temática do aborto passou a perder centralidade relativa, cedendo espaço a outras pautas em discussão durante o segundo turno.

Ainda assim, dois dias antes da eleição, o papa Bento XVI defendeu que, no contexto eleitoral, os bispos assumissem posicionamentos voltados a assegurar que os preceitos da Igreja Católica fossem reconhecidos e respeitados pelas ações do Estado. Já no dia 30, data da ida às urnas, a *Folha Universal*, jornal da IURD, trazia artigo assinado pelo bispo Marcelo Crivella, apontando sete razões para que o voto fosse dado à candidata Dilma Rousseff. Sem

abordar temas relacionados aos costumes, o texto focava particularmente nas ações sociais e políticas do governo Lula que, segundo o autor, teriam continuidade com Dilma eleita.

A eleição de 2010, vencida por Dilma Rousseff, constituiu um marco ao trazer para o centro do debate público as pautas de costumes e a disputa pelo voto religioso. Lideranças evangélicas e católicas tomaram, com frequência, partido na disputa eleitoral. Diferentemente do que havia ocorrido nos pleitos anteriores, especialmente até 2006, quando se observava a demonização da figura de Lula, Dilma foi pressionada a assumir publicamente posições conservadoras, como a oposição à descriminalização do aborto, ainda que, em ocasiões anteriores, tivesse se manifestado favoravelmente a essa proposta.

Naquele momento, Jair Bolsonaro ainda não era um político centralmente identificado com a defesa da família tradicional brasileira e dos valores cristãos. A hostilidade que dirigia à candidata petista estava ligada, sobretudo, à possibilidade de instalação da Comissão da Verdade em um eventual terceiro governo do Partido dos Trabalhadores. A inflexão, contudo, consolidou-se com a vitória de Dilma Rousseff, quando o discurso moral e dos costumes passou a ser mobilizado com maior frequência pelo ex-capitão em ataques dirigidos ao governo e a seus integrantes. Foi nesse contexto que Bolsonaro encontrou uma pauta da qual faria uso contínuo até sua eleição para a Presidência da República, em 2018: uma agenda mobilizada para atacar a esquerda e que articulou seus interesses políticos aos da ala conservadora do Congresso Nacional, particularmente aos da Frente Parlamentar Evangélica e de algumas lideranças religiosas.

3.3 Jair Bolsonaro e a aproximação com o conservadorismo religioso

Durante a disputa presidencial de 2010, Jair Bolsonaro declarou apoio à candidatura de José Serra (PSDB), posicionando-se de forma fortemente hostil a Dilma Rousseff (PT). Convém recordar que, na eleição presidencial de 2002, o então ex-capitão havia apoiado Lula na disputa contra esse mesmo candidato tucano. Naquele contexto, além de tecer elogios ao petista, chegou a sugerir que os militares não votariam em José Serra, sob o argumento de que o país não suportava mais a corrupção.

Entre os fatores que ajudam a compreender esse reposicionamento político, destacam-se a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade e a própria figura de Dilma Rousseff, em relação à qual o deputado demonstrava intensa animosidade. Diferentemente do que se verificaria nos anos seguintes, porém, a pauta dos costumes ainda não era mobilizada por Bolsonaro como eixo central de ataque à candidata. Seus argumentos contrários à eleição

de Dilma concentravam-se, sobretudo, na associação de sua imagem a acusações ligadas à luta armada e à alegada hostilidade em relação aos militares e às Forças Armadas.

Como visto anteriormente, Dilma venceu Serra na disputa presidencial, e Bolsonaro foi eleito para seu sexto mandato como deputado federal. Ainda em 2010, no entanto, mais precisamente a partir de novembro, o ex-capitão passou a incorporar a pauta dos costumes em seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados para atacar Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores e a esquerda de modo mais amplo. Seu principal argumento era a suposta tentativa de distribuição, em escolas públicas, do material que passou a chamar pejorativamente de “kit gay”.

Esse conjunto de materiais, cuja produção teve início em 2008, integrava o projeto *Escola sem Homofobia*, vinculado ao programa *Brasil sem Homofobia*, cujo propósito consistia em orientar educadores e promover o enfrentamento da homofobia no ambiente escolar. Sua composição incluía um caderno de orientação destinado aos docentes, boletins voltados ao público estudantil, um cartaz de divulgação, cartas de apresentação direcionadas a gestores e professores, além de três vídeos educativos acompanhados de guias de discussão.

Seu objetivo era desconstruir estereótipos sobre pessoas LGBT e promover a convivência respeitosa no ambiente escolar, tendo como público-alvo a comunidade escolar em geral, com atenção especial a estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio.

Em novembro de 2010, o projeto *Escola sem Homofobia* foi objeto de duas audiências públicas no Congresso Nacional. Em uma delas, realizada em 23 de novembro, na Câmara dos Deputados, discutiu-se o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual e no enfrentamento do preconceito contra pessoas LGBT no ambiente escolar. O seminário, promovido pelas Comissões de Legislação Participativa, de Educação e Cultura, e de Direitos Humanos e Minorias, contou com a apresentação de pesquisas que apontavam a presença de práticas discriminatórias no cotidiano escolar, bem como a dificuldade de muitos docentes em lidar com a homossexualidade. Nesse contexto, representantes das organizações responsáveis pela formulação e execução do projeto, em conjunto com lideranças do movimento LGBT, buscaram exibir os vídeos que compunham o material educativo, embora este ainda não tivesse sido oficialmente aprovado pelo Ministério da Educação. .

Segundo André Lázaro em entrevista concedida a Vital e Lopes (2013, p. 113), a exibição ocorreu sob a compreensão de que a audiência constituía um espaço de reflexão e avaliação, e não propriamente uma instância formal de apresentação pública. Essa percepção teria contribuído para que ele subestimasse o alcance político da sessão, especialmente porque o ambiente se mostrava amplamente favorável ao projeto, marcado por manifestações

predominantemente elogiosas nas duas audiências realizadas. Nesse contexto, o então responsável pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) reconheceu ter adotado um tom excessivamente informal ao comentar o processo de elaboração dos vídeos, inclusive ao se referir aos debates internos sobre os limites de determinadas cenas. Entre essas discussões, destacou-se a decisão de não incluir, em uma das produções, uma cena de beijo entre duas jovens, optando-se por encerrar a sequência apenas com um abraço. Ao tratar especificamente desse episódio, o secretário afirmou ter feito uma piada ao dizer que haviam “discutido meses quanto da língua entrava no beijo da boca”, mas que, ao final, decidiu-se pela não inclusão do beijo.

Bolsonaro, também em entrevista concedida a Vital e Lopes (2013, p. 113-114), afirmou que tomou conhecimento da existência do projeto por acaso. Segundo seu relato, ao passar pelo corredor onde se realizava a audiência pública, reagiu com estranhamento diante da presença e da aparência dos participantes vinculados ao movimento LGBT. Essa percepção o teria levado a buscar informações sobre o que ocorria no local, requisitando posteriormente a gravação da TV Câmara e assistindo integralmente à sessão. Ao ver a filmagem, o deputado considerou absurda a fala do responsável pela SECAD:

Isso é pros nossos filhos! Isso é pros nossos filhos! Pelo amor de Deus! Nossos filhos, nossos netos, netas. “Até onde entrava a língua; ficamos três meses...”. Eu pergunto: usou fita métrica ou paquímetro? Aí os caras falam que eu sou grosso? Ok? Eu não quero saber a opção sexual do meu filho – pelo o que eu sei, ele é hétero, mas eu não quero saber a de você, a dele, da sua escola, da faculdade; não me interessa pra mim isso aí. Agora, botar essa tralha dentro da escola, e eu é que estou errado? Eu entrei rasgando em cima; é lógico que eu vou entrar (Vital e Lopes, 2013, p. 114).

Questionado se teve aliados quando denunciou o projeto em discurso do plenário, o deputado negou veementemente: “Não, não, não, não. Conversaram, no plenário, favorável, mas ninguém entrava no debate” (Vital e Lopes, 2013, p. 114). Para os autores, Bolsonaro buscava, durante a entrevista, elaborar uma autoimagem marcada pela condição de perseguição e isolamento político. Em sua construção narrativa, o movimento LGBT, as feministas, o PT, os guerrilheiros e, de modo mais abrangente, os militantes que se opuseram à ditadura militar e posteriormente defenderam iniciativas como a Comissão da Verdade aparecem como agentes de hostilidade dirigidos à sua figura. Nesse enquadramento, o deputado se apresentava simultaneamente como alvo de injustiças e como sujeito investido da missão de “revelar a verdade” e “denunciar os interesses” de seus adversários, reforçando

uma retórica de enfrentamento que o colocava em oposição a diferentes atores políticos e sociais (Vital e Lopes, 2013, p. 116).

No dia 8 de dezembro, em novo discurso no plenário da Câmara, Bolsonaro apelou pelo apoio da bancada religiosa e afirmou que “a onda de querer combater a homofobia está estimulando o homossexualismo, a pederastia, a baixaria. Eu não quero isso para a minha neta, para o meu neto” (Bolsonaro, 2010, p. 49703). Apesar do apelo, naquele momento, nenhum parlamentar ligado à bancada se manifestou publicamente em seu apoio.

Por sua vez, a atual senadora Damares Alves, que à época atuava como assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), afirmou, em relato a Vital e Lopes (2013, p. 117-118), que a mobilização contra o chamado “kit gay” não se iniciou com Jair Bolsonaro, mas já vinha sendo articulada anteriormente por setores evangélicos e católicos vinculados a grupos pró-vida. Segundo ela, tais grupos já contestavam determinadas políticas educacionais e materiais destinados ao ambiente escolar, inclusive por meio de ações junto ao Ministério Público Federal. Nessa perspectiva, o protagonismo posteriormente assumido por Bolsonaro decorreria menos da formulação original da pauta do que de sua capacidade de lhe conferir maior visibilidade pública. Em sua entrevista, Damares procura apresentar a bancada evangélica como um ator politicamente ativo e propositivo, ao mesmo tempo em que critica a cobertura midiática, descrita como preconceituosa em relação aos evangélicos e responsável por reforçar estereótipos negativos sobre esse segmento parlamentar.

A partir das duas entrevistas, Vital e Lopes (2013, p. 118), destacam que que, embora haja versões distintas sobre a forma como Jair Bolsonaro tomou conhecimento do caso, tanto sua narrativa quanto a de Damares Alves apontam para a curta distância entre a descoberta do episódio e sua comunicação pública. Mais do que esclarecer a origem exata da polêmica, os autores destacam a existência de articulação entre Bolsonaro, a Frente Parlamentar Evangélica e grupos pró-vida católicos e evangélicos, articulação essa perceptível tanto no apelo à chamada “bancada religiosa” no plenário quanto nos desdobramentos posteriores do episódio. Ainda de acordo com os autores, tal constatação é relevante porque tensiona a imagem pública construída por esses atores, que, em entrevistas e manifestações públicas, frequentemente se apresentavam como politicamente isolados e desvinculados de outras formas de organização coletiva no parlamento. Soma-se a isso a percepção, também presente em seus discursos, de que a mídia atuaria como adversária, ao desqualificar suas ações e não reconhecer o trabalho que afirmavam desenvolver.

Para Vital e Lopes (2013, p. 119), embora a atuação de Bolsonaro possa projetar a imagem de um parlamentar isolado, ela expressa um posicionamento mais amplo e presente

no interior do Congresso Nacional. Nesse sentido, o deputado aparece como porta-voz de valores e expectativas que extrapolam sua figura individual. Segundo essa interpretação, tais posicionamentos não se estruturam, necessariamente, a partir de um postulado religioso confessional ou de uma referência doutrinária cristã em sentido estrito, mas se organizam em torno de um primado conservador. Esse conservadorismo manifesta-se, entre outros aspectos, na oposição a transformações nas configurações tradicionais das relações de gênero e da família, bem como na defesa da heteronormatividade como princípio estruturador da vida social.

Em março de 2011, o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE, fez um pronunciamento seguindo a linha defendida por Bolsonaro em relação ao programa *Escola sem Homofobia*. No trecho de seu discurso, reproduzido por Vital e Lopes (2013, p. 121-122), o parlamentar crítica à atuação do Estado no campo da sexualidade, sustentando que não caberia ao poder público financiar materiais ou ações que, segundo essa perspectiva, promoveriam determinada orientação sexual. Para sustentar esse argumento, o deputado estabelece uma analogia com a esfera religiosa, afirmando que, assim como o governo não deveria incentivar a adesão a religiões específicas, também não lhe competiria intervir nesse campo. Nesse contexto, o material pedagógico voltado ao combate à homofobia é reinterpretado pelo parlamentar como instrumento de indução de condutas, e não como ação educativa de prevenção à discriminação.

Além disso, o discurso atribui aos governos Lula e Dilma uma postura contraditória em relação aos compromissos assumidos com grupos religiosos e mobiliza uma retórica de defesa da família e dos valores cristãos. Pode-se identificar, aí, uma concepção moral conservadora, que associa divórcio, liberdade sexual, contracepção, aborto, pornografia e fecundação artificial à degradação da ordem social, ao passo que reafirma o casamento monogâmico entre homem e mulher como único arranjo legítimo e compatível com a vontade divina.

Em maio de 2011, Bolsonaro reforçou o uso da estratégia dos discurso de pânico moral e passou a atacar ao *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O deputado mandou distribuir panfletos em que chamava o plano de ‘Plano da Vergonha’. No mesmo mês, o parlamentar, acompanhado de integrantes da FPE, foi ao Senado protestar contra a proposta de criminalização da homofobia.

Entre os parlamentares ligados à Frente Parlamentar Evangélica estava o senador Magno Malta, que durante o governo Lula foi da base governista e chegou a apoiar a candidatura de Dilma. Emulando a retórica de Bolsonaro, Malta afirmou durante o protesto que empresários que não empregassem homossexuais seriam presos; se demitissem, seriam presos; se não aceitassem os gestos afetivos entre casais homossexuais, seriam presos. Afirmou mesmo que a proposta visava criar um ‘império homossexual’ no país.

Sob essa perspectiva, é possível sustentar que diversas políticas públicas implementadas ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontraram resistência em setores vinculados ao conservadorismo religioso. A cosmovisão que estrutura esse segmento tende a se opor a transformações sociais percebidas como ameaças à ordem moral tradicional, especialmente no que se refere ao reconhecimento de arranjos familiares dissidentes do padrão heteronormativo. Se considerado, ainda, o relativo distanciamento da mídia tradicional em relação às pautas defendidas por agentes ligados a instituições evangélicas, é compreensível a busca por uma figura pública não diretamente identificada com esse universo, mas capaz de expressar politicamente suas demandas. Nesse contexto, Jair Bolsonaro se apresenta como um agente particularmente apto a vocalizar a insatisfação desses setores diante das pautas associadas ao governo progressista então em exercício.

O ex-capitão também passa a se apresentar como uma figura capaz de representar expectativas do catolicismo conservador. Algumas pautas eram compartilhadas por evangélicos e católicos conservadores, entre elas a preservação do que esses grupos entendiam como valores da família tradicional. Bolsonaro também se tornava a voz que se insurgiria contra a suposta ameaça comunista, tema que passa a ocupar seus discursos a partir de 2010 e que se converte em mais uma peça de sua retórica de pânico moral.

A linguagem mobilizada pelo deputado em seus pronunciamentos aproxima-se daquela que uma parcela significativa da sociedade brasileira hesitava em expressar publicamente, restringindo-a, até então, ao espaço privado do lar ou a círculos de sociabilidade mais restritos. A pauta anti-homossexualidade acionada por Bolsonaro para atacar o governo federal, a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e a esquerda de modo mais amplo alcançava ressonância em setores marcados por forte preconceito, que possivelmente se percebiam acuados diante de políticas públicas relacionadas a gênero, raça e classe social, voltadas a grupos historicamente invisibilizados e negligenciados pelo poder público. Nesse contexto, também se insere o incômodo de segmentos da classe média

brasileira diante da maior circulação e ocupação de espaços antes socialmente mais restritos, como os aeroportos, por parcelas da população anteriormente marginalizadas.

Em 2013, a relação entre Bolsonaro e integrantes da FPE se fortaleceu com a eleição do deputado Marco Feliciano (PSC-SP), pastor evangélico, à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Naquele ano, Jair também passou a integrar a Comissão e acusou o presidente anterior de trabalhar contra os valores caros à família tradicional.

Também em 2013, foi realizada a cerimônia religiosa do casamento entre Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro, celebrada pelo pastor Silas Malafaia. O parlamentar, que então já se projetava como defensor dos valores da família tradicional brasileira, havia oficializado a união civil com Michelle em novembro de 2007. Tratava-se do terceiro casamento do ex-capitão, que havia se separado de sua segunda esposa, Ana Cristina Siqueira Valle. O casal constituiu uma família com Laura Bolsonaro e Letícia, filha de Michelle de um relacionamento anterior. Segundo relatos divulgados pela imprensa, os dois se conheceram entre 2006 e 2007, quando Michelle atuava como secretária na Câmara dos Deputados, em um gabinete vizinho ao de Bolsonaro. A realização da cerimônia religiosa, somada à interlocução do parlamentar com lideranças evangélicas, pode ser considerada elemento relevante no fortalecimento de seus vínculos com esse segmento religioso.

A aproximação com lideranças políticas da FPE e com lideranças religiosas de diferentes denominações evangélicas mostrou-se politicamente benéfica para Jair Bolsonaro já em 2014. Na eleição daquele ano, o parlamentar recebeu mais de 400 mil votos, parcela significativa deles oriunda do eleitorado evangélico.

Em 2016 filiou-se ao PSC de Marcos Feliciano, com a expectativa de ser o candidato à Presidente da República pela sigla ligada à Frente Parlamentar Evangélica: “Fui para o PSC porque o partido fechou questão no tocante a 2018, quando lançará um candidato à Presidência da República (Bolsonaro, 2016, p. 124). No mesmo ano, em maio de 2016, Jair Bolsonaro foi batizado nas águas do rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, então presidente nacional do PSC. O episódio ocorreu durante uma viagem internacional do então deputado federal e podemos interpretá-lo como um gesto de consolidação da aproximação com o eleitorado evangélico, ainda que Bolsonaro se declarasse publicamente católico.

Desse modo, a controvérsia em torno do projeto *Escola sem Homofobia* não pode ser vista como um episódio isolado na trajetória de Jair Bolsonaro. Mais do que um acontecimento pontual, ela marcou um momento importante de mudança em sua estratégia política e discursiva. Foi a partir dessa pauta que o então deputado passou a articular de forma

mais clara a defesa da família, o enfrentamento às pautas de gênero e sexualidade e a denúncia de uma suposta ameaça moral atribuída à esquerda e aos governos petistas. Ao mobilizar esse repertório em uma linguagem direta e combativa, Bolsonaro ampliou sua capacidade de diálogo com setores religiosos e conservadores que já demonstravam resistência às transformações sociais em curso no país.

Nesse contexto, sua aproximação com a Frente Parlamentar Evangélica, com lideranças religiosas de diferentes denominações e com segmentos do catolicismo conservador mostrou-se politicamente importante. Mais do que um apoio circunstancial, essa convergência contribuiu para fortalecer sua imagem como representante de demandas morais e simbólicas que iam além do campo estritamente religioso. Assim, entre 2010 e 2018, observamos não apenas a incorporação da pauta dos costumes ao centro de sua atuação pública, mas também a construção das bases políticas e sociais que sustentariam sua projeção nacional nos anos seguintes.

Podemos afirmar que a aproximação entre Bolsonaro, integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, lideranças evangélicas, conservadores católicos e outros atores comprometidos com a preservação dos valores associados à chamada família tradicional produziu benefícios mútuos. De um lado, houve a ascensão política do ex-capitão, que, a partir de 2010, ao mobilizar um discurso centrado na defesa dos costumes e marcado pela lógica do pânico moral, conseguiu ir além do público militar que até então constituía sua principal base. De outro, grupos religiosos conservadores passaram a ver suas pautas ganhar mais visibilidade, circular com maior força no debate público e ser incorporadas por parcelas significativas da sociedade.

Para políticos conservadores, esse processo ofereceu um exemplo de discurso com forte potencial eleitoral. Para os partidos, indicou um caminho possível de crescimento político. Para a Nova Direita, mostrou que um repertório antes restrito ao espaço privado poderia ser assumido publicamente. Mais do que isso, evidenciou que a conquista de apoio eleitoral também poderia se apoiar em um discurso contrário às minorias e às políticas públicas implantadas ou defendidas pela esquerda.

A Nova Direita, em aliança com o conservadorismo religioso, passou a se constituir como um polo de oposição às políticas progressistas, ao sistema de cotas, ao Partido dos Trabalhadores e às transformações nos costumes, encontrando no público evangélico um aliado de grande relevância. Para esses segmentos, diversas políticas governamentais passaram a ser percebidas como ameaças à família tradicional brasileira e como expressão de um projeto mais amplo de desestruturação da ordem moral, frequentemente identificado, em

seus discursos, com a chamada “ideologia de gênero” e com a suposta instauração de uma ditadura comunista.

Nesse quadro, configurou-se um desafio significativo para os setores progressistas. Sob os signos do conservadorismo, da defesa da moral, dos bons costumes e do combate à corrupção, a Nova Direita e parcelas do campo evangélico e católico conservador difundiram um repertório discursivo fortemente assentado no pânico moral. Por meio de uma linguagem acessível e de ampla circulação, passaram a apresentar a esquerda, em termos gerais, e o Partido dos Trabalhadores, em particular, como responsáveis centrais pela degradação social, política e moral do país.

Nesse processo, religião e política passaram a se articular de modo cada vez mais estreito, a ponto de o ativismo político ser, em certos contextos, concebido como extensão da própria prática religiosa. O desafio que se impõe, portanto, consiste na formulação de estratégias discursivas e políticas capazes de enfrentar a força de um público que resiste à perda de privilégios e que, não raro, recorre à linguagem religiosa para legitimar a preservação do *status quo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender de que maneira a religião foi mobilizada nos discursos políticos de Jair Bolsonaro. Também procurou analisar como esse uso se articulou à formação de sua base de apoio entre eleitores evangélicos e católicos conservadores no Brasil contemporâneo. Para isso, dedicou-se à leitura e ao estudo dos 1537 discursos proferidos pelo então deputado federal entre 1991 e 2018, publicados em um dos três diários oficiais da Casa: o *Diário do Congresso Nacional*, o *Diário dos Trabalhos Revisionais* e o *Diário da Câmara dos Deputados*.

O exame desses discursos permitiu demonstrar que esse uso da religião desempenhou papel decisivo no fortalecimento da nova direita. A análise do contexto político em que tais pronunciamentos foram proferidos evidenciou, além disso, sua relação com a guerra cultural. Revelou ainda, sua vinculação à consolidação de um repertório conservador no espaço público brasileiro.

A análise desenvolvida ao longo do trabalho permitiu observar que a religião não ocupou lugar periférico nem meramente instrumental na construção discursiva de Bolsonaro. Contudo, essa característica não pode ser vista como uma constante em todos os seus pronunciamentos. Embora tenha sido eleito para seu primeiro mandato em 1991, esse

elemento somente se tornou central em sua linguagem política a partir 2010. Desde então, a religião passou a ser mobilizada especialmente quando articulada à defesa da família, à pauta dos costumes, à retórica anticomunista e à produção de pânico morais.

Observamos que Bolsonaro, já em seu primeiro mandato, se notabilizou por um repertório discursivo violento e reacionário. Recorreu inúmeras vezes à imunidade parlamentar para atacar aqueles que considerava inimigos políticos ou que julgava agir contra seus interesses. A retórica do ódio esteve, desde cedo, entre os traços mais marcantes de seus pronunciamentos e foi mobilizada como estratégia na tentativa de conquista de visibilidade.

A projeção política que tanto almejava, contudo, só se consolidou a partir do final de 2010. Foi nesse momento que sua pauta prioritária deixou de se concentrar em assuntos relacionados aos militares e passou a incorporar, de forma mais sistemática, a defesa dos costumes. O ex-capitão passou, então, a orientar seu discurso para a defesa dos valores associados à “família tradicional brasileira”.

Nesse sentido, o exame dos pronunciamentos permite situá-los no que Libânio (2012) classifica como “discurso do ator”, uma vez que Bolsonaro modulava sua fala conforme o papel que assumia em cada situação. Ao mesmo tempo, a análise evidenciou que sua retórica articulava, de forma estreita, ideologia e pânico moral. À luz do conceito formulado por Mannheim (1972), podemos afirmar que se tratava de um discurso que não se limitava à descrição do real. Ao contrário, operava como formulação ideológica orientada à preservação do *status quo* e à legitimação de determinados interesses políticos e morais.

Essa operação se realizava por meio da produção de pânico morais, isto é, da dramatização de supostas ameaças à ordem social. Sob essa lógica, minorias, adversários políticos, pautas de gênero e sexualidade, bem como determinadas políticas públicas, eram construídos como inimigos morais. A proposta, então em discussão no âmbito do governo federal, de implementação de programa destinado ao combate à homofobia nas escolas foi ressignificada por Bolsonaro como uma suposta iniciativa de distribuir um “kit gay”. Segundo essa interpretação, tal material teria por finalidade incentivar a homossexualidade entre as crianças. Nessa condição, a comunidade LGBTQIA+ convertia-se em alvo privilegiado de condenação e em elemento central de uma estratégia de mobilização conservadora

Esse deslocamento discursivo contribuiu de forma significativa para a ampliação do alcance político de Bolsonaro. A partir da adoção dessa retórica, o parlamentar conquistou a projeção que, até então, lhe era negada pela grande mídia. Além disso, tal mudança favoreceu decisivamente sua aproximação com setores religiosos conservadores, tanto católicos quanto evangélicos. Um dos resultados dessa aproximação, foram os mais de 400 mil votos recebidos

por Bolsonaro na eleição de 2014. Parte expressiva desse apoio proveio do eleitorado evangélico, como o próprio parlamentar reconheceu à época em discurso na Câmara dos Deputados.

Contudo, a ampliação desse alcance político não pode ser explicada apenas por esse deslocamento discursivo. A investigação do contexto político a partir de 2013 demonstrou que a ascensão de Bolsonaro deve ser compreendida à luz de crises políticas, institucionais e simbólicas que reconfiguraram o espaço público brasileiro. As Jornadas de Junho constituíram, nesse sentido, um marco importante, na medida em que condensaram insatisfações difusas e inauguraram um novo ciclo de contestação política. Seus desdobramentos evidenciaram o desgaste das mediações institucionais tradicionais. Também favoreceram a consolidação do antipetismo como linguagem agregadora de descontentamentos diversos. Por fim, ampliaram a crise política que tomava o país.

Como observa Nobre (2022), junho de 2013 marcou o momento em que a política perdeu o controle da própria política. Aproveitando-se desse cenário de desorganização e crise, a nova direita procurou se estruturar de maneira a disputar e, progressivamente, dominar o debate público. Nesse processo, a guerra cultural foi articulada por intelectuais e influenciadores alinhados à ideologia política conservadora. Podemos inferir que a adoção do discurso moralizador a partir de 2010, acompanhada de ataques à esquerda e de uma suposta ameaça da volta do comunismo, tem inspiração nas ideias difundidas por esse grupo de intelectuais. Dessa forma, a narrativa do pânico moral, associada à retórica do ódio, passam a ser armas adotadas pelo ex-capitão dentro da guerra cultural implantada a partir do pensamento difundido por esses novos atores do jogo político.

Nossa pesquisa mostrou que, no que se refere à relação entre religião e disputa eleitoral, o voto religioso adquiriu crescente relevância desde a redemocratização. Se, por um lado, houve rearranjos discursivos por parte de lideranças religiosas entre 1989 e 2006, por outro, a eleição de 2010 apresentou um cenário de divisão do apoio político entre os três principais candidatos. A pauta de costumes, particularmente na discussão sobre a descriminalização do aborto, constituiu elemento decisivo na definição desse apoio.

Foi nesse ambiente que Bolsonaro encontrou condições favoráveis para incorporar o papel de defensor da moral, dos bons costumes e da família tradicional brasileira. A pesquisa nos leva a considerar que esse papel tenha sido assumido a partir de uma provável estratégia construída em articulação com movimentos religiosos conservadores, assessores políticos e parlamentares da FPE. Ainda que não seja possível afirmar com segurança se a mudança de prioridade de pauta resultou desse suposto acordo, seus efeitos mostraram-se amplamente

positivos para os defensores do conservadorismo, uma vez que suas pautas passaram a ocupar lugar constante no debate político.

Entendemos que a principal contribuição desta dissertação reside em demonstrar que a compreensão da trajetória de Jair Bolsonaro exige atenção simultânea a três dimensões. Trata-se de seus discursos parlamentares, das transformações do campo político brasileiro e das formas contemporâneas de atuação do conservadorismo religioso. A pesquisa mostrou que os posicionamentos discursivos assumidos pelo parlamentar ao longo de seus sete mandatos não podem ser compreendidos como resultado do acaso. Isso se evidencia particularmente na mudança de prioridade de pauta observada a partir de 2010.

Essa mudança discursiva, porém, não se explica de forma isolada. Ela deve ser compreendida no interior de um processo mais amplo de fortalecimento da nova direita. Trata-se de um movimento que se valeu da retórica de hostilidade à esquerda e às políticas públicas voltadas às minorias. Ao mesmo tempo, explorou o desencanto de parcelas da sociedade com a política tradicional. Nesse quadro, o pânico moral e a guerra cultural tornaram-se elementos centrais para a expansão e legitimação desse projeto político. Bolsonaro soube utilizá-los com habilidade para se consolidar como ator relevante na política nacional, particularmente junto ao eleitorado evangélico conservador.

Evidentemente, esta pesquisa encontra limites a partir do próprio recorte adotado. Tendo os pronunciamentos parlamentares de Jair Bolsonaro como principal objeto de estudo, esta pesquisa não pôde investigar, por exemplo, a recepção desses discursos entre diferentes segmentos do eleitorado evangélico e católico. Também não pôde explorar, em maior detalhe, a diversidade interna desses campos religiosos. Ainda assim, os resultados obtidos apontam caminhos promissores para investigações futuras. Entre eles, destacam-se os estudos voltados à circulação digital desses repertórios, às disputas internas entre lideranças religiosas e às reconfigurações do campo político-religioso brasileiro. Também se mostra relevante aprofundar a análise da associação entre conservadorismo religioso e a nova direita, que culminou na ascensão do espectro político-ideológico que passou a ser conhecido como bolsonarismo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade vos libertará**: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **“Pelo Senhor, marchamos”**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2016.

ALMEIDA, Arthur. Massacre do Carandiru: o que foi a chacina em 1992 no presídio de São Paulo. **Galileu**, 28 julho 2023, História. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/massacre-do-carandiru-o-que-foi-a-chacina-em-1992-no-presidio-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2025.

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 35-51.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.

ASTONI, Marco Antônio. Mobilização e morte de cabo: como foi a greve da PM de Minas de 1997? **O Tempo**, 7 nov. 2023, Política. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/mobilizacao-e-morte-de-cabo-como-foi-a-greve-da-pm-de-minas-de-1997-1.3270114>. Acesso em: 01 maio 2025.

BARAN, Katna. Na Câmara desde 1991, Bolsonaro foi alvo de mais de 30 pedidos de cassação. **Gazeta do Povo**, 26 abr. 2016, Vida Pública. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/na-camara-desde-1991-bolsonaro-foi-alvo-de-mais-de-30-pedidos-de-cassacao-6ah7egkvrk4ntqv2ccpmlswjv/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BODART, Cristiano. O conceito de ideologia em Mannheim. In: BODART, Cristiano **Café com Sociologia**. 10 jun. 2015. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/ideologia-para-karl-mannheim/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BONIN, Robson. Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’. **Veja**, 10 jul. 2022, Radar. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada/>. Acesso em 11 maio 2025.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Plano Real**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Jair Bolsonaro**: Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Rádio Câmara. **A Voz do Brasil: O mais tradicional noticiário de rádio do país.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270473-a-voz-do-brasil-o-mais-tradicional-noticiario-de-radio-do-pais-03-53/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Rádio Câmara. **Especial Luta pela Terra: O Massacre de Eldorado do Carajás.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270046-especial-luta-pela-terra--o-massacre-de-eldorado-do-carajas--05-47-->. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. **José Serra: Biografia.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/senadores/jose-serra/biografia>. Acesso em: 10 maio 2025.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel.** São Paulo: Todavia, 2019. Recurso digital.

CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Organização por Felipe Moura Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2013. Recurso digital.

CARVALHO, Olavo. Sucessão de fraudes. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/sucessao-de-fraudes/>. Acesso em 22 nov. 2025.

CARVALHO, Olavo. **História de quinze séculos.** Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/historia-de-quinze-seculos/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

CASSIS, Rodrigo. **Factoides e esparrelas: “Com que moral vão me cassar aqui?”: a trajetória de impunidade de Jair Bolsonaro, 1988-2018.** vol. 3. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Recurso digital.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics.** 3rd ed. London: Routledge, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Institucional.** Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

CRUZ, Marcelo Pereira da. **A igreja universal do Reino de Deus no “jogo do poder”: Aliança com o Partido dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DEFFACCI, Fabricio Antonio. **Ideologia, ciência e realidade social: a fundamentação das ciências sociais na perspectiva de Karl Mannheim.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FAUSTO, Boris. A queda do foguete. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 136-146.

FAUSTO, Ruy. Depois do temporal. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 147-163.

FERNANDES, Leila Milli. **Fascismo à brasileira?: análise dos discursos de Jair Messias Bolsonaro**. São Paulo: Editora Dialética, 2022. E-book.

PT estuda tirar aborto de programa para estancar queda de Dilma entre religiosos. **Folha de S. Paulo**, 5 out. 2010, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0510201009.htm>. Acesso em: 3 abr. 2026.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and politics in Africa, Asia and Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2001.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em tempos de cólera. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 175-194.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. E-book.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v 1: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. 15 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. Recurso digital.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v 2: os intelectuais: o princípio educativo, jornalismo. 9 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. Recurso digital.

G1. Impeachment de Collor: relembre o processo contra o ex-presidente, preso nesta sexta. **G1**, Brasília, 25 abr. 2025, Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/04/25/relembre-como-foi-o-processo-de-impeachment-de-fernando-collor-ex-presidente-foi-presos-nesta-sexta.ghhtml>. Acesso em: 11 maio 2025.

HUNTER, James Davison. **Culture wars: the struggle to define America**. New York: BasicBooks, 1991.

HUNTER, James Davison; ZANON, Cássia. A Guerra cultural contínua. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 22–62, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385>. Acesso em: 27 nov. 2025.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *In*: IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**, São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 109-158.

JUNGBLUT, Cristiane; CAMAROTTI, Gerson; LIMA, Maria. Cruzada pelo voto conservador. **O Globo**, 5 out. 2010, O País, p. 3. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/423156/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 abr. 2026.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei Sander. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 335-376, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/8XHDS446RHbBpKBDkgP3xKx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2026.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LAJE, Agustín. **A guerra cultural**: reflexões críticas para uma nova direita. Campinas, SP: Vide Editorial, 2023.

LAGO, Miguel. Como explicar a resiliência de Bolsonaro? *In*: STARLIN, Heloisa Murgel; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição**: A democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 19-69.

LEAL, Gabriella; MATOS, Larissa. **Discurso religioso como projeto político**: Respeito ou afronta ao Estado laico? Bauru, SP: Canal, 2021. Epub.

LIBANO, Juan Bautista. **Demonios populares y pánicos morales**: una introducción a la obra Stanley Cohen. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JuanBautistaLibano/Teaching-Documents>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment**: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARCON. *In*: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, ano LXVI, n. 207, 25 nov. 2011. p. 63493. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/Imagem/d/pdf/DCD25NOV2011.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

MELO, Carlos. A marcha brasileira para a insensatez. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 211-229.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 maio 2025.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Tradução de João Marcos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NASCIMENTO, Valmir. **Entre a fé e a política**: Participação dos evangélicos no processo político-eleitoral: Reflexões sobre a legitimidade, abuso de poder e ética cristã na esfera pública. Rio de Janeiro: CPAD, 2018. Epub.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Mateus Augusto de; ALMEIDA, Philippe Oliveira de. Entre Ideologia e Utopia: a dialética da imaginação em Mannheim. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 101-125, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e5021>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PIAIA, Victor Rabello; OLIVEIRA, Raul Nunes. Bolsonaro, entretenimento e política. **Compolítica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 87–112, 2023. Disponível em: <https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/611>. Acesso em: 8 maio 2025.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 3, n. 19, p. 26-45, dez. 1987. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/#gsc.tab=0>. Acesso em: 15 out. 2025.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. **Carlos Lamarca**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/carlos-lamarca/#sobre>. Acesso em: 11 maio 2025.

REDAÇÃO. ReVEJA Jair Bolsonaro: explosivo desde 1986. **Veja**, 22 jun. 2018, Reveja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986/>. Acesso em: 20 abril 2025.

REYS, João Paulo. Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além. In: BORBA, Maria; FELIZINI, Natasha; REYS, João Paulo (org.). **Brasil em movimento**: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014. p. 24-42. Recurso digital.

REZENDE, Dannyel Brunno Herculano; LOPES JÚNIOR, Orivaldo Pimentel. Os evangélicos e a disputa por poder político no Brasil. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 4, n. 32, p. c25368, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25368>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia conservadora. In: RODRIGUES, José Honório **História da história do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1978-1988. vol. II, t. 1.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SAIDEL, Matias Leandro. La batalla cultural contra la “ideología de género” en Sudamérica. Una aproximación desde Axel Kaiser y Agustín Laje. *Millcayac*, 2024, vol. XI, núm. 20. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/millca-digital/article/view/7717>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SILVA, Jorge Otavio de Souza; ZEFERINO, Daniele dos Santos. O uso do pânico moral como estratégia política no discurso populista de Jair Bolsonaro. *In: Anais do XII CASI - Congresso de Administração, Sociedade e Inovação*. Anais...Palhoça (SC) FATENP - Unigranrio, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/12casi/202457-O-USO-DO-PANICO-MORAL-COMO-ESTRATEGIA-POLITICA-NO-DISCURSO-POPULISTA-DE-JAIR-BOLSONARO>. Acesso em: 8 jul. 2025.

VILLASENOR, Rafael Lopez. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais 1989, 1994 e 2002. **Ponto-e-Vírgula**, [S. l.], n. 8, p. 155-164, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13949>. Acesso em: 26 jan. 2026.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WINK, Georg. **Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita**. Tradução de Ludimila Hashimoto Barros. Belo Horizonte: Emcomum, 2023.

ANEXO A – ARTIGO – VEJA, 3 DE SET. DE 1986

Ponto de Vista

O salário está baixo

Capitão Jair Messias Boimarama

Há poucos dias a imprensa divulgou o desligamento de dezesseis de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras por homossexualidade, consumo de drogas e uma suposta falta de vocação para a carreira. Em nome da verdade, é preciso esclarecer que, embora tenham ocorrido efetivamente casos isolados envolvendo a prática do homossexualismo, consumo de drogas e mesmo indisciplina, o motivo de fundo é outro. Mais de 90% das evasões se devem devido a crise financeira que assola a massa dos oficiais e sargentos da Força Armada Brasileira. Uma crise e uma falta de perspectiva profissional cujos reflexos de descontentamento já atingem a Academia das Agulhas Negras, celeiro histórico da oficialidade da força terrestre — que hoje se encontra ameaçado.

É de conhecimento de todos que o funcionalismo público vem sofrendo muito nos últimos anos. Já no subvêlculo da concessão de aposentadoria, a inflação anual referente a 1983 foi dividida: uma parte do reajuste foi concedida em 1.º de janeiro de 1984 e a outra em 1.º de julho do mesmo ano. Esta última data serviu de base da nova referência para os reajustes seguintes. Com isso, a inflação do primeiro semestre de 1984 foi simplesmente considerada absorvida — ou zerada — para os funcionários públicos. Agora, na Nova República, novamente sofremos uma grande perda salarial: a maioria dos trabalhadores, através de lutas sindicais que nos são expressamente proibidas, gasta de aumentos, trimestralidade, bônus e outros ganhos que foram incorporados aos salários. Como não tinhamos esse privilégio, perdemos novamente o equivalente a sete meses de inflação se decompusermos que ela ocorreu consideravelmente o poder aquisitivo da população. Consequentemente, a reposição que nos foi repada beneficiou a quase totalidade dos funcionários das empresas estatais.

Como capitão do flanco brasileiro, da arma, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos. Uma rápida passada de olhos na tabela de salários do contingente que inclui de terceiro-sargento a capitães demonstra, por exemplo, que um capitão com sete a nove anos de permanência no posto recebe — incluindo soldo, quinquênios, habitação militar, indenização de tropa, representação e retirada, despesa de fundo de saúde e a pensão militar — cerca de 10 433 cruzeiros por mês. Um terceiro-sargento, com o mesmo tempo de permanência e os mesmos adicionais, não passa dos 4 334 cruzeiros. Estes números, aliás, permitem a um universo salarial cuja mobilidade — ou perspectiva de ascensão profissional e hierárquica — pode ser medida com dois exemplos: um sargento, para atingir a faixa salarial de um aspirante a oficial, deve ter no mínimo 28 anos de serviço. E um aspirante a oficial, para chegar a major, deve necessariamente ter, no mínimo, quinze anos de quinquênios contados a partir da data de sua declaração a aspirante.



Descontentes e sem perspectivas, os cadetes estão abandonando a Academia das Agulhas Negras

Este quadro é a causa real retrograda da evasão, até agora, de mais de oitenta cadetes da AMAN. Eles saíram sem desligamento. Não foram expulso, como sugere o noticiário. Afinal, um homem que dedica os melhores anos de sua vida à carreira militar, enfrentando, no corpo da tropa, um ritmo de trabalho não inferior a 48 horas semanais, com serviços aos sábados, domingos e feriados, reuniões noturnas, marciais, acampamentos e outras atividades típicas da vida dos guerreiros, não pode simplesmente pensar em patrimonismo — como querem muitos — quando não pode sequer sonhar em constituir condignamente uma família.

Nas constantes transições a que somos submetidos, para os mais distantes pontos do Brasil, sempre estamos sujeitos a alguma mobilidade. Com exceção de Brasília, raras são as unidades que oferecem estabilidade a oficiais e sargentos. Como o alaguel, no mercado, quase nunca é inferior a 5 000 cruzeiros, um capitão casado se vê diante da escolha de constituir quando possível seu pequeno familiar. Com cerca de 60% do salário comprometido apenas com a moradia, mensalidade de 200 cruzeiros para educação dos filhos, alimentação, transporte, lazer, vestuário, fundamente etc. Isso é deprimente para um oficial que tem como superior e, que se sempre, vários outros militares.

Não posso negar o aumento salarial. Reclamo — como fazem, se pudessem, meus colegas — um vencimento digno da confiança que meus superiores depositam em mim. Muitos reclamam da não tributação do imposto de renda sobre os vencimentos brutos dos oficiais e sargentos. Ora, se isso ocorresse, depauperaríamos com a inevitável consequência de um aspirante a oficial do Exército — bônus de elite e cheio de anos de carreira — ter que sobreviver com menos de 5 000 cruzeiros mensais. Um salário inferior ao de muitos técnicos e funcionários sem qualificação de muitas estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás.

Tomo público este depoimento para que o povo brasileiro saiba a verdade sobre o que está ocorrendo na massa de profissionais preparados para defendê-lo. Certo o risco de ver minha carreira de devoto militar seriamente ameaçada, mas a imposição de crise e da falta de perspectiva que enfrentamos é maior. Sou um cidadão brasileiro cumpridor dos meus deveres, patriota e portador de uma excelente ficha de serviços. Apesar disso, não consigo sonhar com as necessidades mínimas que uma pessoa de meu nível cultural e social poderia atingir. Amo o Brasil e a vida sobre as águas do rio nacional. Brasil acima de tudo.

Jair Messias Boimarama é capitão de artilharia do 8.º Grupo de Artilharia de Campanha, pólo-quadrado, 33 anos, casado e pai de três filhos.

ANEXO B – REPORTAGEM – VEJA, 28 DE OUT. DE 1987

na Academia Militar das Agulhas Negras e na Esao e até a semana passada era um oficial bem conceituado. Misturando um passado exemplar com um presente desastroso, ele se viu até mesmo elogiado. Seu superior no 30.º BIm, o tenente-coronel Aricelso Linavende, assegurou: "Ele é um bom oficial, muito profissional". O julgamento pode ser correto, mas o coronel escolheu a hora errada para dizer uma coisa dessas. Em outro tom, o general Edson Bionecchi Guedes, comandante militar do Sul, fez o ponto: "A atitude inconsequente do capitão compromete a imagem



Góes Monteiro: o poder do cadete

do Exército brasileiro", afirmou o comandante numa nota oficial distribuída na quinta-feira.

ANTECIPA TRIPLA — Só um IPM poderá mostrar o grau de articulação entre o capitão e outros oficiais. Em Apucarana, o secretário-geral do PMDB e chefe de gabinete do prefeito, Anivaldo Zanoni, ficou muito desconfortado de que alguma articulação existisse. "A operação foi muito certeira", diz ele. Segundo Zanoni, o capitão Walter de Almeida pertence aos quadros do SNI. O fato é que a ação dele deve ser entendida co-

mo um ato de pessoa inteligente, por vários aspectos. Ao ocupar o gabinete do prefeito, Almeida revela que preferia agir sobre a autoridade civil. Se tentasse tomar a sala de seu comandante, sua iniciativa, além de mais arriscada, teria efeitos mais deletivos para ele. Foi ser valente à custa do prefeito ausente. Sua versão de que nem os tenentes que o acompanhavam sabiam da natureza da missão para qual os convocou pode ser verdadeira, mas sugere que se indague sobre a acuidade mental desses oficiais, que de nada desconfortam quando a tropa entrou de arma em punho na prefeitura da cidade, com cânticos à conta e uniformes de camuflagem.

Finalmente, há uma tríplice sentença no curto manifesto do capitão Almeida. Em seu documento, ele protesta contra as autoridades "políticas" do país, quando as autoridades "políticas" é que cuidam de salários. Pela sua escolha vocabular, o deputado Ananias Netto, líder do PSD na Câmara, estaria entre as autoridades a quem caberia resolver o problema dos militares, o que é uma injustiça. Diz com furor contra próprios, antes que seus subordinados tentem a iniciativa de fazê-lo. Assim, limpa o caminho para cima e para baixo.

VALORES DE CLASSE MÉDIA — Por mais isolada que possa ter sido a manifestação do capitão de Apucarana, conforme garantiam unanimemente as autoridades militares na semana passada, antes mesmo do início de um IPM, ela reflete de forma dramática o nível de descontentamento dos oficiais brasileiros. Uma das mais velhas tradições no estado dos militares é a pesquisa sobre sua origem social. Nesse campo, não surgiram dados novos desde que o brasileiro Alfred Stepan, historiador americano, produziu uma radiografia sobre o tema nos anos 70, mas sabe-se que os cadetes cada vez mais saem de bairros proletários. Essa constatação não teria importância se não indicasse que a carreira, pela decadência dos soldos, deve de atrair os jovens com pretensões um pouco mais ambiciosas. O fato é que, seja um oficial de posse como o capitão Emílio Garmentari Medici, cuja família tinha fazendas, ou venha de um bairro pobre, o militar sempre olha para os valores da classe média. Munido dessa lente quase invariável, o oficial não se sente confortável se mora num apartamento da Avenida Vieira Souto, em Ipanema, da mesma forma que estará deslocado num bairro da periferia. E, hoje, com os salários que lhe pagam, os tenentes, capitães e maiores estão enfrentando o tipo pior das duas

Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao

Na última quarta-feira, o capitão Sádou Pereira Filho foi preso por ordem do comando da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao), no Rio de Janeiro, após entregar a seus superiores um manuscrito reivindicando melhores salários para a tropa e criticando a política salarial do governo. No mesmo dia, a repórter Cassia Maria, de VEJA, foi à Vila Militar, um conjunto de residências e instalações do Exército na Zona Norte do Rio, e conversou com dois capitães que cursam a Esao e com a mulher de um deles. Insatisfeitos com a prisão do colega, com seus vizinhos e com o comportamento da cúpula do Ministério do Exército, os dois militares revelaram nessa conversa um plano que a mulher batizou de "Beco sem Saída", cujo objetivo era explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no interior do Rio de Janeiro, e em vários quartéis.

Os contatos da repórter com os militares se baseavam num acordo de sigilo. No momento em que se falou de bombas e atentados, a manutenção de qualquer acordo de cavalheiros se tornou impossível. A seguir, o relato da repórter:

"Fui recebida no apartamento 101 do prédio n.º 865 da Avenida Duque de Caxias por Ligia, mulher do capitão que se identificou apenas como 'Xerife'. Ele chegou poucos minutos depois, perto das 5 horas da tarde, contou que sua participação no grupo de oficiais da Esao que lidera o movimento por aumentos está sendo investigada pelo serviço de informações do Exército e disse que logo eu teria novidades sobre o assunto. Pouco mais tarde, chegou o capitão Jair Messias Bolsanaro, que em setembro do ano passado assinou um artigo protestando contra os baixos salários dos militares em VEJA. Na ocasião, ele acabou preso e houve uma onda de protestos de mulheres de oficiais contra a punição. 'São uns canalhas', afirmou Bolsanaro, ao comentar a prisão daquele dia. 'Terminaram as aulas de hoje mais cedo para que a maioria dos alunos estivesse fora da escola na hora de prenderem nosso companheiro'.

Em seguida, Bolsanaro contou que os alunos da Esao, onde estudam 350 capitães, planejavam ficar nos quartéis du-

rante os dois dias da prisão do capitão Sádou, num ato de protesto. Nesse momento, a campanha tocou novamente. Foi levada para um dos quartéis, por Ligia, para que não visse o oficial que acabava de chegar. Nos poucos minutos que ficamos ali, Ligia revelou-me alguns detalhes da operação Beco sem Saída. O plano consistia num pretexto à bomba contra o índice de aumento para os militares que o governo anunciaria nos próximos dias. Caso o reajuste ficasse abaixo de 60%, algumas bombas seriam detonadas nos bairros da Esao, sempre com a preocupação de evitar que houvesse feridos. Simultaneamente, haveria explosões na Academia Militar das Agulhas Negras e em outras unidades do Exército. 'Não haverá perigo', garantiu Ligia. 'Serão apenas explosões pequenas, para assustar o ministro. Só o suficiente para o presidente José Sarney entender que o Leônidas não exerce nenhum controle sobre sua tropa'.

Ligia pediu-me que jurasse não comentar o assunto com Bolsanaro e Xerife. De volta à sala, depois que o terceiro oficial se retirou, o assunto girou em torno do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército. 'Temos um ministro incompetente e até racista', disse Bolsanaro a certa altura. 'Ele disse em Manaus que os militares são a classe de vagabundos mais bem remunerada que existe no país. Só concordamos em que ele está realmente criando vagabundos, pois hoje em dia o soldado fica um ano inteiro plantando de trigo o meio-fio dos quartéis, esperando a visita dos generais ou fazendo faxina e dando plantão'. Perguntei, então, se pretendiam realizar alguma operação



Bolsanaro: "São algumas espoletas"

maior nos quartéis. 'Só a explosão de algumas espoletas', brincou Bolsanaro. Depois, sérios, confirmaram a operação que Ligia chamou de Beco sem Saída. 'Faltamos, faltamos, e eles não resolveram nada', disseram. 'Agora o pessoal está pensando em explorar alguns pontos sensíveis'.

Sem o menor constrangimento, o capitão Bolsanaro deu uma detalhada explicação sobre como construir uma bomba-relógio. O explosivo seria o minomoleno, o TNT, a popular dinamite. O plano dos oficiais foi feito para que não houvesse vítimas. A intenção era demonstrar a insatisfação com os

salários e criar problemas para o ministro Leônidas. De acordo com Bolsanaro, se algum dia o ministro do Exército resolvesse articular um novo golpe militar, 'ele é que acabaria polpado por sua própria tropa, que se recusaria a obedecê-lo'. 'Nosso Exército é uma vergonha nacional, e o ministro está se saindo como um segundo Pinóchet', afirmou Bolsanaro.

Nossa conversa durou 2 horas. Nesse tempo, falamos também sobre os planos do ex-presidente João Figueiredo de candidatar-se à sucessão de Sarney. 'Ele poderia contar com grande apoio', disse Xerife. 'Nós daríamos ao Figueiredo a oportunidade de terminar o que não conseguiu completar', afirmou o militar, sem explicar a que obra do ex-presidente se referia. A contragosto, Bolsanaro contou também um pouco de suas relações formais com o general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI. Segundo o capitão, ele e Cruz falam-se frequentemente ao telefone e o capitão espera que o general promova um encontro com Figueiredo talvez no próximo mês. O plano Beco sem Saída foi confirmado também por um outro oficial, que não integra o grupo da Esao.

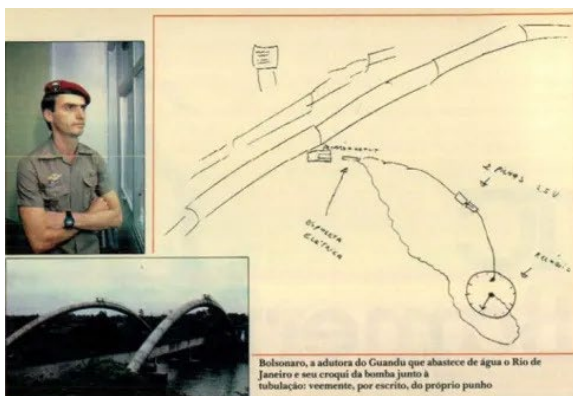
Na quinta-feira, num contato telefônico com Bolsanaro, perguntei se o anúncio do presidente cancelava a operação Beco sem Saída. 'O pessoal está pensando em esperar até novembro para ver o que acontece', explicou o capitão. 'Mas, se esperarem muito, acabam não fazendo nada'.

Nesse telefonema, Bolsanaro esclareceu: 'Eu estou fora disso'. E reafirmou: 'São apenas algumas espoletas. Não vamos fazer isso correndo o risco de perder uma parte de nossos corpos'. Sobre o capitão Luiz Fernando Walter de Almeida, que tomou a prefeitura de Apucarana, Bolsanaro contou ter estado com ele. 'A tropa que o acompanhou no protesto não é insignificante', garantiu. 'Eles sabiam onde estavam indo'. Nervoso, Bolsanaro advertiu-me mais uma vez para não publicar nada sobre nossas conversas. 'Você sabe em que terreno está entrando, não sabe?', perguntou. E eu respondi: 'Você não pode esquecer que sou uma profissional'.



Protesto de mulheres de oficiais no ano passado: contra a punição de Bolsanaro

ANEXO C – REPORTAGEM – VEJA, 4 NOV. DE 1987



Bolsomaro, a adutora do Guandu que abastece de água o Rio de Janeiro e seu croqui da bomba junto à tubulação: veemente, por escrito, do próprio punho

MILITARES

De próprio punho

O ministro do Exército acreditou em Bolsomaro e Fábio, mas eles estavam mentindo

Na terça-feira da semana passada o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, estava com vontade de falar à imprensa. Numa entrevista de 40 minutos à porta do Palácio do Planalto, defendeu a estabilidade do governo, assegurou que detém o comando de sua tropa e acusou VEJA de ter fraudado uma notícia publicada em sua última edição, segundo a qual pelo menos dois capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, insubordinados com os baixos salários, pretendiam espalhar bombas de pequena potência em unidades militares, no que determinavam operação Boco sem Saída. O objetivo, segundo eles, seria o de chamar a atenção dos superiores para a difícil situação financeira da oficialidade.

"Os dois oficiais envolvidos, eu vou repetir isso, negaram peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito, do pró-

prio punho, qualquer veracidade daquela informação", disse o ministro. Insatisfeito com a explicação do general, um repórter perguntou-lhe: "A negativa dos dois é suficiente e encerra qualquer investigação nesse caso?" Leônidas foi agressivo na resposta. "Por que você está perguntando isso? Quando alguém desmente — peremptoriamente — é um membro da minha instituição, e assim em baixo, em quem vou acreditar?" Em seguida, respondeu à própria pergunta, esclarecendo que acredita "nesses que são os componentes da minha instituição — e eu sei quem é minha gente".

Os dois capitães mencionados na reportagem de VEJA são Iair Messias Bolsomaro, 32 anos, e outro identificado pelos seus companheiros como "Xerife" e por seus comandantes apenas como Fábio. Ambos haviam feito seu desmentido com declarações manuscritas. Bolsomaro informou que

jamais conversara sobre qualquer assunto com a repórter Cassia Maria, a autora da reportagem, enquanto Fábio assegurara jamais tê-la visto. Ao endossar esses desmentidos, o general Leônidas incorreu num dos maiores erros de apreciação de sua carreira militar. Bolsomaro e Fábio mentiram — peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito e do próprio punho.

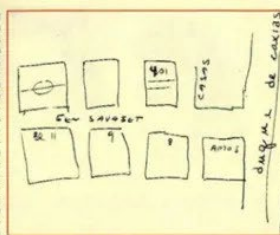
PROVAS DOCUMENTAIS — Bolsomaro escreveu que, procurado pela repórter, recusou-se a falar, recomendando-lhe que buscasse informações junto ao comando da Esao. Fábio, que conhecia a repórter Cassia Maria desde setembro do ano passado, e ela voltou a manter contato com o capitão no começo de outubro último para se informar sobre o descontentamento dos oficiais diante dos baixos salários. Ela procurava o capitão porque em setembro de 1986 ele escrevera um artigo para a seção Ponto de Vista, de VEJA, reclamando contra os baixos salários.

Entre os dias 6 e 21 de outubro, quando lhe confirmou a existência da operação Boco sem Saída, Bolsomaro encontrou-se com a repórter quatro vezes e nessas conversas queixou-se do comando, do ministro Leônidas, do presidente José Sarney e da vida. Dos desses quatro encontros, dois se deram na presença de testemunhas. Uma delas é o so-

gistro Ricardo Chavaert, de VEJA, que presenciou uma conversa de Bolsomaro com a repórter na sala do apartamento do capitão, na Vila Militar. A segunda é o motorista Iair Antônio da Silva Coelho, também de VEJA, que estava dentro do automóvel da reportagem quando o capitão, descendo de sua motocicleta numa rua de subúrbio do Rio de Janeiro, conversou com a repórter dentro do carro. Uma terceira conversa de Bolsomaro com a jornalista, desta vez por telefone, teve o testemunho de Alessandro Porto, chefe da sucursal de VEJA no Rio de Janeiro. Nessa telefonema, ocorrido no dia 22 de outubro, Bolsomaro insistiu com a repórter para que não publicasse as informações que havia recebido um dia antes. Tratava-se de manter em sigilo a urdidura de um plano para espalhar bombas em quartéis — atividade que constitui crime tanto na legislação militar quanto na civil, não importando o tamanho, a potência ou a intenção da bomba.

Além dessas provas testemunhais, há ainda duas outras, documentais. No dia 21 de outubro, quando exemplificava para Cassia Maria o que seriam as explosões de "apenas algumas espoletas", destinadas a demonstrar a fragilidade do comando do ministro Leônidas e da autoridade do presidente Sarney, Bolsomaro foi didático. Desenhou um croqui em que apareciam as tubulações do que seria a Adutora do Guandu, responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro, e, junto a elas, colocou o rabisco de uma carga de dinamite detonável por intermédio de um mecanismo eletrônico instalado num relógio.

VEJA não publicou esse croqui em sua reportagem da semana passada porque Bolsomaro não deu a impressão de que estivesse realmente disposto a explodir o Guandu, e sim de que fazia uma exibição do mecanismo de funcionamento de um petardo — algo que não chega a ser notícia. Em todas as ocasiões que a repórter Cassia Maria ouviu referências às bombas da operação Boco sem Saída, elas vieram acompanhadas da ressalva de que não se destinavam a ferir ninguém. Assim, o croqui de Bolsomaro, caso fosse publicado junto com a reportagem, resultaria em exagero. Sua publicação agora, portanto, destina-se apenas a provar que o capitão mentiu ao dizer que não falava com a repórter de VEJA e que o general Leônidas se precipitou ao acreditar nele.



Outro desenho de Bolsomaro: mapa indicando a casa de Sadon

XEROcóPIAS — Uma segunda prova documental de que não só Bolsomaro conversava sobre atos de indisciplina e crimes planejados com a repórter como também a ajudava a localizar outros oficiais que, no seu entender, pensavam da mesma maneira está num segundo croqui por ele desenhado, dando-lhe a localização da casa do capitão Sadon Pereira Pinto, que mora na Rua General Savaget. Bolsomaro mora nesta mesma rua, mas se havia esquecido do número da casa de Sadon. Este capitão, que foi preso há duas semanas pelo comando da Esao por ter encaminhado um protesto contra os baixos salários, nunca conversou com a repórter — nem VEJA afirmou isso.

O segundo desmentido em que se ampara o general Leônidas veio do capitão Fábio. Ele também mentiu: a repórter Cassia Maria esteve duas vezes em sua casa. Numa



Almeida (de costas): "Inconveniência disciplinar"

dessas ocasiões o capitão deu-lhe um documento e ela, em companhia do motorista de VEJA e de uma pessoa da confiança pessoal do capitão, que viajou no banco da frente, foi a uma loja de xerocópias para reproduzir o papel, regressando ao edifício.

TRIGO E JOIO — Em nenhum momento qualquer autoridade militar solicitou a VEJA qualquer tipo de esclarecimento a respeito da reportagem desmentida pelos capitães. O Comandante Militar do Leste chegou a afirmar que "notícias desse teor servem para intranquilizar a opinião pública e procurar retratar um quadro que absolutamente inexistente". Na verdade, notícias desse teor servem para alertar a opinião pública e retratar um esboço que efetivamente existe.

Quando o Comandante Militar do Leste e o ministro do Exército preferiram chamar de mentirosos a quem publicava a verdade, dando aos mentirosos uma iminente precariedade, levaram ao exagero uma doutrina segundo a qual sempre — e em qualquer circunstância — um oficial deve ser confundido com a instituição do Exército. Uma instituição como o Exército assenta-se muito mais em tradições, leis e normas do que na conduta individual de seus integrantes. Precisamente pelo fato de oficiais eventualmente procederem de forma errada existe um conjunto de leis denominado Código Penal Militar. Nele há toda uma processualística para a abertura de sindicâncias e de inquéritos, sem se encontrar uma só linha que defina omissões de inimizade.

É esse conjunto de leis que está sendo usado no Paraná para enquadrar o ato de um capitão, Iair Fernando Walthier de Almeida, que há duas semanas tomou a prefeitura da cidade de Apucarana à frente de cinquenta soldados armados para protestar contra os baixos salários. Na sua entrevista de terça-feira, o general Leônidas classificou esse ato como mera "inconveniência disciplinar". No caso de Fábio e Bolsomaro, quando o general Leônidas disse no Palácio do Planalto que "eu sei quem é minha gente", fez uma confusão entre o que efetivamente é a oficialidade e dois capitães que, além de estarem envolvidos no planejamento de atos de indisciplina e de crimes contra a instituição militar e suas instalações, estavam também mentindo. Ao invés de esperar o joio do trigo, decidiu ficar com o joio.

ANEXO D – MENSAGEM DA DILMA

MENSAGEM DA DILMA

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

- 1.** Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal;
- 2.** Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
- 3.** Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.
- 4.** O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;
- 5.** Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil;
- 6.** Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana.

Com estes esclarecimentos, espero contar com vocês para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada. Não podemos permitir que a mentira se converta em fonte de benefícios eleitorais para aqueles que não têm escrúpulos de manipular a fé e a religião tão respeitada por todos nós. Minha campanha é pela vida, pela paz, pela justiça social, pelo respeito, pela prosperidade e pela convivência entre todas as pessoas.



Dilma Rousseff

Fonte: Vital; Lopes, 2012, p. 99

ANEXO E – FOLHA UNIVERSAL OUT. DE 2010.

ponto final De 31 de outubro a 6 de novembro de 2010 - 1ª vez folha Universal

ARTIGO
Senador Marcelo Crivella

7 RAZÕES para votar em DILMA

- 1 "Deus escolheu as certas locais do mundo para emergenciar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para convergir as forças" (1 Coríntios 1.27), como nas histórias do presidente Lula e do bispo Edir Macedo. Eles vieram do povo, foram julgados e perseguidos pelas elites do País e cresceram com a força do povo.
- 2 Dilma vai perseguir o governo de Lula, que já tirou 24 milhões de brasileiros da pobreza. Nunca um governo conseguiu reduzir tanto a desigualdade entre ricos e pobres.
- 3 A população carente tem hoje mais do que comia na mesa: tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar.
- 4 Dilma é respeitada no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula. Ajudou a devolver a autoestima dos brasileiros com a descoberta de novas reservas de petróleo e com as conquistas da Olimpíada e da Copa do Mundo.
- 5 Comecei como ninguém o PAC que é o maior programa de obras da história do País. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é correr o risco de jogar fora todas as conquistas do povo brasileiro.
- 6 É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Aprendeu na pele o que é democracia.
- 7 Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípios máximos da Igreja Universal.



Fonte: Vital; Lopes, 2012, p. 107

ANEXO F – PNDH-3

PNDH-3

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi lançado pelo governo federal no dia 21 de dezembro de 2009. Em março de 2010, o governo recuou e anunciou que mudaria os principais pontos polêmicos do Plano. O texto original do PNDH-3, lançado no governo Lula, avançou na proposição de diretrizes e metas transversais para a implantação de políticas públicas em Direitos Humanos, coerente com os princípios constitucionais e tratados internacionais em que o Brasil é signatário e visando ampliar o projeto democrático de articulação entre governo e sociedade civil. Debates acerca do Plano ocuparam a cena pública, motivando reações hostis de setores conservadores da sociedade, principalmente militares, católicos, ruralistas e a grande mídia, responsável por promover uma campanha contra o PNDH-3 nos principais jornais e redes de televisão. Os principais pontos que geraram polêmica foram: a descriminalização do aborto; a criação da Comissão Nacional da Verdade – com poderes para punir autores de crimes hediondos, como a tortura, no período da Ditadura Militar (1964-1985); a criação de câmaras de conciliação de conflitos agrários e urbanos, incluído a negociação com invasores de terras em casos de reintegração de posse; reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo; garantia de adoção por casais homoafetivos; proibição da ostentação de símbolos religiosos em lugares públicos; monitoramento dos meios de comunicação para garantia da promoção dos Direitos Humanos; regulamentação profissional da prostituição. Em março de 2010, o governo anunciou a alteração de cinco pontos do PNDH-3: descriminalização do aborto; proibição de símbolos religiosos em lugares públicos; a necessidade de ouvir invasores de terras no cumprimento de decisões judiciais em conflitos agrários; punição para autores de crimes hediondos na Ditadura; e aos meios de comunicação em caso de violação dos Direitos Humanos.

Fonte: Vital; Lopes, 2012, p. 79

ANEXO G – O PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

Escola Sem Homofobia

O material educativo não deve ser tomado de modo isolado, mas, como parte de uma iniciativa mais ampla que procura promover o respeito à diversidade sexual a partir da escola: o “Projeto Escola Sem Homofobia”. Em nota produzida pelos planejadores e executores desse projeto⁷⁷ – que contaram com o apoio e intercâmbio de tecnologias do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD) –, são descritos os dois eixos que estruturavam o Projeto: “1) Um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro” e “2) A incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos valores culturais atuais”. Se no primeiro caso a estratégia adotada foi a realização de amplos encontros regionais e de uma pesquisa quantitativa com o intuito de conhecer “a situação de homofobia nas escolas”, a capacitação de profissionais ligados a educação e a produção do material educativo aqui analisado constituíram os caminhos definidos para o segundo eixo. Como indicado no mesmo documento, o Projeto Escola Sem Homofobia tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”.

Fonte: Vital; Lopes, 2012, p. 111

ANEXO H – O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Programa Brasil Sem Homofobia

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual, mais conhecido como Programa Brasil Sem Homofobia, foi apresentado em 2004 com o objetivo de propor e executar políticas públicas contra a homofobia de forma transversal aos Ministérios e secretarias do governo federal. O Programa foi formulado por um grupo de trabalho provisório no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) que fez um levantamento das políticas públicas já implantadas para o segmento e promoveu uma parceria entre sociedade civil, universidade e governo federal. Um dos pontos positivos do Programa foi propor a descentralização das ações contra a homofobia, antes restritas à Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério da Saúde, passando a ser pauta de políticas públicas no Ministério da Cultura, no Ministério da Educação e no Ministério da Justiça.

Fonte: Vital; Lopes, 2012, p. 112